



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social – EICOS**

Milena Manhães Rodrigues

**RASA E AS IMAGENS DO TURISMO: olhares quilombolas (Armação dos
Búzios - RJ)**

Rio de Janeiro
2019

Milena Manhães Rodrigues

**RASA E AS IMAGENS DO TURISMO: olhares quilombolas (Armação dos
Búzios - RJ)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Marques Santos

Rio de Janeiro
2019

CIP - Catalogação na Publicação

R696r Rodrigues, Milena Manhães
Rasa e as imagens do turismo: olhares
quilombolas (Armação dos Búzios - RJ) / Milena
Manhães Rodrigues. -- Rio de Janeiro, 2019.
168 f.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros
Maciel.
Coorientadora: Ana Maria Marques Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2019.

1. Comunidade quilombola . 2. Desenvolvimento.
3. Pesquisa participante. 4. Psicossociologia . 5.
Turismo. I. Maciel, Tania Maria de Freitas Barros ,
orient. II. Santos, Ana Maria Marques , coorient.
III. Título

Milena Manhães Rodrigues

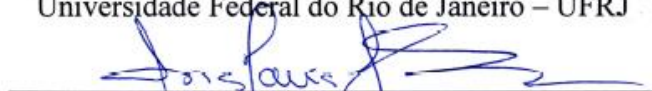
RASA E AS IMAGENS DO TURISMO: olhares quilombolas (Armação dos búzios - RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

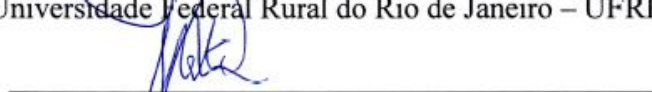
Banca Examinadora



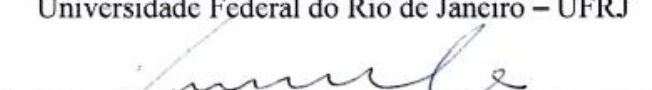
Prof^a. Dr^a. Tania Maria de Freitas Barros Maciel - Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Prof^a. Dr^a. Ana Maria Marques Santos – Coorientadora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ



Prof^a. Dr^a. Samira Lima da Costa Maciel
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro
2019

À Vó Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro a mim e ao meu programa, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Ao EICOS por acolher o projeto e aos colegas de curso pelo suporte e conhecimento compartilhado. Agradeço também ao corpo docente, especialmente ao Professor Milton Campos, pela franqueza, didática, humor irônico e por trazer o melhor sentido à palavra estudar. Meu muito obrigada ainda, ao Ricardo pelo pronto atendimento sempre.

Aos membros da banca de qualificação e da defesa, incluindo minha Orientadora, Tania Maciel, e Coorientadora, Ana Maria Marques, pela liberdade, confiança e carinho.

Neste sentido, não poderia deixar de agradecer ao meu marido, que também foi apoio financeiro e moral; o emocional, devo a Inah.

À minha família e amigos, especialmente a minha mãe, ao Fausi e ao Augusto, que foi meu braço direito, esquerdo e perna direita...a esquerda não, que ela é ruim kkk.

À toda comunidade quilombola da Rasa e a guia Nicole, que proporcionou este encontro, ao som das risadas de Dona Uia e com a vivacidade de Dona Eva.

Ao Pastor Luiz que abriu a casa e muitas portas, entre elas, das comunidades quilombolas de Maria Romana e Baia Formosa, que homenageio na figura de Beth.

À Memory pelo olhar sensível no registro deste trabalho.

A todxs da Casa do Professor, pelas trocas, descontos, amizade e escuta atenta.

E meu eterno agradecimento aos meus amigos e “participantes-fotógrafos” desta pesquisa: Adriano Gonçalves, Gabi (e Dani) Oliveira, Joseli Conceição e Roselene Pereira, com os quais construímos esta narrativa de afeto e olhares compartilhados.

RESUMO

RODRIGUES, Milena Manhães. **Rasa e as imagens do turismo: olhares quilombolas (Armação dos Búzios, RJ)**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O turismo, tal como o ato fotográfico, seleciona enquadramentos que visibilizam espaços, práticas sociais ou grupos, em detrimento de outros; conforme a perspectiva de quem produz e reproduz as imagens – sejam fotografias, postais, mapas, etc. Turisticamente, a imagem construída de Armação dos Búzios (RJ) reproduz o discurso de destino turístico de lazer e sofisticação onde a porção peninsular constitui a identidade da cidade, referência da totalidade. Contrapondo seu repertório imagético, esta dissertação buscou analisar a imagem do turismo na Rasa (Armação dos Búzios – RJ), pela perspectiva quilombola local, a partir de fotografias participativas. Para o alcance dos objetivos, partimos de uma pesquisa qualitativa exploratória, com *locus* na comunidade da Rasa, selecionada como estudo de caso; onde foi realizado um trabalho de campo de caráter etnográfico, com observação participante e a realização de fotografias como registro de campo, além das imagens produzidas pelos próprios quilombolas. Trouxemos no referencial teórico discussões referentes às relações entre imagem, turismo, desenvolvimento local e envolvimento comunitário. Adotamos: o aporte ético-estético-metodológico de Barthes na polissemia das imagens; de Bakhtin, na perspectiva do dialogismo e alteridade; de Benjamin, considerando que propomos um exercício imagético contra-hegemônico do turismo; e de Freire, na produção do conhecimento com e não sobre os “sujeitos”, enquanto protagonistas. Enquanto método, a fotografia participativa pela abordagem, prioritariamente, pelo *photovoice* mostrou-se um catalisador de um processo de ressignificação do território como memória afetiva e identidade social da comunidade da Rasa, considerando o processo de transformação dos quatro “participantes-fotógrafos”. O estudo revelou que o desenvolvimento turístico não é uma perspectiva de futuro imediato, embora tenha ficado claro o reconhecimento do potencial turístico da Rasa e a imprescindibilidade do protagonismo comunitário na condução deste processo, enquanto agentes de mudança a busca do desenvolvimento local, pelo turismo ou apesar dele.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade quilombola. Desenvolvimento. Pesquisa participante. Psicossociologia. Turismo.

ASBTRACT

Tourism, such as the photographic act, selects frameworks that make visible spaces, social practices, or groups to detriment of others according to the perspective of who produces and reproduces the images- photographs, post cards, maps etc. Touristy the constructed image of Armação de Búzios (RJ) reproduces the speech of the tourism destination of leisure and sophistication where the peninsular portion constitutes the identity of the city, reference of the totality. Opposing its imaginary repertory, this dissertation had as the main objective to analyze the image of the tourism in Rasa (Armação de Búzios – RJ), by the quilombola local perspective from the participative photographs. To reach the objectives we started from an exploratory qualitative research with *locus* in the quilombola community of Rasa, selected as a case study where an ethnographic fieldwork was produced, also with the participant observation and photographs taken as field record, furthermore photographs were taken by quilombolas habitants. We brought in the Theoretical Framework discussions regarding the relation between image and tourism, local development, and community involvement. We adopted: the ethic-aesthetic-methodologic contribution of Barthes; the polysemy of the images of Bakhtin; in the perspective of the dialogism and alterity of Benjamin – considering that we are proposing an imaginary counterhegemonic exercise -; and the production of knowledge with, and not about “subjects”, as protagonists of Freire. As method, the participative photograph by the approach of photovoice showed up as a catalyzer in a resignification process of the territory as affective memories and social identity of the Rasa community, considering the process of transformation of the four “photographers participants”. This study revealed that the touristic development is not a perspective of an immediate future although it had become clear the acknowledgement of the touristic potential of Rasa and the indispensability of the community role in the conduction of this process while agents of changing to the search of the local development by the tourism or beyond it.

KEYWORDS: Quilombola community. Development. Participant research. Pshycosociology. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro.....	46
Figura 2: Mapa de divisão de bairros de Armação dos Búzios	49
Figura 3: Imagens de Armação de Búzios na Internet.....	50
Figura 4: Armação dos Búzios na página principal do site oficial do município.....	50
Figura 5: Mapa turístico de Armação dos Búzios 2017/2018	51
Figura 6: Mapa de divisão de bairros com destaque para área no mapa turístico	52
Figura 7: Reportagens sobre turismo na área continental.....	54
Figura 8: Esboço da área ocupada pelas “pessoas da terra” desde a época da escravidão	59
Figura 9: Localização do bairro da Rasa no Mapa	62
Figura 10: Áreas do território da Rasa.....	63
Figura 11: Esquema - Primeiras famílias	64
Figura 12: Território da Rasa.....	65
Figura 13: INEFI	79
Figura 14: Banner sobre Mestre Andreolino exposto na peixaria da família	80
Figura 15: Quintal de Dona Eva (e família)	81
Figura 16: Dona Eva e sua casa.....	82
Figura 17: Dona Eva mostrando sua flexibilidade	83
Figura 18: Caminhantes da Anda Brasil na Praça Quilombola	84
Figura 19: Joseli e suas bonecas	85
Figura 20: Postagem “Inauguração da rota étnica, cultural e ecológica”	86
Figura 21: Cozinha africana de Baía Fomosa, antes e depois	87
Figura 22: Sede da Associação Quilombola da Rasa no Dia da Consciência Negra, fachada e interior	88
Figura 23: Folder Mostra da Cultura da Pesca Artesanal	89
Figura 24: Inauguração da Av. Rui Gonzaga em Maria Romana	91
Figura 25: Obra para construção de galpão em Maria Romana	91
Figura 26: Pastor Luiz, Lamiel e Walmir em Maria Romana	92
Figura 27: Gravação do Programa Estrelas com Dona Eva	93
Figura 28: Batizado de bonecas para o Programa Estrelas.....	94
Figura 29: Programação do Dia da Comunidade Quilombola	95
Figura 30: Folder do Circuito Quilombola	96
Figura 31: Mesa com artesanato para venda	96

Figura 32: Reação de D.Uia na entrega das fotos.....	97
Figura 33: Observação e organização das fotos	105
Figura 34: Apresentação de Adriano	107
Figura 35: “Ventre livre”	108
Figura 36: Mangue de Pedras	109
Figura 37: Trilhas e roteiros	110
Figura 38: Dona Uia – A memória viva	111
Figura 39: Bonecas Negras.....	112
Figura 40: Apresentação de Roselene (Lene).....	113
Figura 41: Porto – A memória que não se pode esquecer. Praia Rasa.	114
Figura 42: Quilombo de quem? Retrato de uma comunidade em construção.....	115
Figura 43: Que turismo/turista queremos? Valorização de quem tem e de quem visita. Triha do Mangue.	116
Figura 44: Pesca artesanal: um patrimônio a ser erguido. Cruzeiro da Rasa – Rasa.....	117
Figura 45: Um mirante para a vista. Ponta do Pai Vitório – Rasa.....	117
Figura 46: Apresentação de Gabriele (Gabi).....	119
Figura 47: Igreja do Coral	119
Figura 48: INEFI	120
Figura 49: Dona Ilma.....	121
Figura 50: Mangue de Pedras	122
Figura 51: Praça Quilombola.....	122
Figura 52: Joseli, participante.....	123
Figura 53: Considerações de Joseli	124
Figura 54: Quilombo	125
Figura 55: Vem pro P.P.V (Ponta do Pai Vitório).....	126
Figura 56: Mangue de Pedras, refúgio a beira-mar	126
Figura 57: Clube Esperança. O esporte vive	127
Figura 58: Praça do INEFI. Paz, tranquilidade e lazer	127
Figura 59: Gabi, Adriano, Milena (mestranda), Dani (participação especial), Roselene e Joseli	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CF – Constituição Federal

CPI SP– Comissão Pró-Índio de São Paulo

EICOS - Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

TBC – Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

ABERTURA.....	14
1. INTRODUÇÃO	14
2. PROFUNDIDADE DE CAMPO	26
2.1 Imagem e desenvolvimento turístico.....	26
2.2 Turismo. E desenvolvimento?	31
2.3 Turismo e envolvimento comunitário: olhares dos “da terra”	37
3. ENQUADRAMENTO	45
3.1 Armazém dos Búzios: Da História ao destino turístico.....	45
3.2 A imagem do turismo em Búzios	49
3.3 Rasa: A imagem extraquadro de Búzios.....	55
4. DISPARADOR.....	69
4.1 Considerações Metodológicas	69
4.2 Reconhecimento de campo e observação participante	76
4.3 Organização da Pesquisa Participante	98
5. COMPOSIÇÃO	104
5.1 Resultados.....	104
REVELAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
APÊNDICE 1 – DISTÂNCIA FOCAL: AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISA	159
APÊNDICE 2 - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	165
APÊNDICE 3 – FOTOGRAFIAS COMPLEMENTARES.....	167

PREÂMBULO

Este trabalho é permeado de imagens e simbolismos.

Por isso, peço licença para trazer neste preâmbulo um provérbio africano - considerando que esta pesquisa envolve quilombolas¹ (da Rasa, Armação dos Búzios – RJ) - representado por “um” ideograma, já que as imagens atravessam este trabalho como ponto de partida (imagens do turismo), meio do trabalho de campo (fotografias) e resultados (imagens do turismo na Rasa).

Sankofa é um símbolo africano com origem no provérbio Akan²: “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás” (NASCIMENTO; GÁ, 2009).

Variações do ideograma Sankofa



Fonte: MOLINA (2011, p.20), adaptação nossa.

Como adinkra³, em geral⁴, é graficamente representado por um pássaro com a cabeça virada para o rabo (olhando para trás, para o passado) e com um ovo (o futuro) no bico.

Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar. Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de auto-identidade e redefinição. Simboliza uma compreensão do destino individual e da identidade coletiva do grupo cultural. É parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro. (SANKOFA, 2013, p.4)

Nesta ambiência carregada de simbolismos, trazemos o tom desta dissertação.

Poderíamos argumentar a partir do conceito de Sankofa, a necessidade de apresentar o lugar de fala de quem pesquisa, o que a trouxe até aqui (“voltar as raízes”); ou ainda, a partir

¹Quilombolas ou “remanescentes das comunidades dos quilombos” são “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Art. 2º Decreto Nº 4887/2003).

²Língua e grupo étnico da África Ocidental, principalmente em Gana, Togo e Costa do Marfim. “Sanko” = “voltar” e “fa” = “buscar, trazer”.

³Conjunto de ideogramas que são símbolos-provérbios.

⁴Sankofa também aparece representado tal como a ilustração ocidental de um coração.

dos adinkras, ilustrar a relevância das narrativas imagéticas nesta pesquisa. E sim, este preâmbulo trata disto.

Entre os motivos⁵ que promoveram meu encontro com esta pesquisa, posso começar dizendo que sou Turismóloga, de modo que, o turismo sempre é tema ou plano de fundo de meus estudos. Também sou negra e turista apaixonada por Búzios, o que norteou minha busca pela herança africana deste destino turístico. E, neste sentido, meu desconhecimento ou conhecimento tardio (20 anos depois da primeira visita) das comunidades quilombolas buzianas, não só definiu o *locus* desta pesquisa, a Rasa (especificamente “o” território quilombola), como também trouxe o questionamento quanto as presenças e, principalmente, ausências no repertório imagético do turismo de Armação dos Búzios.

Estas ausências configuraram parte do objetivo deste trabalho: analisar a imagem do turismo na Rasa. Mas, as imagens do turismo, assim como os adinkras, simbolizam discursos e que não são produzidos pelos Akan, nem pelos quilombolas buzianos.

Neste contexto, o Programa que abraça esta pesquisa - “Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ)” - e, mais especificamente, a linha de pesquisa “Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social”, contribuíram com a definição do viés deste trabalho. Por envolverem pesquisas qualitativas, participantes, priorizando comunidades e sua autonomia na identificação de demandas e resolução de problemas, motivaram a inserção da perspectiva quilombola local ao objetivo da pesquisa.

A partir de fotografias participativas, buscamos, assim como Sankofa, reavivar, reclamar “aquilo que foi perdido, esquecido, renunciado ou privado”, mas que pode ser preservado ou perpetuado (SANKOFA, *op. cit.*).

⁵Há uma descrição da trajetória e mais motivos que me trouxeram até este trabalho, mas que não cabiam no corpo desta dissertação. Este texto encontra-se disponível no apêndice 1.

Palmares 1999

A cultura e o folclore são meus,
Mas os livros foi você quem escreveu.
Quem garante que Palmares se entregou?
Quem garante que Zumbi você matou?
Perseguidos sem direitos nem escolas,
Como podiam registrar as suas glórias?
Nossa memória foi contada por vocês
E é julgada verdadeira como a própria lei.
Por isso temos registrados em toda história
Uma mísera parte de nossas vitórias;
É por isso que não temos sopa na colher
E sim anjinhos pra dizer que o lado mau
é o candomblé [...]

(Composição: CARLO/NATIRUTS, 1999)

ABERTURA

Na linguagem fotográfica, abertura refere-se à regulação da luminosidade que o diagrama da câmera dispõe, tal como a nossa pupila, que dilata/amplia ou contrai/reduz a entrada de luz do ambiente. É como uma cortina que controla a passagem de luz.

Assim, este capítulo descortina a dissertação à luz da introdução.

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar esta dissertação, que trata da imagem do turismo, começaremos compartilhando o entendimento do que é turismo.

O turismo é uma atividade econômica, mas também um fenômeno social.

Ele compreende “as atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos ao seu *habitat* natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros” (OMT, 2001, p.38). Entendemos, assim, que a hospedagem, alimentação, transporte, passeios, os encontros, enfim, tudo que é realizado durante a estadia do turista é turismo, inclusive as mudanças que produz, consome e induz no território, sejam positivas e/ou negativas.

Por vezes, o turismo apresenta-se:

[...] como única possibilidade de desenvolvimento econômico para um lugar, uma cidade, uma região...e muitas vezes, também submete as populações locais a uma ordem externa, desarticulando culturas tradicionais, como é o caso da maioria de nossas comunidades litorâneas (LUCHIARI, 2000, p.105-106.)

Ocorrem, desta maneira, “processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais e culturais de apropriação” (RIBEIRO, 1988, p. 21), reproduzidos, inclusive, nas imagens do turismo.

Isto é, há um recorte da realidade turística, que orienta o que é visível no turismo, inscrito e divulgado pelos materiais promocionais, remetendo a interpretações do real (SOUZA, 2006), expressos no litoral fluminense, por exemplo, pela omissão da área continental do município de Armação dos Búzios (SOUZA, 2006), tal como o território⁶ da comunidade quilombola da Rasa⁷.

⁶A noção de território expressa neste trabalho é de porção limitada do espaço em que um grupo se relaciona (RAFFESTIN, 1993) e constrói sua identidade (MARTINS, 2016). Em relação ao território para comunidades tradicionais, como é o caso da Rasa, este vínculo com ambiente se estabelece material, social e simbolicamente. (HAESBAERT, 2007)

Um fato que deixa bem claro esse estado de coisas e merece consideração e que é facilmente observável por qualquer visitante que vai à Búzios é o Pórtico da Cidade, o qual foi construído após os bairros mais periféricos. Os bairros de Cem Braças, Baía Formosa, São José, Caravelas e o Bairro da Rasa ficam “do lado de fora” da “entrada” da cidade e representam a maior parte de seu território. Tal fato contraditório separa a parte mais rica e mais urbanizada, colocando-a “do lado de dentro” da cidade, simbolizando e evidenciando a forte desigualdade social e o privilégio em relação ao centro, parcela do município que se encontra mais próxima aos atrativos turísticos. (ALMEIDA, 2015, p. 87)

Em Armação dos Búzios - RJ, o repertório imagético do turismo no município reforça o aspecto de destino⁸ de sol e lazer e omite outros espaços, como a Rasa, “a favor da consolidação de uma metanarrativa única que valoriza a imagem de uma Búzios sofisticada e bela” (PEREIRA, 2013a, p.2). Neste contexto, caberia questionarmos: Qual é a visão do quilombola da Rasa sobre o turismo? Quais são as suas impressões e expectativas referente ao desenvolvimento turístico da Rasa? Há envolvimento comunitário em relação a atividade turística? Seu posicionamento é contrário ou favorável?

De modo que, definimos como objetivo geral desta pesquisa: analisar a imagem do turismo na Rasa (Armação dos Búzios – RJ), pela perspectiva quilombola local, a partir de fotografias participativas. E ainda, como objetivos específicos: investigar o envolvimento dos quilombolas da Rasa com o turismo; contribuir para a análise do potencial turístico da Rasa, tendo como viés de observação a perspectiva dos quilombolas; e apoiar a reflexão crítica sobre imagem e desenvolvimento turístico da Rasa.

Assim, as fotografias - que são, antes de tudo, imagens (SOUZA, 2006) - dão suporte ao estudo da imagem do turismo na Rasa, pela perspectiva quilombola. Há, portanto, uma metalinguagem⁹ neste trabalho, em que usamos da imagem (concreta) para o estudo da imagem (mental); na medida em que fotografamos o que sentimos e pensamos, para além do que vemos (BAVCAR *et al.*, 2000).

⁷Comunidade remanescente de quilombo, situada em bairro homônimo (Rasa) no município de Armação dos Búzios (RJ). Certificada (Certidão de Autorreconhecimento) pela Fundação Cultural Palmares/MinC desde 2005, quando iniciou o processo de titulação de terras, ainda em andamento/avaliação. A definição de comunidade e, mais especificamente, comunidade quilombola, aqui utilizadas, serão tratadas no capítulo três (“Enquadramento”)

⁸Destino turístico é uma localidade dotada de oferta de produtos e serviços turístico comercializados de maneira integrada sob uma marca distinta. (SILVA *et. al.* 2001)

⁹Metalinguagem é um tipo de linguagem utilizada para falar ou descrever a própria ou outra linguagem/código.

A fotografia, enquanto projeção concreta, revela traços da realidade, como uma época, um lugar; mas também algo velado a visão, que Barthes (1984) nomeou de *punctum* e Benjamin (2012) identificou como “inconsciente ótico”. Esta subjetividade sinestésica¹⁰ admite a uma única imagem, múltiplos sentidos, seja na sua produção ou leitura; o que confere aos sujeitos-fotógrafos da nossa pesquisa, o papel de produtores, leitores, interpretes e narradores de suas fotografias.

Adotamos, para tal, o aporte ético-estético-metodológico de Barthes (1984), na polissemia das imagens, de Bakhtin (2000), na perspectiva do dialogismo e alteridade, de Benjamin (1995), considerando que propomos um exercício imagético contra-hegemônico do turismo, e de Freire (1999), na produção do conhecimento com e não sobre os “sujeitos”, enquanto protagonistas.

Deste modo, nossa postura em campo, embora orientada pelos objetivos pré-estabelecidos da pesquisa, admitiu estarmos abertas a aprender, desconstruir hipóteses, coproduzir conhecimento e sermos afetadas “pelo outro”. Afinal:

Se [...] a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento [...]. (FREIRE, 1999, p. 35)

Como a pesquisa pautou-se na interação com o outro (BENJAMIN, 1995), apoiamo-nos na alteridade e dialogismo de Bakhtin (2000), que entende toda enunciação como um diálogo perene, inacabado e polifônico, vinculado ao seu contexto histórico-social, ou ainda, psicossocial.

E, embora Bakhtin priorize a linguagem verbal e nossa pesquisa esteja centrada na linguagem imagética, entendemos que “um enunciado [...] pode se realizar não só em palavras, mas também em imagens fotográficas e sua entonação não é necessariamente verbal: podemos percebê-la nos sentidos objetivados nas fotos” (MATTOS *et al.*, 2014, p.909). De maneira que, enquanto enunciados, as fotos evocam múltiplos sentidos (BARTHES, 1984) no diálogo entre a fotografia, quem a produz e quem a observa.

¹⁰Sinestesia aqui é entendida como mistura de sentidos, pois usamos a fotografia para desvelar algo oculto a visão.

Assim compreendemos também a fotografia como produção discursiva e dialógica, na medida em que sua existência está na perpétua comunicação com os outros, no entrecruzamento de olhares que, mediados pela linguagem, viabilizam sua existência e possibilitam a constituição de sentidos outros (MATTOS, 2014, p.906)

Considerando que, para Paulo Freire “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (FREIRE, 2011, p.29-30), a “educação do olhar” é imperativa a aprendizagem e “emancipação” (WANG, BURRIS & PING, 1994; WARREN, 2005) do sujeito contemporâneo, em especial “do invisibilizado”.

Enquanto pesquisa participante (FREIRE, 1999; THIOLLEN, 2000), concordamos com Bakhtin que prescindimos da perspectiva do “outro” e adotamos a fotografia como “mediadora de um diálogo entre pessoas que buscam novos modos de narrar sua experiência, recriando o mundo na imagem e no discurso” (Jobim e Souza, 2003, p. 72-73).

Na mesma vertente emancipatória, o dialogismo e a alteridade bakhtinianos convergem para uma proposta contra hegemônica, na medida em que o “outro” tem voz (polifonia) como coparticipante em um processo de diálogo horizontal¹¹ (SANTOS, 2009) de construção do conhecimento. (FREITAS, 2001, 2007)

Ou seja, propomos olhar o turismo buziano a contrapelo¹², a partir da apresentação e produção de fotografias participativas sobre o turismo nas áreas “extra mapa turístico” do município, especificamente nos territórios de remanescentes quilombolas da comunidade da Rasa.

Vale ressaltar que as imagens do turismo de Armação dos Búzios, já foram objeto de análise na dissertação de Xavier (2013) - intitulada “Estética, poder e território” – contudo, mesmo com uma abordagem crítica-reflexiva quanto aos processos de exclusão implícitos, o enfoque da pesquisa são as narrativas das imagens comercializadas para o turismo pelo prisma da dialética. Assim, este trabalho não trata das imagens do turismo da Rasa, nem da perspectiva comunitária.

¹¹Na “horizontalização” do conhecimento, não há sobreposição de saberes; o que Boaventura dos Santos chamou de ecologia dos saberes (SANTOS, 2009, p.07).

¹²Lowy (2005) traduziu como “escovar a história à contrapelo” o conceito do filósofo e crítico literário alemão, Walter Benjamin, interpretar a história sob a perspectiva dos oprimidos, dos “vencidos”. Assim colocamos “turismo a contrapelo”, aquele excluído simbolicamente da narrativa oficial, mas “escritos pelo olhar” (fotografados) da comunidade.

Também encontramos trabalhos com *locus* na Rasa envolvendo a comunidade quilombola, como em Almeida (2013, 2015)¹³, os trabalhos de Pereira (2012, 2013b), que tratam do processo de construção da consciência política e identitária e das estratégias socioespaciais empreendidas pelos quilombolas da Rasa, Vaz & André (2016) que verificam o sentimento de pertencimento dos alunos de escolas da Rasa em Armação dos Búzios e Araújo (2011) que analisa a experiência de aplicação da Lei Federal 10.639/03¹⁴ nas escolas municipais que atendem as crianças e jovens da comunidade remanescente do quilombo da Rasa.

Contudo, nenhum deles trata especificamente do turismo ou do significado deste para a comunidade; por vezes o turismo é mais um plano de fundo ou elemento de tensão no território. Assim, não há pesquisas na Rasa sobre turismo, imagem ou com fotografia participativa.

Peres & Nazario (2016) em seu artigo “Conflitos e disputas de terra, memória e identidade quilombola no espaço escolar” apontam a educação escolar como parte da zona de conflito étnico e territorial, que invisibiliza a história de resistência e estereotipa os quilombolas da Rasa; reproduzindo “representações da cidade-fantasia de Armação dos Búzios” (PERES & NAZARIO, 2016, p.10) vinculada a descrição turística dos bairros e narrada a partir da chegada de Brigitte Bardot. Embora seja uma temática que difira da nossa pesquisa, entre suas contribuições está a manifestação do interesse do poder público de investir na vocação turística da Rasa sem uma perspectiva dialógica e participativa; enquanto que a comunidade quilombola apresenta “um sentimento ambíguo e complexo de desesperança e ao mesmo tempo uma postura ativa frente à precária estrutura de oportunidades que a urbanização turística lhes oferece” (PERES & NAZARIO, 2016, p.6), apresentando a exclusão ou “inclusão subalterna” atrelada a discriminação entre os da Rasa e do centro, até mesmo entre os pescadores. Salientamos que, em relação as ponderações e implicações desta pesquisa, Nazário é quilombola da Rasa e a abordagem da pesquisa foi etnográfica.

Além do manifesto interesse do poder público pelo desenvolvimento turístico na

¹³Seus artigos analisam um entrecruzamento nos processos de emergência identitária entre pescadores e quilombolas (ALMEIDA, 2013) e do próprio processo de constituição identitária, história e memória dos quilombolas da Rasa (ALMEIDA, 2015).

¹⁴Lei que tornou obrigatório, o ensino da História da África e dos Africanos e da História da Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar, em instituições públicas e privadas no nível básico de ensino.

Rasa expresso no artigo supracitado e na dissertação de Carvalho¹⁵ (2015), segundo o Plano Diretor buziano (Armação dos Búzios, 2006), a atividade econômica do município está fundamentalmente voltada para o turismo. Naturalmente, a comunidade da Rasa já ponderou sobre turismo como uma possibilidade ou expectativa, tal como o desenvolvimento de propostas de roteiros turísticos apresentadas no Projeto Negócios Comunitários Sustentáveis¹⁶, em relatos, como resultado da pesquisa de Carmen Rodrigues Tatsch¹⁷ (ZEPEDA, 2007), em que a comunidade pesquisada propôs a criação de um circuito turístico na Comunidade de Rasa para contar sua história e cultura; ou ainda, expresso pelo artigo de Pereira (2013a), em que o turismo é visto pela comunidade de maneira dual: imposição do capital hegemônico do município e indutor dos processos de exclusão, mas também uma “possibilidade de meio de vida com mais qualidade e protagonismo”(PEREIRA, 2013a, p.12) como estratégia de resistência do “pensar e agir como quilombola” (título do artigo) pela exploração do “turismo étnico e natural” (PEREIRA, 2013b, p.121).

Destarte, o abismo entre a possibilidade e a realidade não é claro no discurso que ora vê o turismo como responsável pelos processos de exclusão, ora como ferramenta de inclusão. E ainda que o turismo na Rasa possa incluir, também pode reforçar a exclusão, caso não haja envolvimento comunitário; pela possibilidade de transformar a autenticidade¹⁸ da comunidade e seu patrimônio natural¹⁹ em mercadoria a ser consumida pelo turista.

Sendo assim, para que o turismo seja uma ferramenta de desenvolvimento local, é necessário conhecer a relação do morador com o turismo e as imagens extraquadro de

¹⁵Dissertação de Mestrado sobre a relação entre a identificação étnica e os sentidos da religião entre os remanescentes de quilombo da comunidade da Rasa.

¹⁶Instituto Bioatlântica e o Instituto Eco Brasil promoveram em 2011 o curso de Ecoturismo de Base Comunitária do Projeto Negócios Comunitários Sustentáveis em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios com apoio da prefeitura destes municípios e patrocínio da empresa Statoil. A fim de capacitar pescadores, filhos de pescadores, maricultores, pessoas ligadas a atividades tradicionais e ou artesanais, quilombolas, etc., pessoas interessadas na estruturação de roteiros turísticos com base na proposta de desenvolvimento de negócios comunitários sustentáveis. (JULIÃO & BARRETO, 2011)

¹⁷Pesquisa realizada na Rasa e concluída em 2007 apoiada pelo edital Direitos Humanos e Cidadania da FAPERJ, sobre bem-estar social e estímulo a solidariedade e a integração grupal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O método inclui registro em vídeo (vídeo antropológico) e contínuo feedback com a comunidade, através da projeção do material audiovisual.

¹⁸Autenticidade aqui é entendida como uma construção social, dotada de significado. De modo que sua perda não está relacionada a revitalização de práticas no turismo, mas a deturpação de seu sentido por outros grupos sociais.

¹⁹Para o Turismo, segundo Fratucci (2013), patrimônio natural é qualquer elemento natural (como praia, mangue, etc), independente de tombamento. Quando este tem singularidades que potencialmente possam atrair visitantes, tornam-se recursos turísticos naturais. (FRATUCCI, 2013)

Búzios, sob a perspectiva de quem vive, neste caso, pelo olhar quilombola; que é a proposta de pesquisa desta dissertação.

Tal como asseveram D'Ávila Neto e Nazareth (2008), que, referente as pesquisas sobre desenvolvimento – social, comunitário ou local, orientam o “uso” de uma abordagem participativa dos sujeitos, enquanto coautores na produção de dados e resultados; e salientam, inclusive, o uso da imagem ou registro visual como instrumento, dado o potencial de mobilização e sensibilização que amplia a participação de grupos.

Mas se por um lado a imagem é um potencial metodológico, de caráter participativo, com fins de pesquisas sobre desenvolvimento, na mesma medida a imagem do turismo, principalmente na visão da comunidade, é um importante objeto de estudo visto que está relacionada ao desenvolvimento do destino turístico²⁰.

A identificação da imagem que a comunidade tem sobre seu local, e o envolvimento responsável da comunidade torna-se imprescindíveis para o planejamento turístico sustentável, aquele que garante a conservação do patrimônio cultural e natural. Sem esse domínio, os setores público e privado que planejam e investem no empreendimento turístico correm o risco de entrarem em confronto com a imagem da comunidade sobre o local, refletindo-se em conflitos sociais e insucesso no empreendimento turístico. (PINHÃO & TREVIZAN, 2005, p.122)

Em consonância, Zamani-Farahani & Musa (2008) relacionam a percepção negativa do turismo pelas comunidades locais à mudança de comportamentos, atitudes e da imagem de seu território, comprometendo a percepção do destino, da experiência e potencialidade turística (DIEDRICH & GARCÍA-BUADES, 2009); além da qualidade de vida dos residentes.

Sob esta perspectiva, a sustentabilidade turística passou a ter como premissas a valorização e preservação do patrimônio ambiental e cultural, dando prioridade para inclusão da população local no processo do planejamento e gestão da atividade, ou seja, dando maior relevância ao turismo no que tange ao olhar e experiência do morador. O turista continua como figura fundamental para que o sistema exista, mas pensar na comunidade que recebe o visitante é também essencial para um funcionamento equânime da atividade. (ARAGÃO & ABADIA, 2011, p.81).

Neste tocante, nosso trabalho envolve a pesquisa participante quanto ao olhar do quilombola sobre o turismo como possibilidade de desenvolvimento local; de modo que

²⁰Destino turístico é uma localidade dotada de oferta de produtos e serviços turístico comercializados de maneira integrada sob uma marca distinta (SILVA et. al. 2001)

além de estimular a reflexão sobre o próprio território e respectivo desenvolvimento, envolve o protagonismo dos atores sociais em questões de exclusão social e sustentabilidade de uma comunidade tradicional (quilombolas da Rasa); contribuindo com a resolução de problemas.

Para tal, consideramos que, para compreender o olhar do residente, a psicossociologia contribui como perspectiva da pesquisa na medida em que envolve a compreensão das relações e representações sociais dos grupos e a configuração de subjetividades, neste caso, com viés do turismo. De modo que, a psicossociologia pelo programa EICOS e, mais especificamente, pela linha de pesquisa “Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social” (EICOS) estruturam a temática e o arcabouço metodológico desta investigação. Vale ressaltar que, as reflexões desta linha de pesquisa envolvem o debate crítico dos conflitos socioambientais, porém, no âmbito desta dissertação, mesmo reconhecendo a relação estreita entre desenvolvimento, preservação ambiental e comunidades tradicionais, não discutimos ou politizamos a questão da preservação da beleza natural da Rasa e/ou de Búzios.

Relativo aos aspectos sociais e psicológicos, com a interface da comunicação, que constituem a psicossociologia, estes estão expressos nesta pesquisa por meio da etnografia na aproximação do campo (e observação participante relacionada), que contextualiza o modo de vida da comunidade e as singularidades locais (ARAGÃO & ABADIA, 2011); e nas contribuições do uso da fotografia (aqui como narrativa, comunicação) para o prisma psicológico da pesquisa (NEIVA-SILVA & KOLLER, 2002)²¹, na medida em que no ato fotográfico, o fotógrafo mostra algo de si quando capta uma imagem em resposta a uma pergunta, e não só compartilha seu olhar com o pesquisador, como também torna o ato um evento social que pode afetar também aquele que é fotografado.

A partir deste viés da relação de fotografia e psicologia, buscamos neste trabalho, com base em Jobim e Souza (2003), a educação e construção crítica do olhar na produção e leitura das fotografias“ como uma atividade subjetiva compromissada com a experiência racional e sensível de tomada de consciência do mundo” (JOBIM E SOUZA, 2003, p.73); como potencial emancipatório (WANG & BURRIS, 1997; WARREN, 2005).

²¹Neste artigo, os autores fazem um levantamento histórico-metodológico do uso da fotografia na pesquisa psicológica e justificam por meio da análise de diferentes trabalhos, a contribuição da fotografia para a psicologia e outros campos.

Por conseguinte, a contribuição social desta pesquisa é principalmente “dar voz”²² aos quilombolas da Rasa e contribuir com a visibilidade e empoderamento²³ desta comunidade durante o processo da pesquisa, independente do resultado favorável ou não ao desenvolvimento do turismo.

Ademais, conforme Machado (2010), pesquisas que envolvem a imagem de destinos turísticos ainda são incipientes no mundo e no Brasil, além de serem, prioritariamente, voltadas para o estudo da imagem pela ótica do turista. Portanto, a pesquisa participante com uso de imagens no turismo pode apresentar resultados e subsídios teóricos-metodológicos que contribuirão para o campo social como experiência e referência de estudos sobre imagem e psicossociologia do turismo, pela perspectiva dos residentes “impressas” nas fotografias.

Neste sentido, para o alcance dos objetivos propostos, partimos de uma pesquisa qualitativa exploratória, com *locus* na comunidade da Rasa, selecionada como estudo de caso; onde foi realizado um trabalho de campo de caráter etnográfico, com observação direta e a realização de fotografias como registro de campo, além das imagens produzidas pelos quilombolas da Rasa.

O reconhecimento pré-campo, ou a primeira visita, teve início em outubro de 2017, num processo de aproximação e estudo de viabilidade da pesquisa por meio de observação participante, a fim de criar *rapport*²⁴ e buscar os enquadramentos “dos sujeitos” pelo nosso olhar de estranhamento.

Como a observação implica no registro dos acontecimentos, e a imagem tem papel central nesta pesquisa, optamos por registrar o caderno de campo deste 1 ano de visitas (de outubro de 2017 a outubro de 2018) em narrativa visual.

A partir das observações em campo, selecionamos 4 participantes com o seguinte perfil: quilombolas da Rasa adultos (maiores de 18 anos), ativistas/engajados (na temática quilombola), descendentes das diferentes lideranças identificadas no reconhecimento de campo e dos quais tivemos maior receptividade.

Relativo à fotografia participativa, em outubro de 2018, cedemos aos participantes, câmeras analógicas descartáveis para a produção individual de no mínimo

²²Em contraposição ao “nativo mudo” alertado por Krippendorff (1989), que é aquele que é excluído, ignorado no processo de tomadas de decisão em projetos que envolvem o turismo.

²³Termo relacionado à autonomia e mudança nas relações de poder, em que “os excluídos” libertam a si mesmos (ainda que um agente externo possa ser um catalisador), num processo individual e coletivo de protagonismo e ação política, pela perspectiva emancipatória (ROMANO, 2002; FREIRE & SHOR, 1986).

²⁴Termo da psicologia definido como método ou técnica para criar laços, empatia com outra pessoa.

12 fotos sobre a imagem do turismo na Rasa. Após impressas, cada fotógrafo-participante selecionou 5 fotografias e apresentou ao grupo selecionado, contextualizando a produção e o significado das mesmas. Em uma roda de conversa, apresentamos, ainda, os resultados da busca “turismo+Búzios” no Google Imagens, para contribuir com a reflexão crítica do grupo e contrapor as diferentes leituras visuais.

Assim, esta investigação parte da relação entre imagem e desenvolvimento turístico, a partir da perspectiva da comunidade local, enquanto fotógrafos-participantes. Por conseguinte, além do olhar da comunidade quilombola da Rasa, permeiam este trabalho a relação entre turismo, imagem, desenvolvimento e envolvimento comunitário, expressos no referencial teórico do capítulo dois.

De modo que, selecionamos como referencial, a abordagem de imagens extraquadro, dialógica e a arena polifônica da imagem em Barthes (1984), Bakhtin (2000) e a história a contrapelo de Walter Benjamin (LÖWY, 2005). Enquanto que as relações entre turismo e imagem tem suporte, principalmente, nos trabalhos de Gastal (2005), Baldissera (2008) e Perinotto (2013), além de Xavier (2006), que promove esta discussão com recorte em Armação dos Búzios (no capítulo consecutivo). Apoiaram ainda esta leitura, com atravessamento da psicologia e imagem, os trabalhos de Jobim e Souza (2003; 2008; 2010). No tocante ao envolvimento comunitário, utilizamos a terminologia do Ministério do Turismo (2007, 2010) e da OMT (2003), que o relacionam à atividade turística. Já nas discussões sobre desenvolvimento, apoiamos-nos em Sachs (1980; 1986; 1998; 2004), Maciel (1999; 2003; 2006a; 2006b; MACIEL & MOREIRA, 2012; MACIEL & ALVES, 2015) com atravessamento do turismo em Irving (2003) e Fortunato & Silva (2011).

No capítulo três apresentamos o recorte espacial (a partir do município de Armação dos Búzios), a contextualização (imagens do turismo buziano) e caracterização da comunidade/território da pesquisa (Rasa). Para tal, utilizamos como referência Cunha (1997, 2002), Leite (2006), e principalmente do INCRA (2017a, 2017b) que acresce informações sobre quilombolas.

Nossa narrativa prossegue delineando o caminho metodológico no capítulo quatro, a partir da entrada no campo com dinâmica de aproximação e distanciamento do pesquisador pela etnografia em Geertz (2008) e a observação participante designada por Spradley (1980).

Descrevemos esta pesquisa participante (DEMO, 1984; FREIRE, 1999; THIOLLEN, 2000), que, a partir do estado da arte da fotografia participativa (GAMA, 2011; COPQUE, 2011; JUSTO, 2003; NEIVA-SILVA & KOLLER, 2002; PEIXOTO, 1999; BALOMENOU&GARROD, 2016; MEIRINHO, 2017b), pela abordagem, prioritariamente, do photovoice²⁵ (WANG & BURRIS, 1997; MEIRINHO, 2012, 2013, 2014, 2017a; MARQUES, 2009, 2010; GEHRKE, 2015), propôs um estudo com a comunidade.

Em relação à análise das fotografias produzidas, optamos por apresentar as imagens e o processo de elucidação a partir das narrativas dos próprios “participantes-fotógrafos”. Em razão das composições de vozes na produção e do posicionamento negativo dos participantes quanto a divisão das imagens em categorias, esta pesquisadora assumiu como posicionamento político e ético respeitar a apresentação dos olhares quilombolas por eles mesmos. Incluímos dados do campo para contextualização das narrativas imagéticas, mas sem codificá-las. E, assim, o capítulo cinco apresenta os resultados da pesquisa.

Considerando o processo de transformação “dos sujeitos/atores” pela análise de sua realidade e “tomada de consciência” na pesquisa participante (THIOLLENT, 2000), neste capítulo, o trabalho relacionou o viés psicossociológico para estudar o envolvimento e preferências deste grupo social com o turismo e estimular a reflexão destes como protagonistas do desenvolvimento local, seja pelo turismo ou apesar dele.

Concluindo a dissertação, as lições aprendidas compõem as considerações finais, apresentadas no capítulo seis.

²⁵Photovoice ou Fotovoz é “um processo pelo qual as pessoas podem identificar, representar e melhorar sua comunidade através de uma técnica fotográfica específica” (WANG & BURRIS, 1997, p.369. Tradução nossa); que explicitaremos no capítulo 4.

Os “novos” pobres e o contrato social: receitas de desenvolvimento, igualdade e solidariedade, seus mitos, laços e utopias

Para que o desenvolvimento possa ser global, no sentido de uma equidade universal, ele deve se expor ao exame de uma teoria multifacetada de laços, que suponho possa ser aplicada. Penso e repenso sempre essa teoria cada vez que uma notícia sobre massacres de populações em nome do comunitarismo me chega e constato que os "novos pobres" são, cada vez mais, uma imensa massa de excluídos pela desigualdade e pela diversidade, seja ela de signo social, econômico, cultural, étnico ou religioso.

Mesmo correndo o risco de estar exercitando uma (nova?) utopia, é necessário buscar o caminho do possível: se territórios e nações tem fronteiras que exacerbam nossos preconceitos em direção à exclusão do outro, devemos exercitar-nos a (re)dimensionar com fronteiras infinitas a construção da solidariedade, que significa tornar sólidos os nossos laços - quase sempre muito tênues - com o outro. Esse me parece ser o caminho de uma sociedade do futuro.

Quero crer como um valor em um momento de incerteza que:

- o ideal de justiça e não-violência para todos, no exercício de uma cidadania mais universal para cada um, como laço político;
 - a expansão da participação auto-gerida e criativa como laço comunitário;
 - a durabilidade do desenvolvimento como laço econômico;
 - a expansão dos direitos universais do homem, da mulher, da criança, jovens e velhos, estrangeiros e autóctones, como laço cultural;
 - a reinvenção da relação com a natureza, como laço ecológico;
- estejam desde já completando a solidariedade como laço social e anunciando que, mesmo convivendo com a incerteza e desequilíbrio, o futuro começa hoje.

(D'ÁVILA NETO, 1998)

2. PROFUNDIDADE DE CAMPO

O capítulo da dissertação referente a fundamentação teórica, intitulamos “Profundidade de campo”.

Na linguagem fotográfica, é ela quem determina o que dar enfoque e desfocar, estabelecendo o referencial, a nitidez entre a relação do objeto de foco e entorno. Assim, este trecho do trabalho trata do referencial, das relações que envolvem o foco do estudo; por isso, configura o referencial teórico do trabalho.

Nossa narrativa no “aprofundamento de campo” parte da importância da imagem para o desenvolvimento turístico, ao passo que questionamos as relações de desenvolvimento turístico e desenvolvimento local e retomamos a imagem do turismo como retrato do olhar e do envolvimento comunitário à busca do desenvolvimento local.

2.1 Imagem e desenvolvimento turístico

Vivemos na “civilização da imagem” (GASTAL, 2005).

“As imagens constituem hoje as narrativas do mundo contemporâneo, trazendo novos elementos para buscarmos uma compreensão mais abrangente do próprio conceito de narrativa” (JOBIM E SOUZA, 2002, p. 79). Além de ilustrar e/ou informar, as imagens cumprem a função de “educar e produzir conhecimento” (SARDELICH, 2006, p.459), como instrumento para ler, refletir e questionar o mundo (BARTHES, 1984).

Podem representar a projeção concreta de algo ou alguém captada através de instrumentos e recursos comunicacionais, como fotografia, televisão e cinema; ou ainda uma projeção mental produzida no imaginário das pessoas “a partir de experiências vividas, das mensagens recebidas e assimiladas, bem como através da compreensão do mundo” (PERINOTTO, 2013, p.4).

Assim, as imagens têm múltiplos usos, sentidos (polissêmicas) e intencionalidades.

Estão presentes na paisagem humana e é por meio delas que nós construímos e fazemos nossa história. Estão [...] nos meios de comunicação, em fontes comerciais ou de entretenimento e nas Artes. Contêm mensagens que podem mudar opiniões. Dizem-nos como devemos comer e nos vestir, nos lembram do padrão ideal de beleza, nos comovem, nos indagam, nos fazem refletir, nos formam enquanto seres humanos inseridos em um mundo social que produz cultura. (FISCHER & CUNHA, 2009, p.2026-2027)

Em consonância, o pedagogo Moran (2009), enaltece a força da imagem, equiparando a sua não exposição, a não existência ou não acontecimento; o que, similantemente, Baldissera (2008) expressa em relação ao turismo:

Turisticamente, um atrativo, um produto ou um destino somente existe se for comunicado, se os turistas forem informados de sua existência. Caso contrário, permanecerá apenas com potencialidade turística (potencialidade não realizada), isto é, somente será conhecido por aqueles que chegarem até ele, mesmo sem saber de sua existência. (BALDISSERA, 2008, p.126)

Perinotto (2013, p.4) afirma inclusive que “o desenvolvimento da atividade turística se baseia em imagens”, tanto que 75% das mensagens/materiais promocionais do turismo, utilizam a linguagem visual (JENKINS, 1999), embora tentem “ao máximo enfatizar certos detalhes que chamem a atenção do público” (PERINOTTO, 2013, p.4).

São as imagens simbólicas e o imaginário no turismo que vivificam a busca da felicidade nas experiências turísticas. As imagens estão presentes antes mesmo do deslocamento do turista, dada a propagação de fotos na rede, e o imaginário corresponderá aos sentimentos relacionados e esperados dos destinos turísticos pelos visitantes (GASTAL, 2005), “alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, que as levarão a achar um local ‘romântico’, outro ‘perigoso’, outro ‘bonito’, outro ‘civilizado’”. (GASTAL, 2005, p. 12)

Quando a imagem do destino é positiva, “atua como diferencial competitivo no mercado, pode servir para alicerçar a economia e o desenvolvimento sustentável do lugar” (SILVA & PERINOTTO, 2016, p.419). Neste sentido, Guerreiro (2005, p.08) coloca que “o desenvolvimento do turismo no Brasil gerou necessariamente um mercado de cidades e há uma imagem turística para cada uma delas”.

A imagem de destinos turísticos é, então, uma ferramenta importante para o desenvolvimento turístico de uma localidade (OLIVEIRA& HARB, 2012). E:

Ainda que a imagem dos lugares se deva também a qualidades intrínsecas, a sua representação mediática constitui-se como determinante para o seu posicionamento internacional ao nível da competição de recursos e implementação de estratégias de desenvolvimento, particularmente ao nível do turismo (MARQUES, 2009, p.22).

Tanto assim que a importância da relação entre imagem e desenvolvimento de destinos turísticos figura o interesse de pesquisadores desde a década de 1970 - “com John D. Hunt a marcar o início de uma linha de investigação sobre imagem de destino turístico (TDI – Tourism Destination Image Research Line) com o seu trabalho de 1971” (MARQUES, 2009, p.21) - e permanecem entre as preferências temáticas de estudos, embora as pesquisas, priorizem o mercado, ou mais especificamente, o turista (PINHÃO & TREVIZAN, 2005).

Referente ao conceito de imagem turística, Solha (1999) define como um amalgama de impressões e expectativas composto por elementos cognitivos e afetivo, que conferem subjetividade ao processo de construção da imagem²⁶.

Segundo BIGNAMI (2002, p.23):

[...] a imagem de um lugar é formada por um processo cognitivo, que envolve a assimilação de informações verdadeiras ou não, difundidas pelos setores envolvidos com atividades turísticas, bem como de conceitos fornecidos pela produção cultural e pelos meios de comunicação.

Tal como reafirma Baldissera, quando coloca que “o turismo existe pela e em comunicação” (BALDISSERA, 2008, p.126), na medida em que utiliza ferramentas de comunicação e marketing que, segundo Castro *et. al.* (1999), orientam o olhar do turista e antecipam a sua experiência por meio de guias, folhetos, postais, mapas turísticos, etc., construindo a narrativa imagética do que deve ser experimentado e contemplado; ou ainda, “dando resposta ao processo ritual turístico de visitar, ver, registrar, comer, comprar, fazer e dormir”. (PEREIRO, 2005, p.62).

Mas o repertório imagético de um destino é uma construção histórica e cultural, “representações ideais da vista” (URRY, 1996, p.122), com diversos símbolos que compõe uma realidade turística estabelecida, negociada que se modifica com o tempo, cristalizando por vezes uma mesma narrativa e ocultando “outras realidades” (CASTRO *et. al.*, 1999; CASTRO 2002).

²⁶Para estudar a construção da imagem de um destino turístico, podemos encontrar um quadro com revisão teórica em Silva (2011, p.75-78) e em Scalabrini et al (2015), elementos relevantes e tipos de imagens de destinos turísticos.

Quando muito se caracteriza um destino, por exemplo, pelas suas praias e apenas por elas; então o destino se torna aquilo, um destino de sol e praia e só. Essa construção é fruto de ideologias e variam de acordo com quem constrói, quando constrói e o quanto ele aborda nessa construção. (OLIVEIRA & NEIVA, 2016, p.21)

Analogamente, o turismo fluminense apropria-se do espaço litorâneo, em especial a parte que integra a região turística denominada Costa do Sol (MENDONÇA, *et. al*, 2017), o que remete ao discurso de destino de lazer, atrelado a sol e praia; reproduzido como imagem de Armação dos Búzios (município localizado nesta região), a despeito da cidade em sua totalidade e rupturas “entre as populações locais e às novas lógicas do capital que se inserem na região” (MENDONÇA, *et. al*, 2017, p.328), que discutiremos no capítulo seguinte.

Isto significa que “a cidade não é apenas um objeto percebido (e talvez desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores” (LYNCH, 1997, p.2).

Ou seja, é a imagem turística, “fabricada” pelos agentes promotores e veiculadas pela linguagem midiática, que dá visibilidade²⁷ ao destino (GUERREIRO, 2005; MTUR, 2015) e cria “uma moldura interpretativa e comportamental para o turista” (FREIRE-MEDEIROS, 2007, p.06)

Mas isso é um processo educativo que atende a quem e quais interesses sociais?

Para Echtner e Ritchie (1993) a configuração de imagem de um destino turístico pode ser formada pela dimensão orgânica, pelas informações oriundas de conhecidos ou da literatura, como um processo “não induzido”; pela dimensão induzida, ou seja, pelas entidades que propagam o destino; ou ainda pela dimensão complexa, formada a partir do contado direto do turista com o destino. E, qual é a relevância da perspectiva do residente?

²⁷Visibilidade do destino trata da qualidade visual do lugar. Está mais relacionada à propagação de imagens generalizadas e/ou estereotipadas do cotidiano (XAVIER, 2006), do que a beleza ou excentricidade do lugar/atrativo que dá base a imagem divulgada (OLIVEIRA et al., 2008). Traduz o espaço por uma narrativa única ou recortes visuais do lugar, manipuladas por grupos hegemônicos, conforme expresso por Xavier (2006), em relação à Búzios como “aldeia de pescadores ou “cidade de Brigitte Bardot”.

Grupos juridicamente vulneráveis e populações ideologicamente minoritárias [...] estão, sobremaneira, excluídos das possibilidades de inserção na esfera de visibilidade pública e, por extensão, dos processos de construção de espaços de visibilidade, negociação e diálogo na e com a grande mídia, a mídia hegemônica. Por isso, caracterizam-se como “invisibilizados”, ou seja, destituídos de poder, privilégio e prestígio frente à esfera pública política (SILVA & FREITAS, 2009, p.01-02)

Neste contexto, onde estão as comunidades quilombolas buzianas nas imagens do turismo de Armação dos Búzios?

Este questionamento trouxe a inquietação que motivou esta pesquisa e também a seguinte constatação: o turismo, tal como o ato fotográfico, seleciona enquadramentos que visibilizam espaços, práticas sociais ou grupos, em detrimento de outros; conforme a perspectiva de quem produz e reproduz as imagens – sejam fotografias, postais, mapas, etc. Afinal:

Toda visão pictórica, mesmo a mais “realista” ou a mais ingênua, é sempre um processo classificatório, que joga nas trevas da invisibilidade extraquadro tudo aquilo que não convém aos interesses da enunciação e que, inversamente, traz à luz da cena o detalhe que se quer privilegiar (MACHADO, 1984, p.76).

Esta seleção do que mostrar ou ocultar representa uma ideologia, “que assenta na redundância e, por outro lado, na ocultação, distorção ou manipulação de certas imagens que, em vez de serem um meio para descortinar a realidade, ocultam-na” (CARVALHO, 2007, p.04), propondo mundos ilusórios, contudo, perceptíveis (JOLY, 2007).

Quer dizer:

O “visual” de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto “tátil”, podemos acrescentar, refletem decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder [...] (ARANTES, 2000, p. 33).

Expressam relações de saber e poder (FOUCAULT, 1977), na medida em que “(...) enunciados e visibilidade, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam”. (FISCHER, 2001, p.200).

Por conseguinte, os signos e a subjetividade do “não dito” nas imagens revelam discursos e por isso, como diria Foucault, práticas sociais:

[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

E, nesse sentido, Moraes (1996, p. 21) ressalta a importância de associar “o produtor, o produzido e o contexto de sua produção”; e, para além disso, nas palavras do filósofo e crítico literário alemão, Walter Benjamin, de “escovar a história à contrapelo”²⁸, ou seja, interpretar a história sob a perspectiva dos oprimidos, dos “vencidos” (LOWY, 2005) ou “invisibilizados”; o que ressalta a relevância na leitura crítica das imagens e do contexto da produção destas para o turismo.

Ademais, as (in)visibilidades nas imagens manipuladas do turismo podem comprometer a competitividade do destino e recuarem dos princípios da sustentabilidade. Então a imagem do destino promoveria o desenvolvimento turístico para quem?

Assim, inspiradas na educação em Benjamin (1995, 2012) e Freire (1999, 2011), que olha o mundo e os acontecimentos “na direção oposta à determinada” (MIKLOS, 2017, p.149), propomos, numa leitura crítica do olhar, escovar o turismo-a-contrapelo²⁹; buscando as imagens extraquadro do turismo de Armação dos Búzios (RJ), no contexto e olhar quilombola da Rasa, para que o desenvolvimento, turístico ou não, seja, sobretudo, local.

2.2 Turismo. E desenvolvimento?

O turismo é um dos maiores setores econômicos do mundo (WTTC, 2017), do Brasil (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016) e de Armação dos Búzios, embora os benefícios do desenvolvimento da atividade turística no município sejam muitas vezes restritos, e não consigam “influenciar, de modo positivo, a vida de toda a população local” (SALES & ALVES, 2010, p.07).

Alguns países de terceiro mundo buscam no turismo a saída para o crescimento econômico, sem as devidas avaliações dos custos dessa decisão. [...] o desenvolvimento, por um lado, favorece o turismo, não sendo, de outro tão evidente que o turismo promova, por si, o desenvolvimento. (RABAHY, 2003, p.28).

²⁸Vale ressaltar que o autor formulou esta tese contra hegemônica – “escovar a história a contrapelo” – em 1940, “no mesmo momento em que o conformismo fascista arrancava da tradição o direito de uma outra história ser escrita”. (MAIA, 2008, p.168).

²⁹Colocamos turismo-a-contrapelo como aquele excluído simbolicamente da narrativa oficial.

O desenvolvimento turístico nem sempre representou benefícios às populações locais (IRVING, 2002) e é esta constatação que inspirou o título desta sessão, em que indagamos o tipo de desenvolvimento (e para quem) relacionado a atividade turística.

Mas, o desenvolvimento turístico e o crescimento econômico não são sinônimos de desenvolvimento (SACHS, 1986), se não mudam a realidade local, nem reduzem as desigualdades (MACIEL & ALVES, 2015).

Ou seja, conforme coloca Coriolano (2001, p.41):

[...] o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como [...] ao desenvolvimento local.

Se “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2004, p. 13), entendemos assim, que a busca da qualidade de vida da população como finalidade torna o desenvolvimento multidimensional; envolvendo, para além de dimensões econômicas, “questões ambientais, sociais, culturais e políticas” (MACIEL, 1999).

Relativo a isso, Maciel (2006b) pondera que:

É preciso investir na busca de um modelo de desenvolvimento que seja simultaneamente desejável, em termos sociais; prudente, em termos ecológicos e viável, em termos econômicos. Algo que resgate as culturas locais, investindo em qualidade de vida sustentada por laços sociais (solidariedade) e fundamentada em valores éticos. (MACIEL, 2006b, p. 15)

O questionamento do modelo economicista de desenvolvimento e as mudanças de paradigmas relacionadas remontam a década de 70, quando o Desenvolvimento Endógeno já colocava “o homem” como finalidade do desenvolvimento, centrado na cultura local e, por conseguinte, na participação (MACIEL, 2006a). Contudo, a relevância ambiental era subdimensionada e sua pertinência relegada a demandas locais. A questão ambiental é incorporada na década de 80 com o Ecodesenvolvimento, que privilegiava os recursos e saberes regionais (SACHS, 1980). Na década de 90, o Desenvolvimento Humano Durável (MACIEL, 2003) retoma a centralidade “do homem” como finalidade do desenvolvimento, numa perspectiva ética, e insere indicadores como educação, padrão de vida, longevidade (que posteriormente deram base ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH). Ainda nesta década, o Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2004) consolida-se, porém com duas distintas

concepções, entre elas³⁰ a perspectiva latino-americana que implica em transformação da realidade e equidade sociais e, neste sentido, assemelha-se aos demais modelos alternativos.

Podemos dizer que:

Há um reconhecimento generalizado de que a premissa do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social dos indivíduos e das comunidades. Ele não incide sobre um conjunto vazio. O desenvolvimento ocorre em uma determinada comunidade, em um território específico, sendo evidente a natureza territorial do desenvolvimento. O desenvolvimento local passa a ser uma alternativa para as comunidades locais assumirem o papel de protagonistas desse processo (ARAÚJO et. al., 2017, p.07).

As distintas concepções de desenvolvimento trouxeram paradigmas alternativos ao modelo em voga, especialmente, a partir do desenvolvimento local, que entendemos como “uma perspectiva própria de desenvolvimento, a partir dos anseios e necessidades das comunidades e seus habitats naturais ou aquele que precisa acontecer nas grandes comunidades de periferia das grandes metrópoles” (MACIEL & MOREIRA, 2004, p.05). Vale ressaltar que, como esclarece Martins (2002, p. 54), “quando se fala de ‘local’, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Afinal, na configuração e processos que constituem o espaço delimitado que chamamos de território, que um grupo se relaciona (RAFFESTIN, 1993) e comunidades tradicionais, como é o caso da Rasa, se estabelecem material, social e simbolicamente (HAESBAERT, 2007). E nesta relação entre território e comunidades, “estas se impregnam das características do território assim como estes se impregnam com os usos, costumes e tradições dos seus habitantes” (OLIVEIRA & BLOS, 2012, p.143).

Em suma, o viés “local” confere centralidade ao território, como lugar do desenvolvimento, e a população que o “anima”, como agentes transformadores (ARAÚJO et. al., 2017).

Neste contexto, se o desenvolvimento turístico é compatível com o desenvolvimento local, como entendemos neste trabalho, parte de uma potencialidade específica do território, fundado em sentimentos de pertencimento a um grupo ou comunidade, legitimada por processos democráticos e participativos.

³⁰A outra vertente coloca o Desenvolvimento Sustentável coerente com o neoliberalismo e admite impactos ambientais mitigáveis ou reversíveis.

Contudo, o desenvolvimento do turismo convencional, que é coordenado e orientado pelo mercado e pelo capital (MENDONÇA, 2004), exclui o nativo e aliena a experiência turística; na medida em que compromete a qualidade de vida da comunidade anfitriã, alijada do processo de turistificação³¹ e por vezes, negligenciada do “direito a cidade” e do controle do próprio destino, tal como “o nativo mudo” alertado por Krippendorff (1989).

Na Rasa isso é possível observar a partir da relação que a Prefeitura estabelece com a comunidade e a intenção de transformar o local em ponto turístico. A Praça Quilombola – que será construída³² marca o espaço como área étnica, mas não representa os remanescentes de quilombo, se quer faz referência a comunidade da Rasa. Os moradores não se identificam com o monumento, e a comunidade já frequenta uma praça em que a vida deles se desenrola. Essa ação da prefeitura de Armação dos Búzios pode ser considerada como um indicativo de como a questão de um possível turismo étnico será tratada no local. (CARVALHO, 2015, p.101)

Como Coriolano, podemos dizer que “a cidade dos turistas não é a mesma dos residentes” (2009, p.76).

Deste modo, no turismo convencional, a procura por diversificar a oferta e atender novas demandas “à busca de pertencimento, segurança e autenticidade, fora dos pacotes e dos hotéis de bandeira internacional” (REZENDE, 2014, p.360) pressiona “as comunidades residentes em locais com rico patrimônio natural e que possuem manifestações culturais únicas, no sentido de transformá-los em produtos viáveis” (FORTUNATO & SILVA, 2011, p.90). Quando inseridas na lógica do turismo, as comunidades periféricas em destinos turísticos, como a Rasa³³ (Armação dos Búzios), sofrem com elevação de custo de vida, especulação imobiliária, engarrafamentos, entre outros problemas sem receber os benefícios do dito “desenvolvimento turístico”. Enquanto que, aquelas comunidades (em especial, as comunidades tradicionais³⁴)

³¹“Turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas” (FIGUEIREDO, 2008, p. 86).

³²A referida Praça (Quilombola) foi inaugurada dia 12 de maio de 2018.

³³“O Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios está entre os que possuem os maiores percentuais de analfabetismo, desemprego e ausência de documentação” no estado do Rio de Janeiro (NAGEM, 2012, p.78).

³⁴Compreende-se como Povos e Comunidades Tradicionais “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº6.040/07)

inseridas na atividade turística, a fim de assegurar sua sobrevivência, submetem sua gestão aos critérios do mercado (FORTUNATO & SILVA, 2011), ou são subjugadas a “gestão” do próprio mercado.

Nesta vertente o desenvolvimento turístico suprime ou suaviza os impactos socioambientais das estatísticas e discursos e se distancia do desenvolvimento local, na medida em que este envolve o aproveitamento de recursos endógenos (humanos, naturais e de infraestrutura), e tem o envolvimento comunitário como princípio fundamental, enquanto que naquele os nativos podem perder o controle do próprio destino (KRIPPENDORF, 1989).

Em contraponto, surgiu na década de 80, como ferramenta de redução de pobreza, o Turismo de Base Comunitária – TBC (ou turismo comunitário) com a proposta de envolver as comunidades residentes como protagonistas da atividade turística em seu território; a partir de um planejamento participativo e gestão inspirada na economia solidária, com bases éticas, emancipatórias e sustentáveis (MADUREIRA, 2009) também utilizada nos anos 1990 pelo turismo sustentável.³⁵

Neste tocante, Madureira (2009) compara a sustentabilidade da atividade turística, com vias de descontinuidade quando assentada na iniciativa pública e da possibilidade de permanência pela gestão autônoma da população, quando esta é empoderada, sugerindo o caráter sustentável do TBC.

Irving (2009) salienta, inclusive, que o turismo de base comunitária, em teoria, propicia a coesão e o laço social, a coletividade (agir em prol do coletivo), e que por este viés, “promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (IRVING, 2009, p.111).

Essas práticas buscam uma alternativa ao turismo de massa, propondo um desenvolvimento turístico que, nesta perspectiva, se assemelha ao desenvolvimento local. Afinal, propõe a transformação da realidade, pelo protagonismo e saberes da própria comunidade, conforme as especificidades de seu território (SACHS, 1998).

“Portanto, a partir do envolvimento comunitário, o turismo possui grande potencial de promover o desenvolvimento local de um território específico” (FORTUNATO & SILVA, 2011, p.92), democratizando os benefícios do turismo e

³⁵O Turismo Sustentável foi definido pela OMT como aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Vale ressaltar que no TBC a comunidade é gestora, produtora e beneficiária da atividade turística, enquanto que o Turismo sustentável não exige este protagonismo, mas a equidade nos benefícios.

limitando as mudanças que a população local não esteja disposta a aceitar (WEARING & NEIL, 2001).

A esse respeito, cabe lembrar que o desenvolvimento local tem alicerce na identificação dos potenciais do território, segundo a comunidade residente. E esta pode valorizar outras potencialidades que diferem do turismo.

Em nenhuma hipótese, condições objetivas determinam vocações. Por exemplo, duas localidades que apresentam condições ambientais e físico-territoriais semelhantes podem sempre tomar caminhos diferentes de desenvolvimento. Porque seus habitantes podem sempre fazer escolhas diferentes, porque podem sempre valorizar diferentemente os seus recursos. Além disso, tal escolha nunca é apenas racional. Depende, entre tantas outras coisas, dos sonhos das pessoas, dos interesses dos agentes políticos e econômicos, das capacidades, habilidades e competências da sua população e da configuração e da dinâmica da sua rede social (AED – AGENCIA DE EDUCACIÓN PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004).

Destarte, Sachs (2004) condiciona a resolução de problemas e a realização de potencialidades do território à participação da população local, como principal interessada no processo de desenvolvimento (MACIEL & ALVES, 2015).

Posto que é ela quem melhor conhece suas necessidades e aspirações, podendo assim apontar o melhor caminho para a busca de uma melhor qualidade de vida. É necessária confiança na capacidade e sabedoria dessa população, na identificação de seus problemas e na tentativa de soluções originais, considerando seu ritmo, dinamismos e peculiaridades (MACIEL & ALVES, 2015, p.277-278).

Esta abordagem ética e emancipatória, vincula os estudos que relacionam o desenvolvimento, sendo turístico ou não, ao envolvimento comunitário, especialmente a partir da pesquisa participante, na perspectiva de que o sujeito/participante é também o agente de transformação (ARAÚJO, et al, 2017).

Trazendo para a temática da nossa pesquisa, não pretendemos fazer uma apologia ao desenvolvimento da atividade turística, mesmo que nos moldes do turismo de base comunitária (TBC). Mas, partimos da premissa que, o envolvimento comunitário na reflexão crítica da realidade de territórios apropriados pelo turismo, como Armação dos Búzios, é fundamental para que a atividade proporcione desenvolvimento local, ou seja, a melhoria da qualidade de vida de todos, em especial as comunidades periféricas, como a Rasa.

Contextualizando as citações acima e as discussões apresentadas neste trabalho, ficou mais evidente a relação implícita entre os temas, sobretudo a tripartição: turismo-

desenvolvimento-imagem (tratada na sessão anterior), em especial pelo viés endógeno; condicionando o desenvolvimento local ao envolvimento comunitário, que trataremos na próxima sessão.

2.3 Turismo e envolvimento comunitário: olhares dos “da terra”

Até este trecho, o capítulo 2 tratou das relações entre turismo, imagem e desenvolvimento turístico; ressaltando as contribuições deste para os processos de exclusão e/ou de inclusão relacionados a turistificação dos destinos turísticos. Indicando também a importância do olhar da comunidade sobre as imagens e sobre o desenvolvimento do turismo à busca do desenvolvimento local.

Como expusemos no início deste capítulo, a promoção de imagens turísticas favorece o desenvolvimento turístico do destino, mas é o envolvimento da comunidade que possibilita a associação deste com o desenvolvimento local.

Destarte, esta sessão complementará a discussão relacionando turismo e envolvimento comunitário, incluindo os atravessamos relacionados: desenvolvimento local, território e comunidade.

Na Rasa, a relação de pertencimento com a comunidade e o território é expressa no uso dos termos “os da terra” e “os de fora”. Deste modo, o título desta sessão remete a importância da inclusão da comunidade e respectivas opiniões com relação ao turismo, sobretudo na “sua terra”.

O envolvimento comunitário no turismo é citado em diversos manuais e cartilhas do Ministério do Turismo, com foco na orientação para sensibilização das populações locais; embora valorize o envolvimento comunitário, difere da nossa interpretação quanto a intencionalidade, onde a sensibilização assume uma postura pragmática, com um cunho persuasivo e não dialógico: “Significa, na prática, convencer as pessoas da comunidade de que sua organização e seu envolvimento são condições essenciais para o fortalecimento de sua região” (MTUR, 2007, p.15, grifo nosso), “mediante o conhecimento do objeto transformador da realidade em análise: o turismo” (MTUR, 2007, p. 118).

Com esta mesma visão, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p.95) discorre sobre a sensibilização: “Através desse envolvimento, elas entenderão o turismo, terão maiores condições de lidar com esse novo desenvolvimento em sua área e de

participar dos seus benefícios, sendo, portanto, mais provável que apoiem o turismo”. Mais uma vez o envolvimento comunitário é apreciado, porém, com discurso desenvolvimentista, sugere que o turismo é uma atividade posta e anterior ao convite a participação.

Mas o envolvimento abrange diálogo e canais de comunicação, afinal “o turismo não se impõe, constrói-se com a comunidade mediante processos de comunicação ampla e verdadeira” (BALDISSERA, 2008, p.138). Para promover inclusão, fortalecendo a democracia nos processos de decisão do destino turístico, deve-se potencializar os lugares de comunicação, como as instancias de governança locais³⁶, “visando valorizar e resgatar os saberes locais” (HANAI & ESPÍNDOLA, 2011, p.7), e não restringir o envolvimento comunitário a contratação de mão-de-obra local nos empreendimentos turísticos (MTUR, 2010), mas sim possibilitar e estimular o protagonismo e a participação nos processos de decisão.

Até porque, a comunidade está presente no turismo, seja como apoio ou colaboração, “quando se sente pertencente” (BALDISSERA, 2008, p. 136), ou como resistência, “quando se percebe marginalizada” (BALDISSERA, 2008, p.136). De modo que, partimos da premissa que o desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis, “passa, primordialmente, pela necessidade de incluir e escutar a comunidade residente.” (NERES & BONFIM, 2016, p.223)

No tocante a participação, Brandão (1981) distingue três estilos, o primeiro em que a participação é meramente instrumental, pouco expressiva e a condução é exclusivamente estatal; na segunda, a participação é mais efetiva, associada ou intermediada por ONGs, que estabelecem controle central. Na terceira fase, há um maior grau de envolvimento popular, atuando em todas as fases dos projetos sem a intermediação do Estado ou de ONGs.

Silveira (2001) anui todas as menções apresentadas até aqui, argumentando que apenas com a efetiva participação da comunidade local aliado a um planejamento e gestão do território sustentável é que o turismo pode fundamentar o desenvolvimento local.

³⁶As instâncias de governança regional são coletivos legalmente reconhecidos como: associações, conselhos, fóruns, comitês, consórcios; em que representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada relacionada a atividade turística participam para planejar e executar o processo de desenvolvimento do turismo no âmbito do município, região ou estado que representam.

Beni (2006) crítica inclusive as diferenças de organização e níveis de formação (escolaridade) nos espaços formais de participação, as instancias de governança, atribuindo a este fato a baixa participação de representantes de comunidades tradicionais dos destinos turísticos.

Concernente a relação entre o turismo e comunidades tradicionais³⁷ Faria (2009) denota a imprescindibilidade do envolvimento da comunidade em projetos de turismo nestes territórios e Diegues (2003) explana o mesmo, destacando o protagonismo destes:

O turismo é uma prática social universal, e vamos ter que conviver com ele [...]. E temos que pensar nas comunidades tradicionais, como forma de vida, e que muitos resistiram, até hoje, até há processos muito mais violentos que o próprio turismo, como a expropriação de suas terras, por grileiros e por grupos imobiliários, [...]. É fundamental que essas comunidades locais se organizem e se tornem donas, no sentido de apropriação, do processo turístico. Isso se refere a várias experiências brasileiras (DIEGUES, 2003).

Esta colocação é compatível com a realidade da Rasa, comunidade quilombola de Armação dos Búzios, que além do passado relativo a diáspora africana em função da escravidão e expropriação das terras pós-abolição, hoje sofre com a especulação imobiliária e ainda, com a ação de grileiros, dada a valorização do destino turístico Búzios.

O destino, sob a perspectiva do turismo, pressupõe relações com a comunidade local, de modo que é importante saber o que esta pensa do turismo, suas resistências e preferências e motivos relacionados (BALDISSERA, 2008). “Entretanto, pouco se conhece sobre os interesses da comunidade local e, conseqüentemente, sobre a interação turismo/mundo-vivido” (PINHÃO & TREVIZAN, 2016, p.122).

E, se o turismo é também uma potencialidade no território da Rasa, acreditamos que é na comunidade que há possibilidade de efetivação. E é ela (a comunidade) quem, prioritariamente, deve ser considerada no pensar e fazer turístico (BALDISSERA, 2008), em especial se optarem por desenvolver turismo comunitário³⁸.

³⁷Compreende-se como Povos e Comunidades Tradicionais “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto nº6.040/07)

³⁸A Política Estadual de Turismo Comunitário no estado do Rio de Janeiro (Lei nº7.884/18) estabelece que a prioridade na exploração do turismo comunitário em áreas que existam comunidades tradicionais deve, prioritariamente, ser exercida pelos residentes.

Por conseguinte, é o olhar da comunidade que representa a sustentabilidade do turismo, inclusive no direito de optar por não o desenvolver.

(Segundo esta perspectiva,) o desenvolvimento, a partir do enfoque local, além de circunscrever a questão no espaço de inserção de um grupo social com suas especificidades, valoriza o envolvimento comunitário, está alicerçado em relações horizontais e na noção de empoderamento das comunidades, valores que, segundo Irving (2002), constituem a garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. (MATTOS & IRVING, 2003, p.26)

Para além da visão de sustentabilidade, o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005), que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, as quais se procura responder prioritariamente e coletivamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica endógena de envolvimento e autogestão comunitária (AMARO, 1999).

[...] necessita-se do envolvimento das pessoas, buscando sempre a valorização do potencial humano. Para uma melhor evolução deste processo, deve-se buscar a alternância entre ação – reflexão – ação para que, dessa maneira se possam gerar gradativamente as condições necessárias para a auto-gestão (CORDIOLI, 2001, p. 19).

Nesta abordagem, promover o desenvolvimento local, então, significa implementar ações que permitam o envolvimento ativo do cidadão, o efetivo controle social e o empoderamento de grupos sociais nas esferas de tomada de decisão; inclusive em projetos de turismo, onde a comunidade deve ter ciência dos possíveis impactos e estabelecer prioridades e limites para a atividade turística.

“Quanto maior a densidade da visitação e quanto menor o protagonismo da comunidade na determinação desses limites e no gerenciamento dos eventuais impactos dele decorrentes, maior deve ser o antagonismo” (SILVA & SPINOLA, 2018, p.84) entre desenvolvimento turístico e o turismo como fator de inclusão e desenvolvimento local (SANTOS et al, 2010).

Então, pensar o envolvimento comunitário e o desenvolvimento pelo viés local, abarca os conceitos de comunidade e território, a ela relacionada. Ademais é no território que há convergência das ações e o turismo acontece (OLIVEIRA; ZOUAIN, 2008).

O termo território vem do latim *territorium*, que, por sua vez deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado; o qual fora resgatado pela Geografia no Brasil ao

fim da década de 1980, em distintas escalas, sobretudo na escala intraurbana, conformando novos arranjos espaciais, tendo como matriz as diferenças culturais.

Gottman (1975) define como uma porção de espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Neste sentido, Santos e Silveira (2008) corroboram e entendem por território a extensão apropriada e usada, para eles, num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país.

Já Raffestin (1993), coloca que o território é um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que se projetam no espaço e construído historicamente. De maneira que o território se torna objeto de análise sob diferentes perspectivas, sejam elas antropológicas ou geográficas. E é pelo prisma dos geógrafos Raffestin (1993) e Haesbaert (2007) que compreendemos o território como espaço de disputa de poder e estabelecimento de limites (fronteiras) em que determinada comunidade se relaciona e se apropria.

Vale ressaltar que, na visão de Sachs (1986) o território é uma estratégia para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas por controle de área. Onde essa estratégia está intimamente ligada ao uso de terra pelas pessoas, com sua organização espacial e com o significado que o lugar tem para elas, onde podemos perceber as pessoas do território se movendo em direção a sua identidade no local e o significado da mesma para os diferentes agentes.

O próprio território favorece a criação de vínculos, de relações mais próximas, e se configura justamente nessas dinâmicas (Bourdin, 2001). Assim, para compreender as relações e organização de um território, cabe conhecer a comunidade que o anima.

Referente ao termo comunidade, há diversas abordagens na literatura, em especial àquelas que diferenciam comunidade e sociedade. Tonnies (1957), por exemplo, tem uma visão idealizada de comunidade onde a coesão social é fruto de uma vontade natural, similar a solidariedade mecânica, expressa por Durkheim (1978), ou ainda a relação comunitária baseada em solidariedade, segundo Weber (2005). Contudo, Durkheim e Weber relativizam a diferença entre comunidade e sociedade, enquanto que para Tonnies, esta última suplantaria na modernidade a comunidade. Em contraponto, Marx propõe como alternativa a formação de uma comunidade transnacional de trabalhadores; Buber (1987) a vislumbra como ideal a ser construído e Castells (1999) atribuída a comunidade como local de resistência fundando em um projeto político, econômico e social, ou seja, consciente. Relativo a isso, diferentemente de

Tonnies (1957), Bauman (2003) atribuía à razão, ao consenso, a existência comunitária, criticando o sacrifício da liberdade ou prazeres individuais em nome da segurança que esta oferece.

Embora o conceito de comunidade seja polissêmico (POLIVANOV, 2015), com discussões entre ideal e castrador, suplantado ou símbolo de resistência, os elementos recorrentes em diferentes definições são principalmente a partilha de território e interesses/objetivos comuns. Sob esse aspecto há na acepção de comunidade um vínculo com capital social, evidenciado ainda na seguinte caracterização do termo, conforme Sanchez & Wiesenfeld (1983):

- “Grupo de pessoas, não um agregado social, com determinado grau de interação social;
- Repartir interesses, sentimentos, crenças, atitudes;
- Residir em um território específico;
- Possuir um determinado grau de organização”.

Buber (1987) argumenta que a comunidade deve ter um fim em si mesma, porém guardar a pluralidade que assegura a singularidade humana, sem uma finalidade utilitarista, individualizada, nem mesmo unificada como massa, mas fundada no espaço dialógico. (ESCOBAR, 2006).

Sawaia (2007) reitera que não há dicotomia entre prazer individual e coletivo, tal como criticado por Bauman (2003) e assim como Buber (1987), atribui a linguagem a construção do “nós”: “É exercício de sensação e de reflexão, para que o sujeito sinta-se legitimado, enquanto membro do processo dialógico e democrático” (Sawaia, 2007, p. 49).

Embora Tonnies (1957) e Bauman (2003) associassem o termo à comunidades tradicionais, como é o caso da comunidade estudada (quilombola), optamos pelo prisma de Sawaia (2007) e refutamos os pressupostos de homogeneidade, de unidade coerente e consensual atribuídos a comunidade. Outrossim, ela carrega contradições e conflitos (GÓIS, 2005) “inerentes a sua concepção” (MACIEL & COSTA, 2009, p.66).

Então, a exemplo de Costa, para quem a comunidade produz concomitantemente um “discurso particular, desdobrado em falas localizadas, mas que se reintegram num discurso coletivo” (COSTA, 1998, p. 40), nosso entendimento é que na comunidade há sinergia entre o particular e o coletivo.

No turismo, o termo comunidade refere-se a toda população de um destino turístico (SWARBROOKE, 2000); o que é coerente com a afirmação do Ministério do Turismo sobre o envolvimento comunitário (e as ações de sensibilização para encorajá-lo) para projetos de ecoturismo: “Na atividade turística, a cultura da cooperação acontece quando todos os atores sociais do turismo (governo, empresários, ONGs, instituições, comunidade, turista) se unem e procuram resolver as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável do turismo” (MTUR, 2010, p.71).

Em consonância, Irving *et al* (2006) reafirmam a importância do envolvimento das comunidades locais no processo de planejamento e gestão da atividade turística, destacando o desacerto de programas de turismo que priorizam o meio, em detrimento do ator social - fundamental a este processo.

“[...] o envolvimento que dá movimento ao desenvolvimento ocorre através da passagem do momento meramente econômico (momento do individualismo ou egoísta passional) para o momento político (momento coletivo e ético-ideológico) [...]” (BECKER e WITTMANN, p. 56)

Reconhecido por Toro (2005) que, assim como dissertamos, acentua que o envolvimento comunitário em atividades propostas para o desenvolvimento local, possibilita o protagonismo dos atores sociais como agentes de transformação de seu próprio destino, a partir do contexto de seu território.

Prosseguindo nossa narrativa, compartilhamos no capítulo seguinte: o recorte espacial (a partir do município de Armação dos Búzios), a contextualização (imagens do turismo buziano) e caracterização da comunidade/território da pesquisa (Rasa).

Salve Búzios, cidade rainha!
 Vestida de verde e azul
 És um braço sobre o oceano
 Emanando beleza e amor
Nascida em casa de pau a pique
Em quilombos se fortaleceu
Seu roçado a alimentou
E da pesca sobreviveu
 Armação das baleias já fostes
 E o Rio iluminou
 Fazenda de bananeiras
 Que Brigitte se encantou
Caravelas surgiram no horizonte
Correntes, grillhões e algoz
Contracenando com o balneário calmo
De praias, recifes e corais

De vila a distrito e cidade
 O Himalaia que nos sorriu
 Na Emerências sua majestade
 E o seu cedro de pau-Brasil
 Antes, pequena e simplória
 De beleza e valor sem igual
 Hoje, no auge da glória
 És orgulho nacional
 Seus súditos reverenciam
 A terra que nos uniu
 Somos todos nós buzianos
 Vindos de pátrias mil

Caravelas surgiram no horizonte
 Correntes, grillhões e algoz
 Contracenando com o balneário calmo
 De praias, recifes e corais
 Salve Búzios, cidade rainha!
 Vestida de verde e azul
 És um braço sobre o oceano
 Emanando beleza e glamour
 Salve Búzios, cidade rainha!
 Vestida de verde e azul
 És um braço sobre o oceano
 Emanando beleza e amor
 (HINO DO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS
 BÚZIOS, 2018. Grifo nosso.)

3. ENQUADRAMENTO

O enquadramento diz respeito aos planos, ângulos, enfim, ao posicionamento dos elementos que serão fotografados. Analogamente, este trecho da dissertação envolve o recorte escolhido, o plano principal e a perspectiva, incluindo o cenário, Armação dos Búzios, o plano principal, a Rasa, e os ângulos, no caso o viés quilombola, turístico e imagético.

Questionar a imagem do turismo na Rasa, objetivo desta pesquisa, faz mais sentido quando se entende onde está inserida a comunidade/território: no famoso destino turístico de Armação dos Búzios (RJ).

A história, o turismo e suas imagens entrelaçam o município como destino turístico e a Rasa como imagem extraquadro e é este contexto que apresentaremos neste capítulo.

Cabe ressaltar que o hino de Armação dos Búzios, criado, votado e formalizado em 25 de outubro de 2017, relaciona as temáticas desta pesquisa, “cartografando” os vínculos desta história.

3.1 Armação dos Búzios: da história ao destino turístico

Armação dos Búzios é um município do estado do Rio de Janeiro localizado na Microregião dos Lagos, na região das Baixadas Litorâneas (especificamente em: 22° 44' 49" S 41° 52' 55" O) do estado do Rio de Janeiro, emancipado de Cabo Frio desde 1995.

Figura 1: Mapa das Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CEPERJ, 2014. Realce nosso.

A população do município, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (BRASIL, 2010), foi contabilizada em 27.560 habitantes. É uma península com 70. 278 km² de área, 8 km de extensão e 23 praias (oficialmente) com diferentes temperaturas; segundo a passagem de correntes marítimas quentes e frias do Equador ou Polo Sul.

Seu vínculo com o mar vem desde a pesca de seus primeiros habitantes, os tupinambás, até seu nome; relacionado a denominação da extremidade da península “Ponta dos Búzios” (dada as numerosas conchas em seu litoral), assim identificada em mapas desde 1730, e uma armação de baleias montada por Brás de Pina em 1720, que perdurou por 50 anos (NAGEM, 2012); incorporando o vocábulo composto “Armação dos Búzios”.

Sua história remonta processos de territorialização desterritorialização e reterritorialização³⁹ de diferentes grupos sociais: índios, quilombolas e caiçaras.

Os índios, em sua maioria tupinambás, segundo indícios arqueológicos e documentais, formaram e ocuparam aldeias da Baía Formosa - nunca encontrada - e de

³⁹O conceito de territorialização, segundo Haesbaert (1995), está ligado a processos de apropriação e subjetivação do território; relacionada a identidade e ao vínculo simbólica ou funcional de “uma comunidade” (tribo ou nação); estabelecendo “fronteiras” e estabilidade. Ao contrário, o processo de desterritorialização está ligado ao desenraizamento e perda de sentido de território, pelo abandono, fluidez das fronteiras, aumento da mobilidade e do sentido de desigualdade; enquanto que na reterritorialização há a reconstrução do território simbólico ou funcional, da identificação e da alteridade socioespacial.

Manguinhos, destruída em 1955 (CUNHA & CHAVES, 2002). Os quilombolas, descendentes de africanos escravizados da região, mesmo diante de tantos processos de expropriação, existem e resistem nas comunidades de Baia Formosa, Rasa e Maria Joaquina⁴⁰. Já os caiçaras, que identificavam o município como aldeia de pescadores em “sua descoberta” pelo turismo a partir da segunda metade da década de 1960, pela pressão do processo de turistificação⁴¹ do município, ocupam principalmente as áreas continentais e não tem a pesca artesanal como atividade principal.

Com o fim do estabelecimento de armação de baleias, a pequena população vivia de agricultura e venda de salgados para Cabo Frio, de “quem” foi distrito a partir de 1924.

No período da escravidão e posteriormente do tráfico ilegal de escravos no município, a atividade econômica esteve relacionada a produção agrícola (a produção de café e da banana, principalmente) com mão-de-obra escrava e, posteriormente, quilombola; porém, na década de 1940 aos poucos as lavouras do município foram gradativamente transformadas em pastagens que expropriaram pequenos agricultores (especialmente quilombolas) e paulatinamente abriram estradas, possibilitando também o acesso de grileiros e da especulação imobiliária.

Nos anos 50, herdeiros de Eugene Honold – empresário alemão, proprietário de terras que exportava banana do município - fundaram a Cia. Odeon e Búzios despontou com um turismo seletivo.

Neste mesmo período surgem as primeiras casas de veraneio da burguesia brasileira e francesa, graças a “geografia paradisíaca”, a proximidade do Rio de Janeiro (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2016) e a construção da rodovia Niterói-Campos dos Goytacazes (BR 101), que favoreceu o acesso à região, mesmo sem percorrer o território buziano.

Ainda em meados da década de 1950, o presidente da então “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul LTDA”, Sr. José Bento Ribeiro Dantas⁴², se interessou e investiu na

⁴⁰Com a aprovação e publicação da Lei nº 7.880, de 02 de março de 2018 que estabelece nova linha divisória entre os municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios, o bairro homônimo e território da comunidade quilombola de Maria Joaquina, por vezes reconhecido como Rasa II (NAGEM, 2012), dado o vínculo com esta outra comunidade, atualmente pertence a Búzios.

⁴¹Neste processo há transformações no campo material e imaterial da sociedade (CRUZ, 2007) e dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais (ISSA & DENCKER, 2006).

⁴²Além de presidente da referida companhia aérea, foi um dos signatários da ata de fundação da *International Air Transport Association* (IATA), eleito membro da sua comissão executiva e Presidente desta entre 1947 e 1948.

região, abrindo inclusive o principal eixo viário de Armação dos Búzios (que leva seu nome); que facilitou o acesso ao município e a criação da primeira linha de ônibus Cabo Frio x Búzios.

Contudo, foi em 1964, com a visita de Brigitte Bardot, que Búzios ficou mundialmente conhecido; iniciando o processo de transmutação de “aldeia dos pescadores pelo balneário sofisticado” (XAVIER, 2006, p.6)

Assim, neste período há maior expansão populacional e de empreendimentos, principalmente turísticos, impulsionada década de 1970 pela construção da Ponto Rio Niterói (INCRA, 2017).

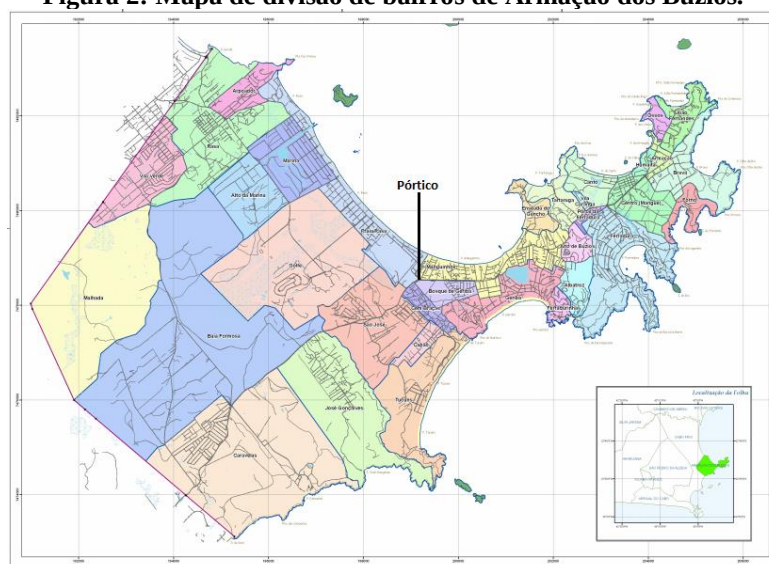
Embora a fama de Armação dos Búzios tivesse origem no “boca a boca”, alguns empresários investiram pessoalmente e trouxeram com frequência pessoas de alto poder aquisitivo, inclusive estrangeiros, para o balneário, tal como fazia José Bento Ribeiro Dantas, e no início dos anos 80, o imigrante franco-argeliano Umberto Modiano, que construiu um complexo na Rasa, incluindo “Nas Rocas Islands Hotel”, na Ilha Rasa, o loteamento Marina Porto Búzios e seu respectivo canal para entrada de embarcações e ainda, em 1988, um aeroporto para operação de jatos médios.

Como resultado do investimento, acessibilidade e informação, após a emancipação do município em 1995, além do fluxo de turistas, o incremento populacional foi significativo, passando na década “de 8.309 habitantes, em 1991 para 18.204, em 2000 (NAGEM, 2012, p.74)”, sem contar a população flutuante que em época de veraneio chega a quintuplicar (FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE, 1988).

Neste período o município também passa a receber royalties do petróleo.

Em 1997 é inaugurado o Pórtico da cidade, onde há o encontro entre as estradas que dão acesso à cidade; a nordeste por São Pedro de Aldeia, com entrada pelo bairro da Rasa e a sudeste, vindo de Cabo Frio, pelo bairro de Baía Formosa. Esta demarcação materializa a dualidade entre a parte continental e peninsular. Enquanto o centro de Armação dos Búzios construía a Praça dos Ossos e da Orla Bardot, na porção peninsular, e o inchaço das áreas de população de baixa-renda na porção continental.

Figura 2: Mapa de divisão de bairros de Armação dos Búzios.



Fonte: Armação dos Búzios, 2006. Realce nosso.

Deste modo, a organização espacial pela lógica do turismo, ou melhor, pelo processo de turistificação, concentrou as casas de veraneio e meios de hospedagem na porção peninsular (à direita da indicação do pórtico no Mapa 2), enquanto que a população local migrou e ocupou a parte continental (à esquerda da indicação do pórtico no Mapa 2), onde há maior densidade populacional, menor renda e escolaridade do município (NAGEM, 2012).

As áreas continentais dos bairros da Rasa, Baía Formosa, Malhada, Vila Verde e Caravela, segundo o Censo 2010, tem a menor renda média, (entre R\$ 730 e R\$ 776), percentual de ocupação dos domicílios entre 76% e 83% e população preta ou parda de cerca de 75% e o maior percentual de moradores abaixo da linha da pobreza no município (11%).

Porém, esta cisão península-continente não reside apenas na lógica de investimentos e na dinâmica do território; ele se reproduz no discurso imagético do turismo buziano.

3.2 A imagem do turismo em Búzios

Segundo a divisão territorial do turismo fluminense, Armação dos Búzios está na Região Turística da Costa do Sol (CEPERJ, 2013), uma região com “vocação” para o turismo de sol e lazer.

Além de estar na rota dos transatlânticos da costa brasileira, é o quinto destino turístico mais visitado do Brasil quanto à demanda turística internacional (Ministério do Turismo, 2016) e entre os turistas estrangeiros que o visitam, 95,3% vão à lazer e 82,6% destes motivados por sol e praia.

Esta é a motivação principal dos turistas buzianos; até porque as imagens relacionadas a Armação dos Búzios propagam a referência de sol e praia atrelados a ele. Numa rápida busca na internet com o nome do município mostra, além de alguns meios de hospedagem e a escultura de Brigitte Bardot na orla homônima, prioritariamente, fotos de praias:



Fonte: Google Imagem (print nosso), 2018

A página principal do site oficial da prefeitura ilustra uma imagem recortada do município, ilustrando exclusivamente a área peninsular:



Fonte: Armação dos Búzios (site). Recorte nosso, 2018.

No mesmo site, o link “turismo” disponibiliza apenas o endereço do posto de informações turísticas na maioria dos subitens, exceto “As praias” onde há fotos e verbetes sobre “todas as praias”; embora não inclua a “Praia da Gorda”, na Rasa.

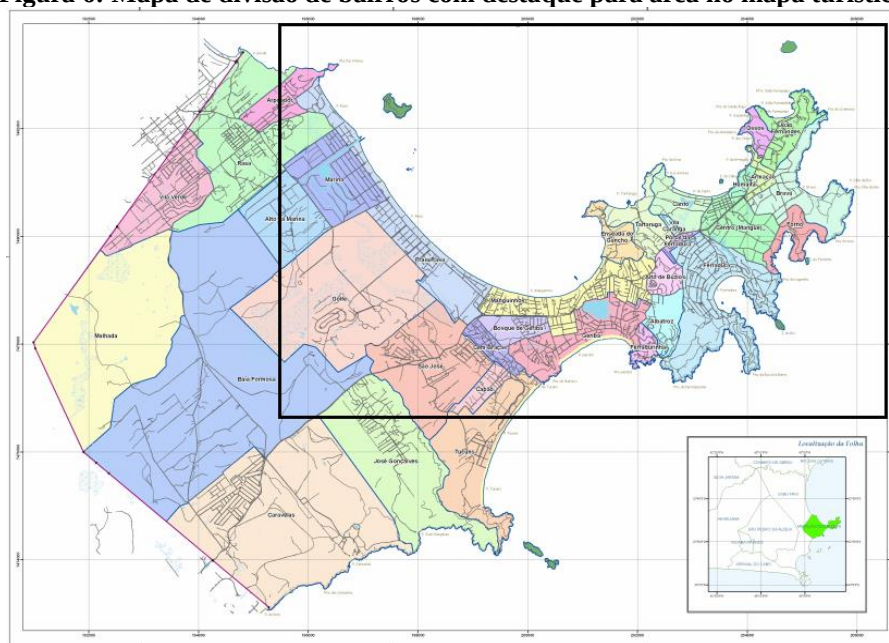
O mapa turístico disponível no Posto de Informações Turísticas Municipal também limita a imagem de Búzios a um balneário, enfatizando as praias e omitindo a parte continental do município por recorte ou ainda coberto por propagandas.

Figura 5: Mapa turístico de Armação dos Búzios 2017/2018.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 6: Mapa de divisão de bairros com destaque para área no mapa turístico



Fonte: Armação de Búzios (2006). Destaque nosso.

Pelos mapas acima é possível notar que ao menos 1/3 da área à esquerda dos mapas é suprimida; nas áreas periféricas do município, que incluem os bairros de Baía Formosa (abaixo em azul) e a Rasa (acima em verde claro).

Com esta cisão, as comunidades remanescentes de quilombolas de Baía Formosa e da Rasa, ambas reconhecidas pelo Instituto Palmares, não são conhecidas ou divulgadas no mapa turístico ou qualquer outra imagem do repertório imagético do turismo em Búzios; como imagens extraquadro do mapa turístico da cidade.

A reprodução do discurso e de práticas do turismo voltados para a demanda internacional não apenas legitimou a elitização do lugar, mas também a apropriação de recursos para território das “minorias” privilegiadas e práticas de seleção social e elitista para com turistas e novos moradores.

Neste sentido, Búzios, reconhecido, entre outros codinomes, como Côte D’Azur ou “a Saint-Tropez brasileira” (XAVIER, 2006, p.100), projeta sua imagem em âmbito mundial como destino de sol, praia e sofisticação; como “um dos dez paraísos do mundo”, conforme publicado na renomada revista americana *Leisure and Travel* (JUSTUS, 1996, p. 21).

Ainda neste contexto, Xavier (2006) destaca as “imagens síntese”⁴³ de Armação dos Búzios, ao longo do tempo (de 1964 a 2004); que adaptava a imagem/discurso consoante a lógica do consumo para manutenção da atratividade do município como destino turístico. A autora identifica como imagens-sínteses, entre outras, “Búzios: aldeia dos pescadores”, a partir da chegada de Brigitte Bardot, às adjetivações como cosmopolita, sofisticada, global e outras nomenclaturas com referências estrangeiras (a partir da década de 1970, com a chegada dos argentinos).

Este fato é coerente com o fluxo de turistas estrangeiros (e brasileiros), aparentemente mais representativos, que ainda visitam e imigram⁴⁴ para o município, embora concentrados em áreas turísticas; ao passo que sonega a outra área da cidade do repertório imagético do turismo municipal.

Xavier (2006) prossegue seu estudo pontuando que a partir da segunda metade da década de 1990 as imagens-sínteses de Armação dos Búzios fazem referência aos recursos naturais (“Cidade do Sol”, “Himalaia Brasileiro”), qualidade (do turismo e, posteriormente, de vida) e sustentabilidade nos anos 2000, quando finaliza sua análise.

Ousamos supor que recentemente algumas iniciativas indicavam a iminência do uso turístico de outros espaços. Como a criação do Circuito Turístico da Rota dos Escravos, incluindo as comunidades homônimas de seus bairros Baia Formosa e Rasa. - proposto em 2013, porém inaugurado e realizado exclusivamente no dia 20 de novembro de 2017 em Baia Formosa – ou ainda, a divulgação do atrativo Ponta do Pai Vitório no evento⁴⁵ “Road Show” na África do Sul em 2014.

⁴³O termo imagem-síntese foi empregado pela autora considerado como recorrência de generalidades sobre o lugar, que selecionam ângulos dominantes sobre o lugar, que cristalizam estereótipos e sínteses cotidianas.

⁴⁴De acordo com o Censo 2010, em Búzios 438 habitantes são estrangeiros e 144 brasileiros naturalizados, representando juntos 631 pessoas.

⁴⁵Evento promocional de turismo em que destinos turísticos do Rio de Janeiro foram divulgados.

Figura 7: Reportagens sobre turismo na área continental

Circuito Turístico da Rota dos Escravos: Até que enfim uma opção de turismo diferenciada

Por Humber Carvalho

Nesta semana promovida pela Secretaria de Turismo, na terça-feira, dia 7 de abril, sob a coordenação de José Wilson, no INEP, com o intuito de discutir as bases para a criação do Circuito Turístico da Rota dos Escravos na Rasa e Búzios, assim como um produto do turismo de Búzios, assentado em sua comunidade, em que estejam presentes entidades e pessoas que operam mais diretamente na Rasa a respeito da alta descendência, no aspecto cultural, religioso, social e histórico. Foi feito resumo e respeito as posições de cada segmento e a convergência de ideias no sentido de se concretizar uma proposta de turismo que consigne os valores daquela comunidade, já estabelecidos a partir de iniciativas próprias.

O mais interessante ainda é que esta iniciativa invista a tradicional intervenção, onde o governo impõe o "modelo operante" a comunidade e ponto final. Nesta proposta, a Secretaria realiza ao máximo uma atuação, para se colocar somente como elemento de fomento da atividade turística, respeitando e capturando os valores e a cultura existente e lhes atribuindo um valor turístico.

Além de ser um prodigioso avanço na criação de políticas públicas, especificamente para o setor de turismo, a proposta pensada pela secretaria e as entidades presentes, ainda que informalmente, avança na consolidação de um turismo diferenciado daquele modelo que se contemplava a si e a praia.

Para a próxima reunião, ficou acordado que cada entidade apresentará sua contribuição para a composição do Circuito Turístico da Rota dos Escravos.



Belezas de Búzios são divulgadas na África



A Prefeitura de Búzios, em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro e o EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), promoverá o município na África do Sul durante o evento *Road Show of Rio*. O evento que também acontecerá em Luanda, na Angola, dia 12, e Abuja, na Nigéria, no dia 15, contará com a presença do Secretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro e Presidente da Turismo, Ronald Azaro, e do Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Marcos Pereira.

Levando os atrativos turísticos do balneário para fora do país, a ação tem como objetivo divulgar, aos operadores e agentes de turismo africanos, o destino e a inclusão de destinos envolvidos com novos produtos.

Por suas lindas, aspecto geológico e praias rústicas, a Ponta do Pai Viciado foi o local escolhido para ser divulgado durante o evento, juntamente com a balneabilidade, as belas praias. Por meio de folhetim, o intuito é despertar o interesse dos convidados para essas áreas e, com isso, provocar os profissionais e agentes turísticos africanos para o município.

O Secretário de Turismo José Márcio do Santos diz que esta representação é uma grande oportunidade de divulgar os atrativos de Búzios para o país. "Com o apoio do Secretário Ronald estamos conseguindo chegar muito mais longe, e fomentar a economia turística no balneário", afirmou ele.

Neste evento, são esperados 150 profissionais de turismo da África que irão conhecer a cultura do Rio por meio de apresentações de música e dança, além de degustação da gastronomia.

Coordenadoria de Comunicação
Tel.: (22) 2633-4000 / 2623-4802 - Email: comunicacao@buzios.rj.gov.br
www.buzios.rj.gov.br

Fonte: Jornal "O Peru Molhado", 2013; Armação dos Búzios, 2014.

Ainda assim:

As imagens/representações sociais dominantes de Búzios foram prioritariamente construídas para o olhar externo (investidores, prestadores de serviços, novos moradores das classes média e alta e turistas), mesmo quando parecem valorizar as atividades tradicionais do lugar. (XAVIER, 2006, p.85. Grifo nosso).

O capital, pelo turismo convencional e de luxo em Armação dos Búzios, tem uma lógica excludente. Pescadores, quilombolas e demais pessoas "da terra" (expressão utilizada pela comunidade da Rasa) adaptaram suas atividades à dinâmica emposta pelo turismo e, neste processo foram impactadas e ocultadas das imagens do turismo.

Se experiências agradáveis e satisfatórias que envolvem os residentes locais são importantes para as imagens que os turistas criam dos destinos e em seus processos de tomada de decisão, então parece essencial que se considere o bem-estar desses residentes no contexto do desenvolvimento do turismo. (ROSS, 1991, p.157)

Deste modo, o olhar da comunidade da Rasa sobre o turismo em seu território proposto neste trabalho, é uma oportunidade de inclusão, mas também de reflexão e protagonismo na condução de seu próprio destino, turístico ou não.

3.3 Rasa: a imagem extraquadro de Búzios

Coração do Mar

Coração do Mar
 É terra que ninguém conhece
 Permanece ao largo
 E contém o próprio mundo como hospedeiro
 Tem por nome “Se eu tivesse um amor”
 Tem por nome “Se eu tivesse um amor”
 Tem por nome “Se eu tivesse um amor”

Tem por bandeira um pedaço de sangue
Onde flui a correnteza do canal do mangue
Tem por sentinelas equipagens, estrelas,
taifeiros, madrugadas e escolas de samba

É um navio humano quente, negreiro do mangue
 É um navio humano quente, guerreiro do mangue
 (Composição de José Miguel Wisnik, a partir do poema de Oswald de Andrade, 2015. Grifo nosso.).

A Rasa é um bairro e também uma comunidade remanescente de quilombo, que pela relação identitária com o espaço e as disputas de poder entre diferentes atores na apropriação e uso da “Rasa”, pode-se defini-la como território.

E é a noção de territorialidade está diretamente relacionada com a expressão “comunidade remanescente de quilombo.

- E o que é comunidade quilombola?

Existe um imaginário sobre os quilombos que remetem a imagens de paisagens rurais afastadas, com casas em pau a pique, onde o jongo se perpetua e os elementos urbanos são limitados. Este é o imaginário. A Rasa, por exemplo, embora muitos terrenos sejam de terras, sem calçamento, as casas são em alvenaria e em área urbana.

Parte deste ideário principalmente associado a espaço de fuga e resistência, pode estar relacionado a primeira definição de quilombo, datada de 1740. O Conselho Ultramarino define quilombo como: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT, TURATTI E CARVALHO, 2002, p.2).

Porém essa definição que reduzia a grupos de pessoas escravizadas em fuga, está cristalizada no imaginário das pessoas ainda hoje.

Um marco na questão quilombola foi a Constituição Federal de 1988, onde, pelos artigos 215 e art. 216, o estado compromete-se a proteger as manifestações culturais populares e tombar todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, reconhecendo como espaços de cultura e ainda, o reconhecimento de propriedade de terra ocupadas pelos remanescentes de comunidade dos quilombos. Contudo, não havia uma definição ou critérios para este reconhecimento. Expresso em lei.

Com a criação do Decreto Nº 4887/2003 estabelece os critérios e procedimentos para reconhecimento previsto no art. 68 da CF (BRASIL, 1988). Este Decreto formaliza no art 2º o conceito “remanescentes das comunidades dos quilombos” como:

Grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto Nº 4887/2003)

Essa terminologia admite as mudanças socioespaciais e culturais na singularidade de “cada quilombo”, inclusive na apropriação material do espaço, admitindo a existência de um território quilombola mesmo que não tenha sido espaço de fuga. E que hoje esteja em área urbana, como é o caso das comunidades quilombolas de Búzios.

Mesmo com o reconhecimento de propriedade destas áreas, até a titulação é um processo longo, que envolve as seguintes etapas (INCRA; Comissão Pró-Índio de São Paulo -CPI – SP):

- Autodefinição quilombola – Esta etapa pressupõe a formação de uma identidade coletiva formalizada, em geral em formato jurídico de associação, já que a solicitação é para a comunidade e o título, quando concedido também é coletivo. Para regularizar seu território, o grupo apresenta ao INCRA a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Palmares. No estado do Rio de Janeiro 38 comunidades receberam esta certidão e destas, 24 possuem processo administrativo junto ao INCRA pleiteando titulação, entre elas, a Rasa (Certificada em 2005).

- Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – Compõe a primeira etapa de regularização fundiária, onde por um trabalho de campo que envolve dados antropológicos, históricos, ecológicos, econômicos, etnográficos e cartográficos, é realizada a identificação dos limites das terras quilombolas. São considerados prioritariamente as áreas com vínculo de descendência quilombola ainda

ocupadas pelas famílias e confrontados junto aos órgãos públicos os terrenos pleiteados, em relação a convergência de áreas indígenas, unidades de conservação ou outros que possam conter interesses diferentes. Quando as áreas estão construídas e estão em propriedade privada (títulos ou posses) há um trabalho de reflexão considerando manter um território contínuo para a comunidade e os custos de indenização em caso de desapropriação.

- Publicação do RTID - definido o território, os dados de demarcação são publicados em Diário Oficial e distribuídas notificações aos proprietários/ocupantes não quilombolas; que a partir de então terão 90 dias para contestar. Cabendo recurso único junto ao INCRA sede, que terá 30 dias para julgar. A Rasa está nesta fase. Seu RTID foi publicado em 27 de junho de 2017 e alguns interessados ainda estão em fase de contestação, de acordo com as diferentes datas em que foram identificados e notificados.

- Portaria de reconhecimento – Encerra a fase de identificação do território, culminando com uma publicação do INCRA no Diário Oficial da União e estados, reconhecendo os limites do território quilombola.

- Decreto de desapropriação – Nos casos dos imóveis privados no território, é publicado pela Presidência da República, Decreto Presencial de Desapropriação por Interesse Social, desapropriando e posteriormente indenizando os “proprietários”.

- O Presidente do INCRA outorga título coletivo à comunidade em nome da associação. O território não poderá ser vendido ou penhorado. Atualmente 174 comunidades brasileiras receberam este título, 3 delas no estado do Rio de Janeiro: Campinho da Independia (Paraty) titulada em 1999 – visitada em 2004 por 2 quilombolas da Rasa a fim de compreender este processo - Marambaia (Rio de Janeiro) titulada em 2015 e Preto Forro (Cabo Frio) em 2011.

A comunidade de Preto Forro, assim como a Rasa, descende de pessoas escravizadas da Fazenda Campos Novos; o que é um espelho e esperança para a sua titulação.

Neste contexto, cabe contar um pouco a história da Rasa.

A ocupação de Armação dos Búzios está relacionada, primeiramente, com a presença de índios tupinambás e a exploração do pau-brasil no século XVI, posteriormente (a partir do século XVIII) a ocupação se intensifica inicialmente pela atividade de caça às baleias (entre 1720 e 1768), e depois por causa de interesses no

desenvolvimento da agricultura e da pesca, no contexto de latifúndio, monocultura e escravidão (LEITE & CUNHA, 2006).

No século XVIII, segundo Cunha (1997), o entorno da ponta dos Búzios era ocupado por fazendas que se dedicavam à extração de madeiras nobres, ao cultivo da cana de açúcar, banana, milho, feijão, mandioca e ao preparo da farinha, ao mesmo tempo em que estabelecimentos rurais de maior porte começavam a plantar café em grande escala, em locais um pouco mais afastados da costa.

Todas estas atividades empregavam mão-de-obra africana, que aportavam nas praias da Armação e da Rasa desde o século XVII, e mesmo após a proibição do tráfico em 1850, clandestinamente, via praias de José Gonçalves, Baia Formosa e Rasa junto à Ponta do Pai Vitório.

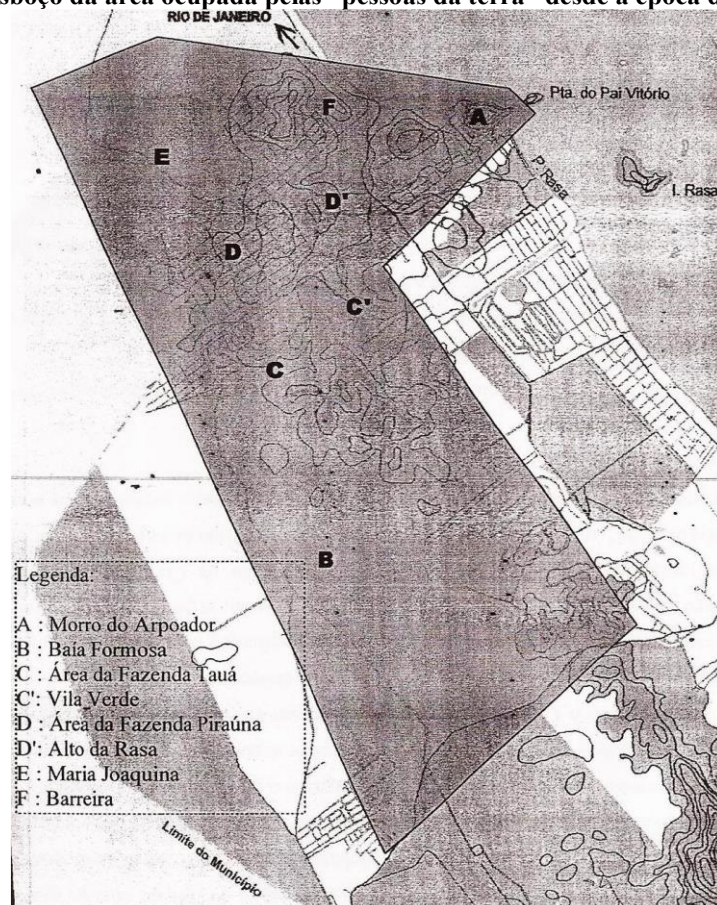
Em sua maioria os negros viviam e trabalhavam como escravos em fazendas da região – principalmente Campos Novos, Peraúna, Tauá, Porto Velho ou Fazendinha e Maria Joaquina - servindo de mão-de-obra para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

A fazenda Campos Novos foi doada aos jesuítas como sesmária no final do século XVII, sendo pioneira no recebimento de escravos na região, onde estes serviam como mão-de-obra ou onde ficavam para que se recuperassem das mazelas provocadas pela viagem, até que pudessem ser vendidos por um bom preço no mercado. Em 1759 a propriedade foi confiscada pelo governo português e na metade do século XIX, já como propriedade privada de um grande fazendeiro, passa a ser loteada e distribuída a grileiros; assim, os trabalhadores negros se estabelecem entre a Fazendinha (Baia Formosa) e a Rasa, a busca de terra para agricultura de subsistência (LEITE & CUNHA, 2006).

Nas fazendas Piraúna, Tauá e Maria Joaquina como agrícolas e Porto Velho ou Fazendinha como pasto são apenas resquícios nos dias atuais.

Segundo alguns relatos expressos no laudo antropológico, no período que compreende os séculos XVIII e XIX alguns escravos teriam fugido dos navios e senzalas e formado quilombos nos limites das fazendas em Cabo Frio e em Armação dos Búzios. Em Armação dos Búzios este ficaria no Morro do Arpoador, ao lado da “praia dos negros” (“Praia da Gorda”), dado o isolamento e a proximidade do Manguê de Pedras que fornecia a alimentação pela fartura da fauna marinha.

Figura 8: Esboço da área ocupada pelas “pessoas da terra” desde a época da escravidão



Fonte: INCRA, 2017, p.40

No século XIX, segundo Cunha (1997), entra em decadência a atividade do café na região e grande parte das terras são loteadas para venda ou griladas para interesses de especulação imobiliária.

Conforme descrito no RTID (INCRA, 2017), com a abolição da escravatura em 1888 os então ex-escravos, sem ter para onde ir, em sua maioria, continuaram sujeitos aos proprietários das terras - trabalhando como lavradores nas fazendas da região – no sistema de “protocampesinato escravo”, ou seja, pagando três dias de arrendamento por semana na plantação do proprietário, ficando com os outros dias para trabalharem nas suas próprias roças, onde hoje são os bairros de Maria Joaquina, Rasa e Baía Formosa.

Embora o trabalho em suas roças fosse por mutirão junto aos vizinhos; as casas eram distantes umas das outras e cercadas por áreas de mata, de modo que não se via a casa do outro. Havia apenas a estrada Cabo Frio – Campos Novos e eles iam a pé para Cabo Frio.

Numa região desvalorizada e inicialmente sem interesse dos fazendeiros, cerca de dez anos já ocupando aquelas terras, apareceu o fazendeiro “Marquês” dizendo-se dono e submetendo as famílias à expropriação.

Neste ínterim, o fazendeiro Antônio Gonçalves, “Tonico” permitiu que muitos deles vivessem e plantassem nas suas terras em Maria Joaquina (compreendia também a Rasa); e com o surgimento de pretensos proprietários as famílias quilombolas se sujeitassem ao trabalho sob o regime de arrendamento nas fazendas locais, para agricultura de subsistência (INCRA, 2017).

Ainda nesta época algumas famílias receberam terras como doação, outras compraram terrenos na Rasa e outras se apropriaram de terras que não estavam sendo loteados em locais um pouco mais afastados e inviáveis para produção agrícola – Até então as comunidades quilombolas da Rasa, Baia Formosa (Armação dos Búzios), Maria Joaquina (Armação dos Búzios) e Caveira (Cabo Frio) viviam de trocas, uns plantam banana, mandioca, etc., outros pescavam e ambas tinham fartura com a “negociação”.

No século XX, com a transformação do município de Búzios em um balneário turístico passa a atrair pessoas de outras cidades, o que intensificou a especulação imobiliária. O espaço do município de Armação dos Búzios passa a ser fortemente apropriado para o uso turístico, definindo novas configurações geográficas, com a construção de estradas e com a chegada de pessoas de fora para morar.

Diferente do restante do município, que recebe pessoas com alto padrão aquisitivo, a imigração para a Rasa, Maria Joaquina e Baia Formosa é fundamentalmente de pessoas pobres, vindas dos estados de Minas Gerais, da Bahia, do Ceará, da Paraíba e do município de Campos dos Goytacases (RJ) (PEREIRA, 2013).

Xavier (2006) mostra que, a partir da década de 50, passa-se a se estabelecer uma série de ações para a estruturação de uma nova ordem urbana, com base em um discurso desenvolvimentista, possibilitando e impondo o turismo como vocação (XAVIER, 2006).

Em 1995, Búzios, até então terceiro distrito de Cabo Frio, se emancipa, implementa infraestrutura técnica, a consolidação da internacionalização e a expansão do porte dos empreendimentos. Neste processo:

Embora algumas características tipicamente rurais de vida façam parte do dia-a-dia dos moradores da Rasa, tais como estruturas de sociabilidade baseadas em laços familiares, de vizinhança e proximidade, a comunidade faz parte da zona urbana do município. (PEREIRA, 2013, p.49).

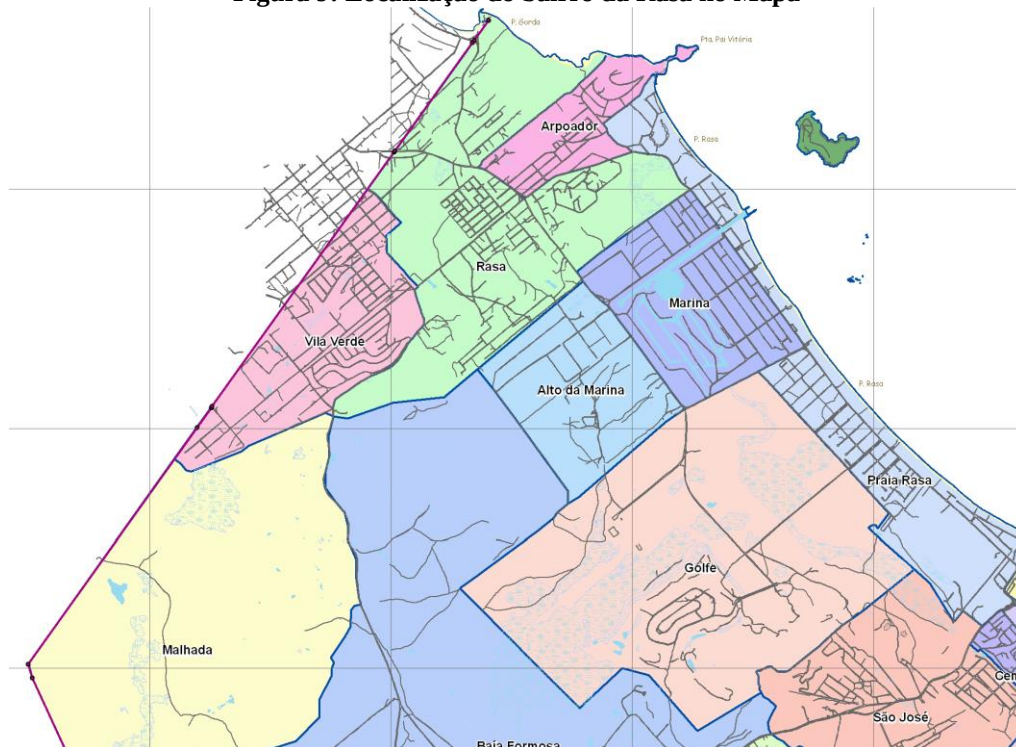
E a valorização da porção turística fragmenta o território em porção peninsular – turística e mais valorizada - e porção continental ou “além pórtico”, que não só refletem a lógica de investimentos, mas também reflexos na configuração da imagem de Búzios.

Ainda que as áreas do continente sejam desvalorizadas com relação à península (exceto o trecho entre a praia Rasa e a praia Gorda), apresentam-se hoje como zona de expansão dos mercados turístico e imobiliário (PERES & NAZARIO, 2016; KOINONIA, 2017; ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2018a, 208b). Aliás, desde configuração do território quilombola em Armação dos Búzios, a lógica da dominação reforçou os processos de exclusão:

No processo de constituição dessa área elementos como pobreza, falta de infraestrutura e serviços públicos, os fortes laços de parentesco representados pela proximidade em que moram os familiares (na maioria das vezes os filhos vão construindo suas casas no lote em volta da casa dos pais), ocupação de um vasto território, sempre em disputa por causa da especulação imobiliária criada pela demanda do turismo e dificuldade de acesso às políticas e ao poder público são visíveis. (PEREIRA, 2013, p.57).

Situada na periferia e constantemente vulnerável a perdas e disputas por apropriação, conforme a dinâmica territorial do município; num contexto de resistência e busca de direitos, em 1999 é fundada a Associação Quilombola dos Moradores da Rasa, ano de seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares. E neste longo e burocrático processo a busca da titulação da terra; em 27 de junho de 2017, a regularização fundiária do território quilombola da Rasa foi tornada pública em portaria do Incra. Serão beneficiadas 422 famílias descendentes de pessoas que foram escravizadas que se encontram espalhadas por todo o bairro.

Figura 9: Localização do bairro da Rasa no Mapa

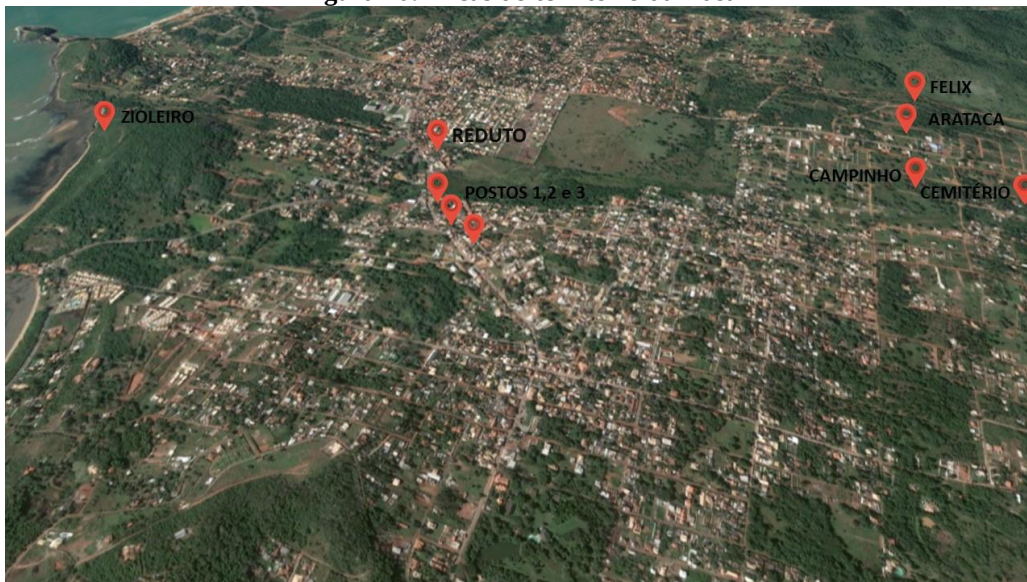


Fonte: Armação dos Búzios, 2006. Recorte nosso.

Segundo o mapa de divisão de bairro contido no Plano Diretor do município, que destacamos na imagem acima, a área verde corresponde ao bairro da Rasa, embora entre os residentes, as áreas com destaque em rosa e azul claro também sejam a Rasa (o que de fato eram na antiga divisão de bairros).

Referente ao território quilombola, este se encontra disperso pelo bairro. Na prática, as áreas conhecidas como reduto e posto 1, 2 e 3 permaneceram a presença dos quilombolas, contudo, reconhecidas 422 famílias pelo RTID, o INCRA ponderou ser um contingente que traria muita densidade populacional a uma mesma área, assim, incluiu áreas não ocupadas pela comunidade quilombola, mas com laços construídos pela história. Assim, analisada também a questão de custos com indenização e a busca de território contínuos, o território da Rasa foi assim identificado:

Figura 10: Áreas do território da Rasa

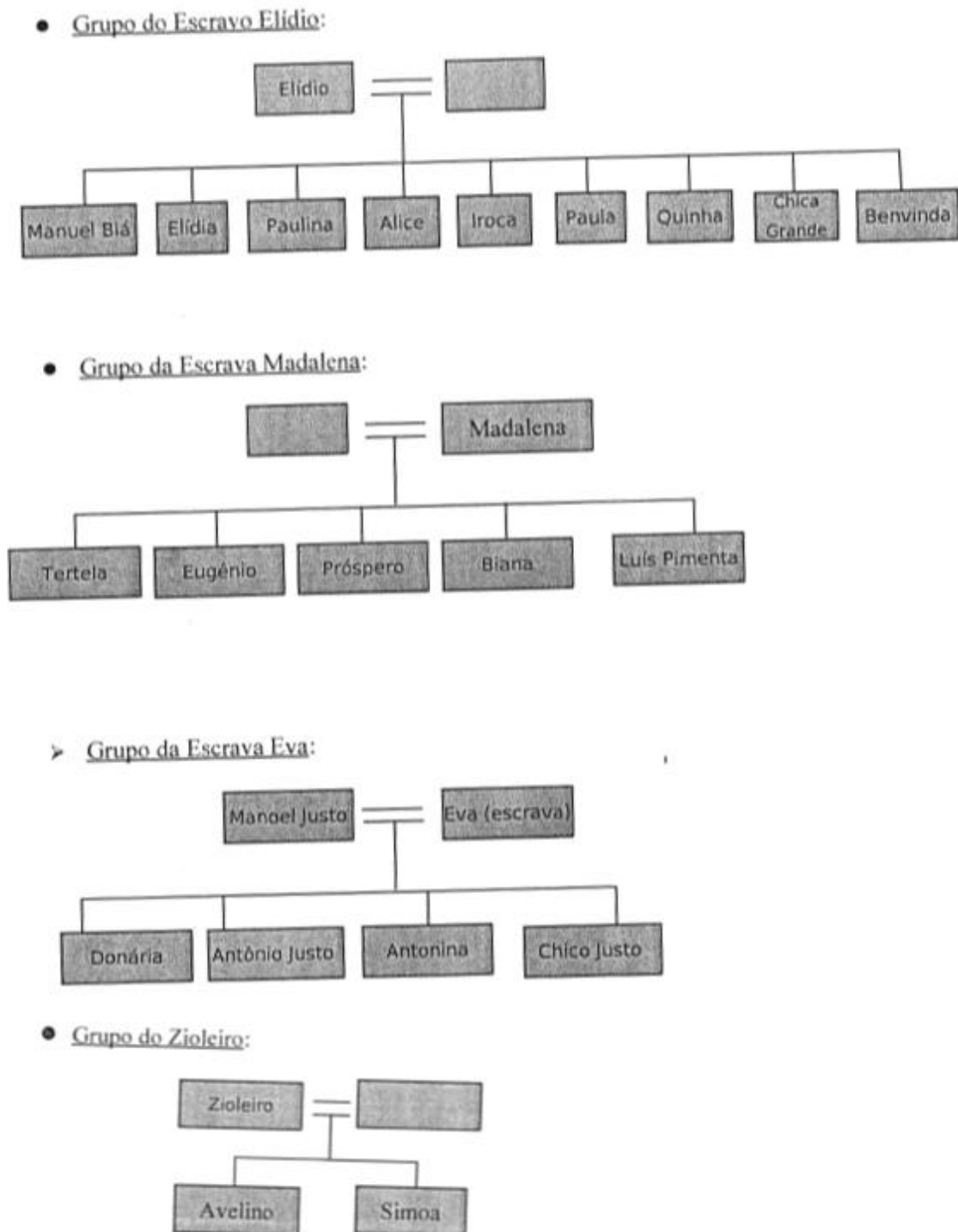


Fonte: Google Earth, adaptação nossa, 2017.

Vale ressaltar que as comunidades de Baía Formosa, Rasa e Maria Joaquina (também conhecida como Rasa II em trabalhos acadêmicos) constituíam uma comunidade única: Rasa. Contudo estas foram desmembradas em 3 e a identificação de terras considerou as fronteiras de bairro; o que na territorialidade quilombola é fluida ou inexistente. Talvez por isso seja tão comum a afirmação que são todos uma mesma família.

Na pesquisa etnográfica realizada pela pesquisadora Andreia Franco Luz em 2007, que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (INCRA, 2017a), verifica-se que realmente “os da terra” descendem de um mesmo grupo de escravos que trabalhavam nas diferentes fazendas do complexo “Campos Novos”. Como eram comuns os casamentos endogâmicos, a poligamia e adoção dos filhos das uniões anteriores de seus cônjuges; a identidade desta comunidade está forjada na convicção compartilhada de que este grupo étnico compõe “uma grande família”. Entre o grupo que originou os atuais remanescentes de quilombo da Rasa, o RTID (INCRA, 2017^a) destaca: Manoel Justo, Elídio, Madalena, Eva, além daqueles que viviam no Arpoador (antigo quilombo), como Zioleiro. Vale ressaltar que em nosso trabalho de campo e nesta dissertação há várias menções a Dona Eva (neta e homônima da Eva supracitada) e o nome de Zioleiro.

Figura 11: Esquema 1 - Primeiras famílias

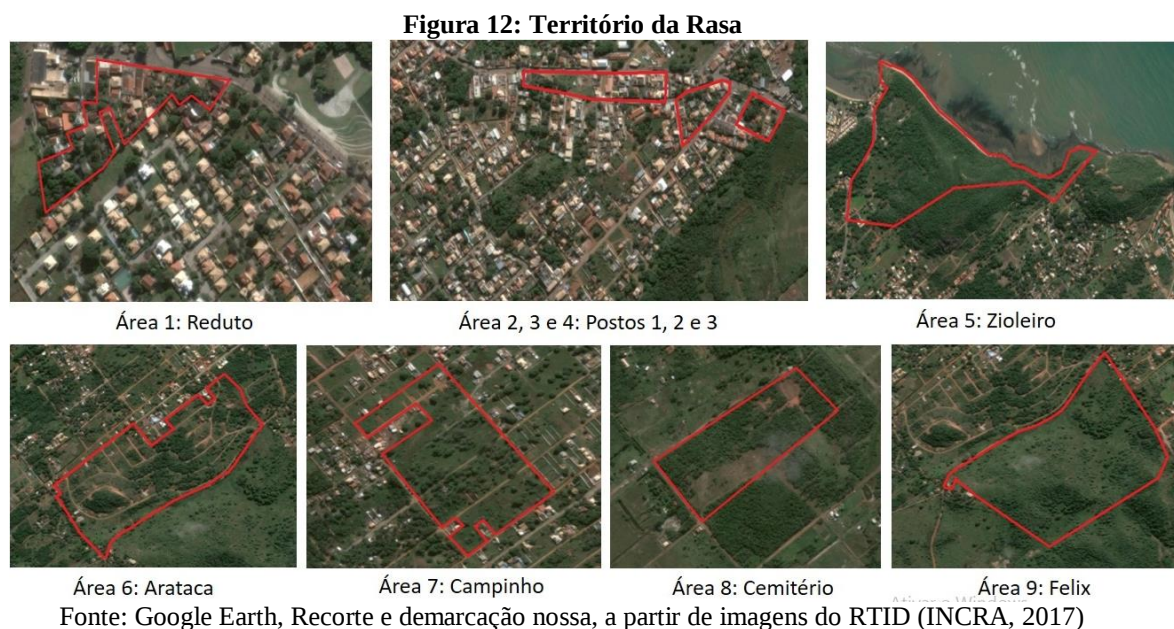


Fonte: INCRA, 2017, p.28-29.

Relativo ao termo “remanescentes”, este surge para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico e a contemporaneidade dos

territórios quilombolas. De modo que a luz, água encanada e casas de alvenaria não depreciam o território quilombola, que mantém sua identidade em laços muito mais profundos, a relação de pertencimento e de fazer parte da mesma família.

Referente a contemporaneidade, foram identificadas como território da Rasa (INCRA, 2017) as seguintes áreas:



Estas, ocupadas e denominadas de acordo com a história e presente organização espacial, configuram a seguinte divisão (INCRA, 2017):

- Área 1 - Reduto: Situada na área central do bairro e adjacente ao acesso a Búzios de quem vem do Rio de Janeiro. Este trecho é composto por residências (a maioria de quilombolas), uma igreja (Assembleia) da qual a maioria da comunidade faz parte (CARMO, 2018) e alguns comércios na avenida. Nesta área residem Dona Eva - a mais antiga (107 anos) e famosa quilombola de Búzios - e sua filha, Dona Clarivaldina (“Dona Uia”), presidente de Honra da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Rasa. O território foi recortado por sucessivas perdas, inclusive a doação a Sra. Zeni que reside no retângulo que separa a área.
- Área 2, 3, 4 - Postos 1, 2 e 3: Assim como o “reduto” é densamente povoado por quilombolas e a aquisição deve-se também ao Sr. Aristides (quilombola da Rasa).

- Área 5 – Ziroleiro: Inicialmente ocupada pelo ex-escravo e “príncipe africano” (segundo relatos) homônimo a área, onde também residiram famílias de seus tradicionais descendentes (Donária, Avelino e Tertela); hoje está sob domínio da empresa de empreendimento imobiliários (Sodema Aktiengesellschaft, com sede no Principado de Liechtenstein)
- Área 6 – Arataca: Está inserido nas áreas não edificadas do condomínio “Bosque de Búzios”, com domínio da empresa CMCC Imóveis LTDA.
- Área 7 - “Campinho” de Areia: Composto por quadras com trechos não edificadas do loteamento “Praias Rasas”, a maior parte da área está sob domínio dos Srs: Marcelo de Sampaio Marques e Pedro Mangia Goyanna de Carvalho.
- Área 8 – Cemitério do Tauá: Inseridas em quadras não edificadas do loteamento “Praias Rasas”, tal como a área 7, neste local foram encontradas ossadas (de escravos, segundo relatos orais). Adquirira por meio de cessão de posse, a área é reclamada pela empresa “Um Meia Oito Administração de Bens Próprios EIRELI ME”.
- Área 9 – Felix: A partir da resistência a expropriação de terras, ainda hoje os descendentes do Sr. Felix (quilombola) ocupam um pequeno lote desta área.

Após a publicação do RTID, em geral, os proprietários/ocupantes não quilombolas tem 90 dias para contestar as notificações, contudo, na Rasa alguns interessados ainda estão em fase de contestação. E a comunidade continua a busca da titulação de seu território, o que remete ao presente e as perspectivas desta comunidade para o futuro, que seguem este parágrafo.

A Rasa é “um território” de história da ancestralidade e memória da cidade do Armação dos Búzios, mas também um bairro periférico.

Com o processo de turistificação do município, especulação imobiliária relacionada e ainda, as grilagens, hoje, além da comunidade quilombola que resistiu a expropriação, o bairro da Rasa tem mansões e condomínios, principalmente próximo a praia da Rasa, Arpoador, Ponta do Pai Vitório e Praia da Gorda. Ocupando o litoral, que no passado era exclusivamente frequentado por quilombolas.

A Rasa está situada na periferia do município de Armação dos Búzios (RJ) e [...] vê-se sempre em situação de vulnerabilidade e perda pensando-se nos processos de transformações da cidade, o que inclui permanentes conflitos com relação ao uso e apropriação da terra (num primeiro momento com fazendeiros e grileiros e, atualmente, fortes pressões imobiliárias, visto que a cidade se transformou em um dos principais balneários turísticos do país), deficiência no que diz respeito à infraestrutura incluindo os serviços públicos, inclusão precária no mercado de trabalho e exclusão de suas memórias a favor da consolidação de uma metanarrativa única que valoriza a imagem de uma Búzios sofisticada e bela. (PEREIRA, 2013a, p.2)

Neste contexto, os espaços materiais e simbólicos da comunidade passam a ser território de disputa no lugar turístico, construindo novas espacialidades, sociabilidades e dinâmicas territoriais, em geral, subordinadas por atores hegemônicos (LIMA, 2010), que controlam o que expor e o que esconder nas imagens turísticas dos destinos.

Assim, para que a comunidade da Rasa defina seu destino e não o destino turístico (Búzios) e suas imagens definam o futuro da comunidade, é necessário conhecer as imagens turismo da Rasa, sob a perspectiva de quem vive, ou seja, pelo olhar quilombola.

Deste modo, como disparador destes olhares, a próxima sessão apresenta a metodologia selecionada para este processo.

História pra Ninar Gente Grande

[...] Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que
descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato [...]
(Mangueira - Samba-Enredo, 2019. Grifo nosso.)

4. DISPARADOR

O disparador na linguagem fotográfica é o botão que aciona a captura da imagem. Para além da fotografia, o termo está relacionado ao mecanismo que aciona um sistema. Assim, neste trabalho configuram o disparador: o trabalho de campo, a organização da pesquisa e seleção dos participantes, que permitiram pôr em ação um sistema, ou neste caso, a pesquisa participante.

4.1 Considerações Metodológicas

No Preâmbulo desta dissertação, relacionamos nossa pesquisa ao conceito “Sankofa”, que implica em um compromisso em retomar o passado e reavivar o que “ficou para trás”, e comprometemo-nos também, neste sentido, em apresentar “nosso lugar de fala”, “nossas raízes”.

Relacionando ao contexto desta sessão, entender as escolhas metodológicas desta dissertação, remete diretamente ao Programa que abraça esta pesquisa - “Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ).”

Criado, em nível de Mestrado, no período de 1989-1990, e doutorado, em 2001, o EICOS, ainda hoje, é pioneiro e inovador no campo psicossocial. Tal que, em reconhecimento, obteve e mantém, desde 1993, uma Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável.

Segundo Campos (2018), na perspectiva adotada pelos EICOS, a psicossociologia busca:

Vencer tanto o psicologismo de uma visão excessivamente individualista do sujeito psicológico (quando o sujeito é considerado o único responsável por sua própria personalidade, opiniões e crenças) quanto os excessos de sociologismo, que tende a colocar o indivíduo como mero reflexo das opiniões socialmente predominantes. Busca assim uma perspectiva dialética, que leve em consideração a dinâmica das contradições que constroem as representações subjetivas. (CAMPOS, 2018, p.29)

Portanto, o que caracteriza a psicossociologia não é um determinado objeto de estudo, mas sua relação com este (COSTA & MACIEL, 2009).

De modo que, as produções do EICOS incluem novas abordagens teórico-metodológicas na interpretação da experiência humana, em diferentes contextos socioculturais, e as perspectivas de mudança nas relações de dominação, a partir de

estudos e práticas psicossociais (CAMPOS, 2018), ou seja, nas dinâmicas de relação entre psique e o social (JODELET, 2018).

Ademais, o Programa, na figura da fundadora Professora Maria Inácia D'Ávila Neto, teoriza:

A respeito da pesquisa participativa sobre a implicação do pesquisador e a repercussão da experiência de pesquisa sobre a produção do conhecimento, a importância para a ação de reinvestir os resultados da pesquisa, em vista do desenvolvimento cultural e social das comunidades estudadas. (JODELET, 2018, p.46)

Assim, o EICOS e mais especificamente, a linha de pesquisa “Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social” contribuíram com a definição da metodologia deste trabalho. Por envolverem pesquisas qualitativas, participantes, priorizando comunidades e sua autonomia na identificação de demandas e resolução de problemas para o desenvolvimento cultural endógeno (CAMPOS, 2018), motivaram a inserção da perspectiva quilombola local ao objetivo da pesquisa.

Dada a subjetividade da pesquisa, que parte do “olhar quilombola”, a abordagem qualitativa é a mais adequada, já que busca “compreender os fenômenos estudados segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.58), na medida em que também observa, descreve e interpreta sentimentos, atitudes e demais dados não captados pela pesquisa quantitativa (MAIO, 2006; GOLDENBERG, 2003).

Desta forma, para estudar o turismo enquanto prática social relacionada ao desenvolvimento local pelo viés psicossociológico, adotou-se para este trabalho a construção metodológica qualitativa com base na pesquisa participante, que tem como pressuposto o compromisso com a transformação social, a partir da relação do pesquisador com a realidade e com o envolvimento comunitário (DEMO, 2008) – tal como proposto por Freire e Fals Borda (FARIA, 2008) - subvertendo o caráter neutro e “objetivo” da pesquisa tradicional (BRANDÃO, 1999).

A pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metodológicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados (DEMO, 2008, p.08)

Na pesquisa participante, como entendemos, os sujeitos são protagonistas na mudança de sua realidade e na construção conjunta do conhecimento. Neste modelo, a

pesquisa está a serviço dos sujeitos, na medida em que o conhecimento se produz horizontalmente (FREIRE, 1999). Cabe ao investigador, o papel de manter o caráter científico da pesquisa e revisar o percurso metodológico, que é delineado junto aos sujeitos envolvidos (BRANDÃO, 1999).

Esta produção dialógica do conhecimento requer a aproximação entre investigador e participantes (sujeitos), então, para nossa pesquisa, buscamos na etnografia (SPRADLEY, 1979) conviver e aprender com as pessoas. A despeito da descrição densa na interpretação dos fluxos sociais relatados pelos etnógrafos, à abordagem etnográfica que utilizamos, interessava um distanciamento suficiente para buscar a perspectiva científica dos acontecimentos e uma aproximação que possibilitasse entender o contexto do outro, tal como “compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada [...] um poema” (GEERTZ, 2006, p.107).

Para este fazer etnográfico, inspirados em Spradley (1980) utilizamos a observação participante como técnica de pesquisa, pois permite engajar-se em atividades apropriadas na situação estudada e observar a situação, por meio do convívio do pesquisador com “o outro” no cotidiano do último (SPRADLEY, 1980). Por esta técnica, estabelecemos relações comunicativas com os sujeitos com fins de estarmos inseridos com os quilombolas da Rasa, em especial, os participantes da pesquisa para “observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos” (THIOLLENT, 1999, p.83).

Embora reconheçamos que apenas nossa presença enquanto agentes externos (ou os “de fora”, como diria a comunidade da Rasa) influencia o meio; o observador participante é também um instrumento de pesquisa, pois na relação entre estar dentro e fora, afeta e se deixa afetar no campo, o que nega a neutralidade da pesquisa. E é a subjetividade da observação participante que permitiu a contextualização holística para favorecer nossa leitura sobre quais aspectos da vida dos outros sujeitos influenciaram ou foram influenciados pelo objeto de pesquisa (GEERTZ, 1989).

Para Minayo (1994) a subjetividade e a criatividade são cruzamentos intrínsecos à pesquisa social qualitativa. Enquanto que a pesquisa participante tem vertente educativa, crítica e política, o que implica em ponderar alternativas aos procedimentos científicos tradicionais (MATTOS & IRVING, 2003).

E neste sentido, o EICOS tem contribuições metodológicas com caráter de originalidade. Um exemplo marcante é a criação de um banco de imagens, fruto do uso deste recurso (principalmente audiovisual), dentro da pesquisa participante (D'AVILA NETO & NAZARETH, 2008). Atribuindo a imagem, enquanto procedimento de pesquisa psicossociológica nos estudos de comunidade, o objetivo de facilitar “a conscientização das tradições locais, tendo em vista o desenvolvimento endógeno e o melhoramento do acesso às identidades e às aspirações dos grupos desfavorecidos” (JODELET, 2018, p. 50). De modo que, além de unir a imagem aos estudos de desenvolvimento, confere validade ao seu uso na pesquisa participante.

No mais, D'Ávila Neto e Nazareth (2008) colocam que, dado o potencial de mobilização e sensibilização que amplia a participação de grupos, a abordagem participante privilegia a imagem ou registro visual como instrumento.

Os recursos de imagem são utilizados, também, como recursos suporte para atividades de reflexões com os grupos comunitários e institucionais, permitindo que eles mesmos avaliem suas formas de interação e participação social (SILVA, 2015, p.315-316)

Boal (1979) descreve uma experiência do uso de imagem na pesquisa participante como “voz política”. Inspirados pela educação dialógica de Paulo Freire, precursor da pesquisa participante no âmbito educacional da América Latina (BRANDÃO, 1999, DEMO, 2008), o governo peruano criou, em 1973, o programa “Operação Alfabetização Integral – ALFIN” para a alfabetização de adultos, não apenas em castelhano, mas também em linguagens artísticas. Boal destaca o trabalho da educadora Estela Liñares no setor de fotografia, em que fazia questionamentos aos alfabetizando, que deveriam ser respondidos por meio da imagem fotográfica. E o autor conclui: “Se vamos dar ao povo os meios de produção, é necessário entregar para eles, neste caso, a câmera” (BOAL, 1979, p.122).

As camadas mais pobres da sociedade, antes da popularização das câmeras fotográficas e, mais recentemente, de celulares, não tinham controle de sua imagem (SILVA & FREITAS, 2009); que muitas vezes foi/é representado pelo outro, inclusive o turista.

Na comunidade de Ausangate, província de Quispicanshis, em Cusco, contam uma história bem incomum. Um turista norte-americano passeia com sua mulher e para diante do camponês Sabino Quispe, sua esposa e sua filhinha, que estão cultivando batata moraya. O turista saca uma câmera de sua mochila e começa a enquadrar, mas se detém a olhar pelo visor de sua câmera. De sua mochila, Sabino sacou uma câmera e disparou rapidamente, antes dele. Surpreendido na imagem de Sabino, o turista desiste de tirar a foto e se retira do lugar. (FLORES, 2004, p.1. Tradução nossa)

O que surpreende, segundo Flores (2004), é a inversão de poder, onde o “fotógrafo” que “retrata a realidade” é o fotografado. Mas a ideia de visibilizar ou até objetificar “o outro” remonta os primórdios do cinema e da antropologia⁴⁶ (GAMA, 2011) e - há duas décadas - a sociologia visual (HACK NETO & GÂNDARA, 2008).

No “*travelling literário*” sobre a antropologia visual, Peixoto (1999), salienta a interpretação do operador da câmera no registro imagético e exemplifica a subjetividade na produção e leitura de imagens, pelo trabalho de Worth e Adair com Navajos em 1966; quando ensinaram técnicas de filmagem para que um grupo registrasse seu modo de vida. Assistindo conjuntamente “a produção”, os Navajos diferenciaram as imagens de produção própria, das demais.

Meirinho (2017b), que é referência na nossa pesquisa, classifica o uso da imagem nas pesquisas humanas e sociais, em três diferentes contextos: como instrumento de consulta ou ilustração de um trabalho, como objeto de análise, ou ainda, como “elemento de diálogo e relações entre o pesquisador e o sujeito” (MEIRINHO, 2017b, p.11) por metodologias visuais participativas⁴⁷.

Considerando que o turismo é um objeto prenhe da linguagem visual, ao passo que “a fotografia desenvolveu-se na esteira [...] do turismo” (SONTAG, 2004, p.19), pareceu-nos coerente adotar o método visual, em especial, pelo uso da fotografia. E, com ele repensar as imagens turísticas de Armação dos Búzios e as imagens extraquadro da Rasa

Adotamos como método, a fotografia participativa que, segundo Meirinho (2013), “como instrumento mediático lúdico-pedagógico” (MEIRINHO, 2013, p.206) e dialógico tem repercussões pedagógicas, desde o desenvolvimento de competências

⁴⁶Novaes (2005) destaca as relações entre a Antropologia e o desenvolvimento da fotografia utilizando a imagem como ferramenta de pesquisa, a partir das contribuições Robert Flaherty, Bronislaw Malinowski, Margareth Mead, Gregory Bateson, Jean Rouch e Pierre Verger

⁴⁷Para referência, Balomeu & Garrord trazem o estado da arte das pesquisas (BALOMEU & GARRORD, 2015) com métodos visuais participativos, porém criaram e utilizam o termo “participant-generated image (PGI)” para todos os métodos e técnicas em que os sujeitos produzem as imagens.

peçoais e coletivas dos participantes para registrar e refletir sobre suas realidades até “um ‘*empowering*’ mais humano e uso participativo incorporado a uma estratégia metodológica que fornece a oportunidade para desenvolverem uma história que foi anteriormente rejeitada, silenciada ou negligenciada” (SINGHAL, 2006, p.04), assim como o provérbio Sankofa; inspirando nossa proposta.

Singhal et al. (2007) sugere inclusive a fotografia participativa como instrumento de investigação social com grupos excluídos social, econômica e/ou culturalmente e Meirinho (2016) complementa afirmando que a aplicabilidade desta ferramenta “expressa uma conexão legítima com o desenvolvimento de uma consciência crítica nos envolvidos, tal como aludiu Paulo Freire” (MEIRINHO, 2016, p.34). Assim, é um potencial metodológico com vertente educativa e emancipatória.

Considerando que “não posso conhecer a realidade dos que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento” (FREIRE, 1999, p. 35), e que o saber científico é apenas um dos saberes entre os saberes locais na pesquisa (THIOLLENT, 2000); esta investigação do “olhar quilombola”, para além da devolução dos resultados, à luz da ética da pesquisa participante, utilizou a produção de dados compartilhada, incluindo os sujeitos nos registros fotográficos, seleção e interpretação das imagens, já que estas são polissêmicas (NOVAES, 2005). Portanto, nesta pesquisa, teoria e prática foram indissociáveis (PINK, 2012).

Uma das vantagens desta abordagem (fotografia participativa) é a capacidade para “fornecer uma visão clara e estimulante dos participantes e da multiplicidade de possibilidades de análise como observam suas relações, contextos e se expressam visualmente” (MEIRINHO, 2014, p.189). Para os estudos psicológicos, em especial na função autotográfica, Silva & Koller (2002)⁴⁸ identificam como benefícios do uso da fotografia como método: o mínimo treino no manuseio da câmera, frente as limitações de expressão verbal e escrita do self, a autonomia do participante na seleção de estímulos e respostas, e neste sentido, a interferência mínima do pesquisador “na forma do participante perceber o mundo, evitando assim o viés das expectativas sociais, bastante comuns em entrevistas” (SILVA & KOLLER, 2002, p.242).

Em reconhecimento a estas características e a abordagem psicossociológica da nossa optamos por utilizar elementos do photovoice como técnica de pesquisa participante.

⁴⁸O referido artigo apresenta o estado da arte das pesquisas do uso da fotografia na psicologia.

O photovoice foi criado e aplicado pela primeira vez em 1994, pelas professoras Caroline Wang (da universidade de Michigan), pesquisadora da Escola de Saúde Pública, e Mary Ann Burris (da Universidade de Londres), pesquisadora da Escola de Estudos Orientais e Africanos. Juntas desenvolveram um projeto de saúde sexual e reprodutiva junto a mulheres de zonas rurais da província de Yunnan na China (WANG *et al*, 1996). Por meio de fotografias, as mulheres registravam individualmente seu cotidiano, coletivamente interpretavam e discutiam os sentidos das imagens, levando a crítica à realidade e as proposições de mudança aos decisores políticos na exposição dos resultados das narrativas imagéticas.

O nome photovoice⁴⁹ contém o acrônimo VOICE, que, numa relação direta com a perspectiva psicossociológica, representa “*voicing our individual and collective experience*” (Wang & Burris, 1997, p.381) ou seja, propõe vocalizar ou expressar um experiência que é individual e coletiva. Photovoice ou Fotovoz é “um processo pelo qual as pessoas podem identificar, representar e melhorar sua comunidade através de uma técnica fotográfica específica” (WANG & BURRIS, 1997, p.369. Tradução nossa).

É uma ferramenta crítica, política e emancipatória que utiliza a fotografia participativa como ferramenta dialógica e subjetiva.

O photovoice “se propõe a inserir no processo investigativo, atividades de base comunitária com a finalidade de capacitar em conjunto membros de grupos sociais em situação de exclusão” (MEIRINHO, 2015, p.204), com base na fotografia documental, que usa da imagem como “revelação” de problemas sociais; na teoria feminista, que relaciona o empoderamento e engajamento político e ainda a “consciência crítica” de Paulo Freire (1970) que compreende os indivíduos como agentes de mudança, com vistas ao desenvolvimento local.

A partir da “representação de perspectivas dos que levam uma vida diferente daqueles que tradicionalmente possuem o controlo dos meios de imagem do mundo” (Wang, 2006, p.154), o photovoice, nesta pesquisa participante, possibilitou o discurso dos sujeitos-fotógrafos na produção e leitura das subjetividades das imagens turísticas, neste caso produzidas pelos quilombolas como um exercício contra hegemônico das imagens do turismo buziano.

Contudo, adotamos algumas particularidades específicas para nosso trabalho. Diferente da abordagem original do photovoice, não incluimos decisores políticos em

⁴⁹Inicialmente chamado de Photo novela. (WANG et al, 1996)

etapa alguma de nossa atividade, pois centramos nosso questionamento na imagem do turismo na Rasa, priorizando este processo reflexivo que entendemos iniciar com o fim da pesquisa e dar continuidade por conta própria com a mudança no olhar do participante, a partir de sua própria reflexão crítica.

Vale ressaltar também, que diferente dos trabalhos de Meirinho e da maioria que utiliza a fotografia participativa, não incluímos capacitação na linguagem fotográfica, apenas instruções básicas para manusear a câmera. Não faria sentido ofertar um curso. A falta de tempo, recursos e interesse inicial por esta formação pelos participantes inviabilizariam tal possibilidade, além de comprometer a escolha metodológica de reduzir a manipulação do discurso imagético.

Relativo a utilização do photovoice em pesquisas de turismo, ainda que no trabalho de Gehrke et al (2015) os participantes também fossem residentes, os autores utilizaram o photovoice como técnica de identificação de recursos turísticos, e neste sentido, voltado para aquilo que seria “oportuno de compartilhar com o “outro”, com o turista” (GEHRKE et al, 2015, p.1005). Talvez esta perspectiva justifique-se pelo público ser exclusivamente estudantes do curso de condutores de turismo.

Já na nossa pesquisa, não partimos do pressuposto que o turismo seria desenvolvido, mas que caberia questionar o posicionamento dos quilombolas da Rasa, frente a atividade turística em seu território, de modo que trouxemos o viés psicossociológico para estudar a subjetividade na seleção do enquadramento e do extraquadro nas imagens.

Neste sentido, a próxima sessão, em que narramos nossa aproximação e observação em campo, contribui com esta contextualização.

4.2 Reconhecimento de campo e observação participante

Segundo Brandão (1999), o conhecimento na pesquisa participante só é possível quando há envolvimento entre quem pesquisa, o que se pesquisa e os participantes com quem se pesquisa. E são os objetivos e implicações na pesquisa que desenham as orientações teórico-metodológicas para pensar e realizar o trabalho.

Assim, a inserção no campo é uma premissa, “uma vez que é no lugar natural onde acontecem os fatos, fenômenos e processos” (MINAYO, 1994, p. 36), por

consequente, inclui a observação participante em eventos e no cotidiano da comunidade. E esta sessão apresenta esses acontecimentos e as experiências e observações arroladas.

Iniciamos o reconhecimento de campo em outubro de 2017 e desde então estivemos também em novembro e dezembro do mesmo ano e em março, junho, outubro e novembro de 2018, num processo de aproximação e estudo de viabilidade da pesquisa por meio de observação participante.

Nossa presença e observação envolveu a participação em eventos que relacionassem turismo e quilombo em Búzios, visibilidade dos quilombolas e outros para os quais tivemos convite verbal e que envolviam a comunidade da Rasa, a fim de criar *rapport* e buscar os enquadramentos “dos sujeitos” pelo nosso olhar de estranhamento.

Assim, o roteiro de observação incluiu: os participantes de cada evento (poder público, turistas, quilombolas, etc.) e a abertura e controle em relação às pessoas não quilombolas que participaram destes eventos; a coesão entre os quilombolas e associação que os representa; a comunicação interna dos envolvidos, a organização, os tipos de atividades realizadas e articulação (parcerias) para realização dos eventos.

Estes critérios de observação indicaram a atuação da associação e de seus membros e a representação prática desta instituição junto aos quilombolas da Rasa (os que participavam das reuniões ou não), indicando diferentes lideranças e/ou grupos informais e quais as características prioritárias dos participantes da pesquisa para que o viés fosse quilombola e não da associação. Ademais o engajamento e articulação poderiam ter interface com os resultados relativos às expectativas e envolvimento comunitário com o turismo.

Deste modo, houve imersão no campo com a nossa participação na vida diária da comunidade pelo método etnográfico, ao passo que incluímos os “sujeitos” na pesquisa participante; para que o estudo fosse com e não sobre a comunidade.

Como a observação implica no registro dos acontecimentos, neste trabalho optamos pelo diário de campo em narrativa visual aprofundando a descrição das experiências e favorecendo o entendimento (BITTENCOURT, 1998). Ademais, registramos os dados em computador e “nuvem” protegidos por senha.

A partir de então, iniciamos as pesquisas na internet sobre a comunidade quilombola da Rasa, buscando tanto personalidades locais como potenciais

participantes, quanto trabalhos acadêmicos com uso de imagens da comunidade a fim de conferir o ineditismo da fotografia participativa com esta comunidade.

Um dos resultados encontrados é o projeto “Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia” (LABHOI, 2005), que inventariava estas expressões musicais negras e histórias orais em comunidades rurais do Rio de Janeiro por audiovisual. Na página do Mapa de Cultura do Rio de Janeiro, em relação a Rasa, há menções apenas ao “Quilombo da Rasa” e a um trio musical feminino chamado Kindala. A Associação Observação Búzios (2015) também produziu um vídeo sobre a memória de Búzios, incluindo personalidades da Rasa. Entre os vídeos que mencionamos, outros mais produzidos na Rasa, e ainda imagens sobre quilombolas da Rasa, algumas pessoas, como Dona Eva (mais idosa e famosa quilombola buziana), sua filha, Dona Unia (Presidente de Honra da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Rasa) e Pastor Luiz (um dos fundadores da associação) apareciam com mais recorrência.

Assim, antes mesmo de ir a campo, tínhamos a expectativa de conhecer: Dona Eva, Dona Uia, Pastor Luiz e o grupo Kindala.

Para mediar o contato e apresentar a Rasa, selecionamos alguém familiar (conhecida há 20 anos), que reside e é guia em Búzios: Nicole, primeira pessoa a nos informar sobre a Rasa e a rara formação do Mangue de Pedras⁵⁰ (NAGEM, 2012) que lá se encontra.

Nicole mencionou que conduzia anualmente a caminhada Anda Brasil – Circuito Mangue de Pedras e que o faria dia 28 de outubro de 2017. Assim, acordamos a participação nesta caminhada e na véspera desta, uma visita personalizada para reconhecimento de campo no sábado guiado por ela. Com a necessidade do pernoite, encontramos na internet a hospedagem que foi ponto de apoio durante toda pesquisa, a Guest House⁵¹ “Casa do Professor”.

No dia 27 de outubro de 2018, após a contextualização da pesquisa apresentada a Nicole, sugeriu iniciar a visita conhecendo Lene (Roselene), quilombola e uma das alunas do Curso de Turismo de Base Comunitária que criou roteiros propostos na publicação.

⁵⁰A peculiaridade desta formação geológica, que é uma das três existentes no mundo, deve-se ao fato do abastecimento de água doce ser por infiltração e por condução direta de um rio, tal como na maioria dos mangues. Em reconhecimento a necessidade de sua proteção, em 9 de novembro de 2018, o decreto nº1059 criou a Área de Proteção Ambiental Mangue de Pedras/APA Mangue de Pedras (Armação dos Búzios, 2018b).

⁵¹Um meio de hospedagem simples, de baixo custo, em que os quartos de uma casa particular são convertidos em acomodação.

Seguimos pela rua principal, Avenida José Bento Ribeiro Dantas, passando pela Praça do INEFI - Instituto de Educação e Formação Integral Judite Gonçalves.

Figura 13: INEFI



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Este complexo⁵² de lazer e poliesportivo fica no meio do bairro e visível para quem chega a Búzios vindo pela RJ-102, que margeia o INEFI.

Aliás, Nicole complementa a conversa dizendo que há três praças na Rasa: o INEFI, a pequena Praça Humberto Modiano e a Praça Quilombola. A Praça Humberto Modiano é o local mais valorizado como espaço de convivência. É a mais antiga praça, está defronte ao território quilombola denominado como “reduto” (INCRA, 2017) e por onde se tem acesso ao campo de futebol do tradicional “Esporte Clube Esperança”. A Praça Quilombola, apesar do nome, não é espaço de convivência, nem entorno de “moradias quilombolas” - dista 1,5km do “centro da Rasa” (do núcleo comercial e do “reduto”) – e, assim como INEFI, foi inaugurada recentemente (2018). Talvez por este motivo que o uso e apropriação da Praça do INEFI tenha se intensificado ao longo do tempo de pesquisa, recebendo inclusive barracas da feira nordestina, aos fins de semana.

No próximo quarteirão a direita, paramos na peixaria da esquina e lá encontramos Roselene. Ela é assistente social e com a escassez de empregos e por apoio ao negócio da família, a peixaria, estava limpando peixe.

⁵²Conta com “vestiários feminino e masculino, banheiros públicos, anfiteatro, arquibancada, pista de skate (desenhada pelos próprios skatistas da Associação de Skate), quadra de areia para voleibol, quadra de futebol soçaite com grama sintética (reformada e reposicionada), duas quadras poliesportivas, uma quadra de tênis, calçadas, estacionamento e cabine para base fixa da Guarda Municipal” (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 2016b)

Ela fez críticas a exploração do território “pelos de fora” e a falta de posicionamento prático e coletivo da comunidade, mas também destacou os potenciais do território, principalmente ligados ao turismo e a pesca artesanal enquanto manifestação cultural, destacando alguns pescadores, como seu pai, o Mestre artesão de barcos, Andreolino.

Figura 14: Banner sobre Mestre Andreolino exposto na peixaria da família



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A maior parte da conversa, “Lene” ou “Leninha” (para família e amigos) discorreu sobre a reativação da associação de pescadores da Rasa e da singularidade de lá haver pescadores-quilombolas. E demonstrou interesse e disponibilidade em colaborar com a pesquisa, fato que consideramos para selecionar os participantes-fotógrafos.

A seguir, fomos até a casa do Pastor Luiz, que também era o endereço do trio Kindala, revelando que estas são suas filhas.

Apenas Gabi (Gabriele), vive com os pais e hoje é advogada, como o pai.

Pastor Luiz é uma fonte inesgotável e acessível da memória, desta e de muitas outras comunidades quilombolas da Região dos Lagos, tendo contribuído para fundação destas pelo compartilhamento de informações sobre o processo para a emissão da “Certidão de Autorreconhecimento”. Segundo informou, foram ele e Walmir (filho de Dona Eva) os fundadores da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Rasa.

E ainda em relação aos seus vídeos na internet, pai e filha esclareceram que embora tenham suas imagens e falas registradas em muitas pesquisas, não recebem

cópias. Por não ter sede, a Associação também não dispõe de arquivo disponível para armazenamento e consulta de trabalhos acadêmicos.

Referente ao diálogo sobre a pesquisa, “Pastor” Luiz - que embora frequente a igreja, não é mais pastor - mencionou sobre a importância de resgatar suas práticas culturais como o jongo, e suas memórias junto as novas gerações. E ainda, sugeriu, em forma de convite, a visita a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Baía Formosa (Armação dos Búzios – RJ) no dia seguinte para conhecer a Presidente Beth.

Na sequência, fomos até o quintal de Dona Eva e Dona Uia, uma espécie de “terreiro” em plena área urbana...uma imagem que não se vê e não se espera de Búzios.

Figura 15: Quintal de Dona Eva (e família)
Dona Eva – Quilombola mais antiga e ilustre de Búzios



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Em terra batida, com galinhas, árvores, casas simples em alvenaria, algumas pintadas e outras não, coisa que também não se espera de um território quilombola, vê-se a principal referência da Rasa.

Pouco mais de 10 pessoas da família estavam sentadas conversando no quintal, entre elas, Dona Uia, Presidente de Honra da Associação e única mulher entre os 10 filhos vivos de Dona Eva, com quem mora, para salvaguarda da mãe, que permanecia interior de sua casa, até surgir na porta.

Figura 16: Dona Eva e sua casa



Fonte: Viaje Comigo (site), 2017.

Dona Eva é uma figura carismática, e após um tempo de diálogo, solicitei aos seus filhos e a ela, seu registro fotográfico. E como uma ferramenta de diálogo, através dele, fui convidada a entrar na casa para registrar Dona Eva penteada e sentada no sofá onde prefere ser fotografada.

A fotografia, especialmente quando é utilizada nas ciências sociais, mais do que um recorte da realidade, representa a forma como uma pessoa olha o mundo e se relaciona com ele. Ela expressa, de certa forma, a mediação entre o pesquisador e o grupo pesquisado: são seres humanos que se relacionaram (ou não) naqueles momentos. Para fotografar uma cena, o pesquisador teve necessariamente de estar lá, teve de vivenciar o dia-a-dia e conviver com aquelas pessoas, e, nesses momentos, o mais importante não é o título acadêmico do pesquisador, e sim a sua capacidade de interagir com o grupo pesquisado. Somos apenas – e temos que sê-lo por completo – seres humanos que convivem em determinado tempo-espço e seremos reconhecidos (ou não) pelo que representamos humanamente, naquele momento, para aquelas pessoas. (ALVES, 2004, p. 234)

Do alto dos seus 108 anos, Dona Eva enxerga muito bem, lava, cozinha e é independente. Tem tanta disposição que tocou as mãos nos pés com as pernas esticadas, mostrando sua flexibilidade e comprovando quão bem está de saúde.

Figura 17: Dona Eva mostrando sua flexibilidade



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Quanto a rotina da Associação, Dona Uia contou que, sem sede, as reuniões aconteciam abaixo da árvore de jamelão de seu quintal, sem frequência certa. E, entre as atividades, produzem e realizam um batizado de bonecas negras, que não dispunha para venda naquele momento.

No domingo, para entender o contexto da Rasa, a “Caminhada Anda Brasil – Circuito Mangue de Pedras” proporcionou a visita ao Mangue de Pedras e seu mirante, a Praia da Gorda e a Praça Quilombola.

Além de não residirem quilombolas no entorno desta praça, não havia um sequer naquela visita. E a pose de uma visitante junto a estátua da mulher bantu; ilustrou que aquele espaço estava, sobretudo, apropriado pelo turismo.

Figura 18: Caminhantes da Anda Brasil na Praça Quilombola



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Com a companhia de Gabi, seguimos até Baia Formosa. Por mutirão, um grupo trabalhava na construção da sede. Muito articulados, a exemplo da Presidente Beth, três quilombolas têm curso de Condutor de Turismo e contam com apoio de voluntários e parcerias, inclusive no roteiro turístico que conduziriam no dia da Consciência Negra (20 de novembro).

Não residir nem mesmo no bairro e ter seu território como local de visita, se antes foi uma fragilidade, parece ser hoje a força que move Baia Formosa; que, segundo Beth, visualizam o turismo de base comunitária como ferramenta de poder para a comunidade quilombola.

Ou seja, ser uma população tradicional significa uma forma de resistência, que transforma experiências locais em turismo. Um turismo denominado localmente de TBC que significa também incluir no mapa do estado os grupos sociais “invisíveis”. Assim constata-se que estas iniciativas estão ligadas a um movimento político e social que tem o turismo como ferramenta de poder. (MENDONÇA et al., 2017, p.348)

Desde a visita anterior, parecia que Pastor Luiz direcionava a conversa para que as o foco estivesse em Gabi. Ao longo do tempo de convívio, entendemos sua postura não como indisponibilidade, mas um desejo de passar seu legado a sua filha, para que ela fosse a nova fonte de referência.

O pesquisador vivencia o cotidiano de uma comunidade e começa a “perceber alguma coisa”, sem, entretanto, saber exatamente do que se trata. Muito das coisas percebidas fica no nível das sensações, não chegando a se transformar em dados, mas serve para balizar o trabalho de campo (GURAN, 2000, p. 156)

Assim, aos poucos desenhava-se o perfil dos participantes da pesquisa, pensado a partir de então, na geração que está recebendo o legado, os descendentes das lideranças.

De volta a Rasa, na ausência de D. Uia, sua sobrinha Joseli (que é auxiliar de creche, artesã e mora no mesmo quintal), mesmo insegura quanto a boneca abayomi “ser macumba”, cedeu aquela que produziu para apresentar aos seus alunos no Dia da Consciência Negra.

Figura 19: Joseli e suas bonecas
Tímida pediu que seu rosto não aparecesse



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

O retorno ao campo deu-se no dia 19 de novembro, quando conhecemos o casal proprietário da Casa do Professor, Francisco (Professor aposentado da UFRJ) e Tereza (Historiadora e guia de turismo)

Com Tereza, participamos de um roteiro turístico divulgado na rede social da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios:

Figura 20: Postagem “Inauguração da rota étnica, cultural e ecológica”



Fonte: Armação dos Búzios (facebook), 2017.

A despeito da programação, um atraso repercutiu na redução do roteiro a visita a Baía Formosa, que incluiu entre as atividades, a visita a Praia de José Gonçalves (origem do tráfico de pessoas escravizadas) e ao Sítio Ecológico Pedras de Quartzito conduzida por quilombolas, almoço, apresentação de ciranda e venda de artesanato na sede da Associação.

As obras da sede, mesmo inacabadas promoveram mudanças muito rápidas em relação a primeira visita que fiz 20 dias antes.

Figura 21: Cozinha africana de Baía Fomosa, antes e depois

ANTES



DEPOIS



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Figura 22: Sede da Associação Quilombola da Rasa no Dia da Consciência Negra, fachada e interior.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

Finalizada a rota, fomos ao quiosque de D.Uia, no INEFI, que ofertou uma feijoada, servido ao do evento local, que não tínhamos ciência.. Na ocasião, Lene apresentou o Vice-Presidente da Associação da Rasa e cocriados de seus roteiros turísticos, Adriano. D.Uia apresentou sua filha Nali, que enfatizou que em toda pesquisa sobre a Rasa, a Associação deveria receber uma cópia mesmo que fosse um trabalho de uma disciplina do mestrado. E mesmo com esta fala incisiva, assim como a mãe, lamentou não termos comparecido ao evento na Rasa, convida-nos para o aniversário de sua mãe no mês seguinte.

Também neste período, narramos a experiência em Baía Formosa, mas o impacto que causou não pareceu ser estímulo, mas competitividade. Existe um ar de rivalidade entre estas comunidades que há quem justifique, alegando que teriam origem em grupos rivais ainda na África.

No interstício de tempo entre as visitas a campo, mantivemos contato com Roselene, Gabi – por extensão, com notícias do Pastor Luiz – e Joseli.

Dia 11 de dezembro de 2017, a convite de Roselene participamos da Mostra da Cultura da Pesca Artesanal.

Figura 23: Folder Mostra da Cultura da Pesca Artesanal



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Com exposição de fotos de pescadores buzianos, a proposta desta Mostra era um chamado a participação para a realização deste evento, que envolveria 3 semanas de exposição, exibição de filmes, inicialmente na fachada da Igreja de Sant’Ana (padroeira do município), posteriormente em escolas, solicitando para tal, fotos e objetos da prática e vida dos pescadores a fim de reunir um acervo, incluindo até barcos antigos e identificação das famílias e mapas da pesca.

Ficou clara a afirmação de Guran (2000) de que a imagem fala primeiro a sensação do que a razão. Talvez por isso, mesmo com argumentos relacionados ao apelo turístico do mar em Búzios e da necessidade de resgate da cultura da pesca artesanal, não houve mobilização.

No dia 18 de dezembro de 2017, a da Professora de Psicologia Carmen Tatsch, que era a pesquisadora responsável pelo projeto “Direito ao Trabalho e Desenvolvimento Humano e Social” realizado na Rasa, com apoio do edital Direitos Humanos e Cidadania da FAPERJ, encaminhou o relatório do projeto relativo ao

período de 2005 a 2007⁵³ (TATSCH, 2007) e exibiu os vídeos antropológicos produzidos e partilha sua experiência.

Referente a comunidade e tensões no território, mencionou as diferenças político-partidárias no período da pesquisa, em que parte da comunidade apoiava um candidato à prefeitura e a outra parte ao seu opositor. Outra tensão que relatou, e que ouvimos durante o trabalho de campo, foi quanto a presença e significado da estátua do negro com a criança no bairro, que por estar, inicialmente, “de costas” para o bairro, seria interpretado pela comunidade como se as pessoas (negras) “servissem apenas para parir, para dar seus filhos” e complementa a relação apartada da Rasa em relação ao município, ou da parte reconhecida como tal, dizendo que ouviu mais de uma vez a frase: “eu nunca fui ao centro”.

Os vídeos e as falas na conversa junto a Professora, ressaltaram também algumas personalidades, entre elas, o pescador, Sr. Andreolino (pai de Roselene), Walmir (filho de Dona Eva, militante quilombola e ex-vereador) e Pastor Luiz, que ela recomendou e destacou pela disponibilidade e apoio na pesquisa. Também houve menção a divisão do município entre os bairros intra e pós-pórtico.

Como resposta a indisponibilidade do acesso aos vídeos produzidos pela internet, alegou que enquanto não há um arquivo público da comunidade da Rasa, estariam sobre seu domínio, contudo, disponíveis a quem solicite e vá até a pesquisadora assistir.

Em 22 de dezembro de 2017, presencialmente, mantivemos contato com Lene e posteriormente, com Pastor Luiz e Gabi.

Lene ponderou que a luta da comunidade da Rasa, pela Associação, estaria muito voltada ao território e que este foco ofuscava outras necessidades e potenciais que demandam mobilização, como o turismo. E, no encontro com Pastor Luiz, entra suas histórias e memórias, ele contextualizou a rivalidade da Rasa com Baía Formosa. Em contraponto, como exemplo de articulação, estendeu o convite a companhia dele, de Gabi e Walmir (filho de D.Eva) para inauguração da “inauguração” (emplacamento) da Av. Rui Gonzaga, que dá acesso ao “Quilombo de Maria Romana”, presidido por Lamiel.

⁵³A pesquisa entre 2005 e 2007 estava vinculada a Universidade Veiga de Almeida, deu continuidade a um projeto vinculado à Escola de Comunicação da UFRJ entre 2001 e 2003. Ambas fases foram realizadas na comunidade da Rasa e contaram com apoio da FAPERJ.

Figura 24: Inauguração da Av. Rui Gonzaga em Maria Romana



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Mesmo reconhecida somente em 2011, esta comunidade conquistou apoio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para desenvolver sua produção agrícola, com acompanhamento de assistência técnica, insumos agrícolas, caminhão e até a construção de um galpão.

Figura 25: Obra para construção de galpão em Maria Romana



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A inauguração começou com uma oração e plantio de mudas na “nova” avenida e terminou com um almoço e palestra na Igreja (evangélica) onde se reúnem, como comemoração reconhecido por um público exclusivamente de quilombolas.

Figura 26: Pastor Luiz, Lamiel e Walmir em Maria Romana



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Retornamos a Rasa para o aniversário de 107 anos de Dona Eva. Não houve festa. Mas, Dona Uia comentou que sua mãe seria homenageada como personalidade local pelo Programa de TV “Estrelas”, da Rede Globo.

Para saber mais a respeito da história da Rasa e localizar as áreas identificadas como território da comunidade, estivemos da sede do INCRA no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 2018, solicitando leitura e acesso a cópia digitalizada do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, incluindo o laudo antropológico, que deu base ao capítulo três desta dissertação.

Mantivemos contato com Gabi, Roselene e Joseli, que informou sobre a gravação do programa com D. Eva (entre os dias 06 e 08 de março de 2018), mas alertou sobre a discrição da informação.

Então, no dia 05 de março, ajudamos na produção pré-gravação (na decoração) e, no dia seguinte, durante o evento (na coleta de assinaturas e decoração).

Quanto ao apoio direto a comunidade, Nali (filha de D. Uia) solicitou a transcrição a mão de uma carta endereçada a Luciano Huck (marido da apresentadora do programa que gravariam no dia), com intuito de solicitar a construção de uma sede para a Associação.

Estava tudo muito bonito, mas, conforme Spradley, “depois de registrar e analisar as informações iniciais coletadas, a pesquisa se estreita e começa-se a fazer observações focalizadas” (SPRADLEY, 1980, p.34).

Participaram do “evento”: a equipe do programa, o Coral Encanta Búzios, o grupo de capoeira Abada Búzios, Dona Eva, Dona Uia, sua família e diversos outros quilombolas; mas, nenhum dos que eu me relacionava, a não ser Adriano, que é Vice-Presidente da Associação.

Todos ficaram fora do enquadramento da câmera, exceto Zezé Mota (apresentando o programa), Dona Eva, Dona Uia e solicitaram que uma neta de D. Eva participasse, mas as mais atuantes, como Nali, ficaram tímidas e uma neta menos presente ou engajada com a Associação sentou ao lado da avó e a acarinhava a todo momento. Gesto que incomodou ao grupo.

Figura 27: Gravação do Programa Estrelas com Dona Eva



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A segunda parte da gravação foi na sala e atender ao pedido de amarrar um turbante em Zezé Mota foi causou constrangimento momentâneo, até a chegada de alguém que soubesse amarrar.

O batizado de bonecas é uma prática revitalizada pela comunidade há cinco anos (CARMO, 2018), em geral, no Dia da Consciência Negra e eventos especiais; embora, neste dia, o senhor responsável por batizar, tivesse perguntado o que fazer.

Figura 28: Batizado de bonecas para o Programa Estrelas



Fonte: Arquivo pessoal: 2018.

Pensar numa apresentação de jongo, com um batizado com palavras do catolicismo, realizado com pessoas evangélicas, exemplifica a complexidade e contemporaneidade do que se considera ser quilombola.

Não ter hábito de usar turbante ou apresentar uma prática recente tira a autenticidade delas. Se a ressignificação das práticas tem origem na própria comunidade, ainda que seja uma “história reinventada” para turistas, por que não seria legítima? Afinal, “a identidade dos lugares não é a cristalização de um passado sacralizado” (LUCHIARI, 1998)

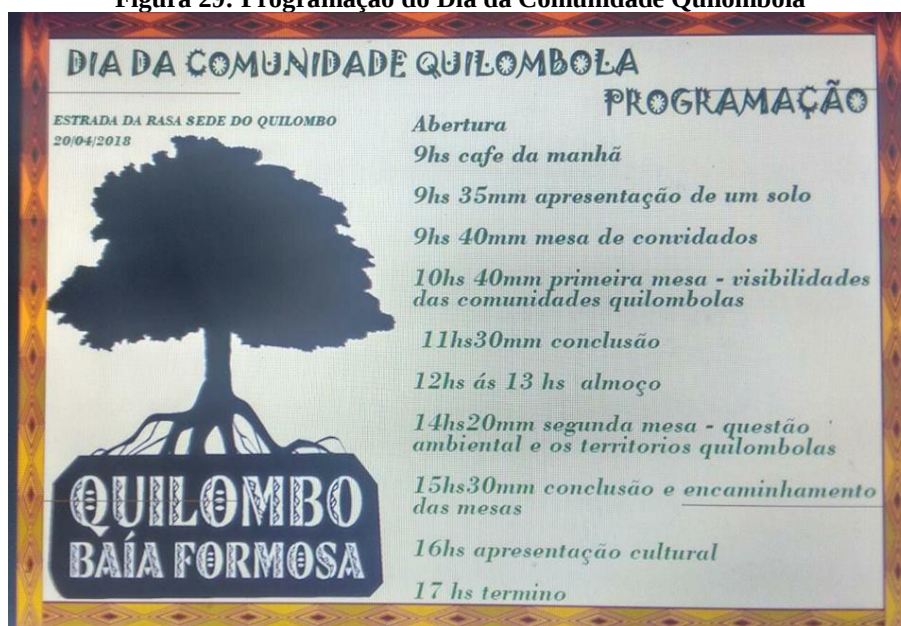
A carta transcrita foi um momento de tensão, a parte, pois a outra carta, a neta que causou incômodo nos demais, produziu uma carta com pedido de cunho individual, em nome de D.Eva e entregue a equipe do programa pelas mãos da avó. Revertendo a situação, o grupo solicitou ao assistente de produção que a carta com pedido coletivo fosse a única entregue.

Vale ressaltar que a gravação foi exibida no dia 21 de abril de 2018.

Entre as reflexões, o campo revelou que a comunidade divide-se em quatro perfis: aqueles que atuam na associação, principalmente ligados a família de D. Eva; aqueles que militam, fizeram parte, mas não atuam mais na associação, como Walmir e Pastor Luiz; os pescadores-quilombolas, como Pedrinho e Mestre Andreino e família, e, ainda, aqueles que não fazem parte de grupo algum, como Joseli. Assim, definimos os perfis dos participantes.

A sexta visita foi de poucas horas e não contemplou a Rasa. Embora tenha ocorrido no dia 20 de abril de 2018, o evento foi uma celebração tardia pelo “Dia Municipal do Quilombola”, comemorado em 16 de março, segundo a Lei 1021 de 10 de setembro de 2014.

Figura 29: Programação do Dia da Comunidade Quilombola

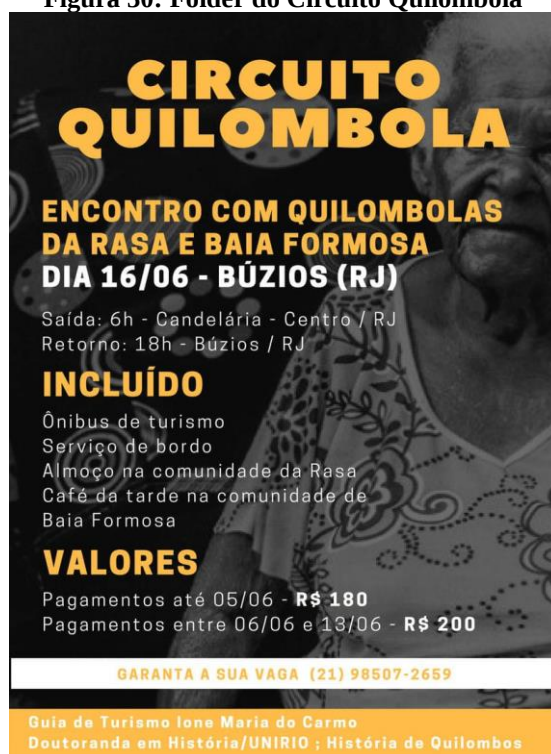


Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Além de dois quilombolas de outras comunidades, entre eles, Adriano, o evento contou com a presença de representantes de várias instituições que atuam sobre este território. Além de apresentações com explicação da atuação de cada uma das instituições presentes, mesmo a mesa “Visibilidades das comunidades quilombolas”, que motivou nossa visita, teve foco discussões sobre políticas e projetos para os quilombolas, em especial para os de Baía Formosa.

No dia 16 de junho de 2018, realizamos a sétima inserção no campo, por ocasião do roteiro intitulado “Circuito Quilombola: Encontro com quilombolas da Rasa e de Baía Formosa”.

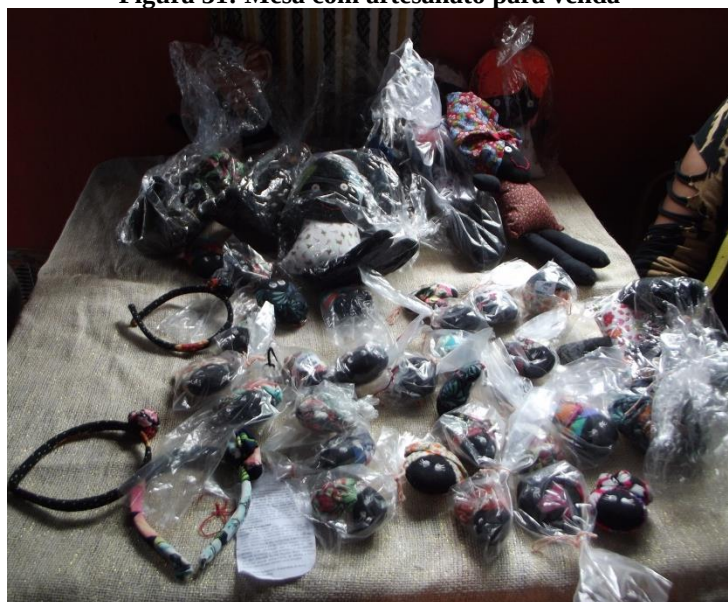
Figura 30: Folder do Circuito Quilombola



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Organizado pela professora, guia de turismo e doutoranda que pesquisa a Rasa, Ione, a visita incluiu visita a casa de D. Eva. Preparada para receber os visitantes, havia diversos chaveiros artesanais e bonecas (cada uma com um pequeno texto sobre alguma mulher importante da comunidade), disponíveis para venda e comprados pelo grupo.

Figura 31: Mesa com artesanato para venda



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Aproveitando a ocasião da visita, foram entregues a Dona Uia, as fotos expostas na desta pesquisa qualificação sobre a Rasa, como compromisso ético, sem expectativas.

Inesperadamente, logo após a entrega, dois de seus netos de D.Uia que estavam presentes, gritavam “É a vovó!” As noras, ficaram emocionadas e Dona Uia, como presente, sorriu espontaneamente. Falava: “Como minha casa está bonita! É aqui mesmo? ”. E agradeceu muitas vezes.

Figura 32: Reação de D.Uia na entrega das fotos



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Emoção comprometeu agilidade em registrar o momento.

Sem a pretensão de fazê-lo, registrava a beleza que via naquele lugar, naquelas pessoas, quando achava que apenas compartilhava a realidade que via. “O fotógrafo fotografa o que ele é, na verdade. Na medida em que ele vai se formando e se construindo como indivíduo, seu olhar vai sendo instrumentalizado pela sua área maior de interesse e pelas suas vivências, naturalmente” (GURAN, 2010),

Talvez, como Guran (2010) sugere, a formação em turismo comprometa o olhar desta mestrand, que vê pela lente do atrativo, da beleza. Realmente a foto carrega a perspectiva do fotógrafo.

Em continuidade a programação, o grupo almoçou e seguiu até a Praia da Gorda caminhando até o Mangue de Pedras. A segunda parte da visita foi realizada em Baía Formosa com programação cultural.

Após esta visita, voltaríamos a Rasa não mais para observar, mas para pesquisar com os participantes.

Assim, como a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, em 19 de setembro de 2018, daria início organização para a realização das fotografias participativas e a escolha a ferramenta para conhecer olhar dos fotógrafos participantes.

4.3 Organização da pesquisa participante

Relativo às câmeras fotográficas utilizadas pelos participantes, optamos por câmeras analógicas descartáveis pela liberdade de uso e posse do equipamento, que é de baixo custo.

O uso de câmera digital poderia permitir reproduções de maior tamanho com qualidade superior, porém os custos para compra inviabilizam esta possibilidade. Empréstimo da nossa câmera também não nos pareceu viável, pelas razões expressas a seguir.

A exemplo disto, no trabalho de Gusmão (2004), a pesquisadora emprestava duas câmeras, uma a cada dupla de sujeitos-participantes que saía junta para locais definidos consensualmente e que a pesquisadora não só acompanhava, como registrava este momento também, como uma metalinguagem.

A partir disto, ponderamos que a presença de outro participante e principalmente do pesquisador junto ao participante-fotógrafo poderia comprometer o potencial da pesquisa, pois a reflexão e o registro poderia ser espontâneo e a presença “do outro” poderia inibir ou acelerar os registros fotográficos sem o necessário processo reflexivo, por sentirem-se pressionados a produzir.

Em relação às fotografias participativas, planejamos as seguintes etapas:

➤ Seleção dos participantes

A partir das visitas, identificamos na comunidade da Rasa quatro “grupos” com diferentes perfis/interesses: aqueles que atuam na associação, principalmente ligados a família de D.Eva; aqueles que militam, fizeram parte, mas não atuam mais na associação; os pescadores-quilombolas, e, ainda, aqueles que não fazem parte de grupo algum.

Assim, aos poucos desenhava o perfil dos participantes da pesquisa, pensando a partir de então, na geração que está recebendo o legado, os descendentes das lideranças.

A preferência pelos descendentes das principais lideranças justifica-se por intencional analisar o olhar daqueles que podem ser as próximas referências da comunidade, propensos, por isso a serem indutores das causas e ações prioritárias.

Em relação ao participante que faz parte da Associação, considerando a capilaridade em outros grupos e a postura de quem foi uma presença e apoio constante nas atividades que observamos, selecionamos Adriano Gonçalves, Vice-Presidente da Associação Quilombola da Rasa.

Quanto ao representante daqueles que militam, fizeram parte, mas não atuam mais na associação, pareceu-nos natural selecionar uma das filhas do Pastor Luiz. Considerando a disponibilidade e proximidades, selecionamos Gabriele Oliveira (“Gabi”).

Relativa a participação de alguém que não compõe grupo específico, selecionamos Joseli Conceição, pela flexibilidade, disponibilidade e proximidade.

Por fim, como pescador(a)-quilombola, selecionamos Roselene Pereira, que além da disponibilidade em contribuir, já fez curso técnico em turismo e de base comunitária, elaborando roteiros na Rasa que permaneceram como planos.

Neste contexto, ainda que a pesquisa tivesse foco no olhar do quilombola e não da associação, reconhecendo sua governança no território e a recomendação da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) sobre a ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais, em seu art. 13º e quanto as peculiaridades específicas de comunidades tradicionais, no dia 12 de outubro de 2019, apresentamos a proposta da pesquisa a Presidente de Honra da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Rasa, D. Uia, com a presença de um dos participantes, Adriano (Vice Presidente da Associação), que intermediou e submeteu o seu aceite, ao aval de D.Uia. Um indicativo de respeito/lealdade a Associação

Esclarecemos que, além dos 4 participantes com perfis definidos, haveria disponibilidade para mais um participante autoindicado ou sugerido pela associação, caso esta quisesse incluir alguém; porém, não houve indicação.

➤ Consentimento dos participantes e orientações para a participação

Com base na premissa de que a produção científica deve implicar benefícios para os sujeitos, respeito aos seus direitos e preservação de danos, ainda que imateriais, elaboramos o registro de consentimento livre e esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (em 19 de setembro de 2018), a fim de garantir os direitos dos participantes de modo autônomo, voluntário e consciente. A partir da assinatura⁵⁴ neste documento, comprometemo-nos, documentalmente, pesquisador e participante, de que seriam assegurados o respeito e direitos do participante de: ser informado sobre a pesquisa e seus resultados, desistir de participar da pesquisa sem prejuízos, ter seu direito a identidade e informações preservadas ou divulgadas e indenização por dano ou ressarcimento de despesas.

Assentindo sua participação por meio da assinatura, os quatro participantes receberam as câmeras no dia 13 de outubro de 2018. Até mesmo Joseli, que estava insegura quanto a sua capacidade de realizar a atividade.

Quanto ao funcionamento da câmera, indicamos onde acionar o obturador (para registrar a imagem) e o flash – sugerindo que na dúvida sobre usar ou não, fizessem a foto com e sem flash. Como tratava-se de uma câmera analógica, mostramos como “rebobinar” o filme a cada foto e explicamos as limitações de distância e iluminação.

Análogo ao trabalho de Justo (2003), separadamente, eles receberam câmeras fotográficas descartáveis e a tarefa de produzir 12 fotografias sobre o turismo na Rasa. Como o filme era de 27 poses, ficaria a critério do participante o uso das demais poses.

Referente ao planejamento das atividades, cada participante selecionado teria uma semana para produzir, individualmente, as 12 fotos sobre a relação entre o turismo e a Rasa. Para tal, orientamos que refletissem: o que é a Rasa, o que é turismo, que tipo de experiência e sentimentos ele(a) e a comunidade tem em relação ao turismo na Rasa; respondendo, meio das fotos, a questão: quais as imagens do turismo na Rasa? As fotos poderiam envolver pessoas, paisagens, serviços, coisas, documentos, etc. Deixamos claro que a estética não seria uma prioridade, mas sim a tradução dos sentimentos por meio da imagem

Para evitar a antecipação da reflexão ou fotos propositalmente parecidas, solicitamos que não conversassem entre si sobre a atividade, mas que poderiam discutir as opiniões com outros amigos e familiares quilombolas da Rasa.

⁵⁴As cópias digitalizadas dos Registros de Consentimento Livre e Esclarecido assinados estão disponíveis no Apêndice 2.

➤ Recolhimento das câmeras

Na ocasião da entrega das câmeras, Roselene assinalou que iria a Paraty durante a semana para palestrar em um evento e no fim de semana, teria provas do seu novo curso de graduação (Pedagogia), cogitando precisar de um prazo maior, contudo, não o fez.

Gabi, ao contrário, ao final do prazo, pediu sua extensão, alegando que gostaria de fotografar um coral de mulheres que fazia apresentações apenas aos domingos e quartas e precisaria do dia 24 de outubro (quarta) para o registro desta imagem.

Neste dia, Gabi ainda saiu para finalizar as fotos e não conseguiu a confirmação da apresentação do Coral que aconteceria a noite. Então todas as câmeras foram entregues até às 18h.

➤ Entrega e seleção de quatro fotos

Depois de reveladas, cada um deveria selecionar 4 fotografias que seriam expostas e explicadas a fim de compreender os significados individuais da relação entre a Rasa e o turismo e interpretar os olhares partilhados.

Dada a extensão do tempo na produção das fotos, prazo para realização da pesquisa e para revelação de fotos em laboratório específico (que revelasse filme analógico) e limitação de gastos com viagens, a entrega das fotos reveladas foi agendada para a reunião, no dia 27 de outubro de 2018, na Casa do Professor.

Para garantir o registro da atividade o grupo combinou que haveria gravação em vídeo.

➤ Reunião e apresentação das fotos selecionadas

Nesta pesquisa, assim como o trabalho de Copque (2011) com fotografia produzidas por meninos em situação de rua, propusemos que o participante fosse interlocutor deste “encontro” mediado pela fotografia, que intensifica o olhar de quem fotografa e permite apresentar e discutir subjetividades à medida que o participante percebe os discursos produzidos pelas imagens.

Assim, em um encontro do grupo, cada participante deveria apresentar as 4 fotos selecionadas (incluindo a possibilidade de selecionar fotos do outro) e contextualizar as suas falas, justificando o registro e seleção das imagens produzidas.

➤ Roda de conversa

Junto à exposição das fotos selecionadas pelos participantes, foram expostas imagens dos resultados da busca “turismo+Buzios” no Google Imagens; para contribuir com a reflexão crítica do grupo e comparação entre as diferentes leituras.

A seguir, fizemos uma roda de conversa sobre o que é turismo, qual envolvimento da comunidade com a atividade turística/turista e a relação entre imagem e desenvolvimento turístico.

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta. (MOURA & LIMA, 2014, p.101)

➤ Retorno da pesquisa

Finalizada a discussão sobre as imagens, a última etapa refere-se ao retorno da pesquisa (tipo de apresentação e público envolvido), acordado coletivamente.

Após a defesa da dissertação e aprovação no EICOS, voltaremos a campo com a devolutiva, ou seja, realizando o acordo coletivo.

Como a pesquisa participante não é previsível, mesmo diante da metodologia teoricamente fundamentada, o campo apresentou outras limitações que acarretaram mudanças de estratégia, entre elas, a opção por não categorizar as fotografias.

Assim, o próximo capítulo traz o processo de seleção, apresentação e análise das fotos, descritas a partir da reunião do grupo no dia 27 de outubro de 2018.

Búzios pra viver

Eu sinto e vejo a cultura
Como um sol sumir lentamente
A luz do luar vejo um povo procurando aqui
resgatar
É colorir todos os sonhos
Sentimentos são de amor
Eu olho em seus olhos e vejo alegria do meu
coração
São crianças cantando a canção
O quilombo renasce outra vez
É livre e ardente pra sempre
Você alimentou a chama do amor
Oh! Imagine pessoas de todo o mundo, pessoas
de todas as cores vindo aqui visitar
Na ponta do pai Vitório a história começa aí
Histórias de sofrimento
No Mangue de pedra o sustento
Paisagens de um paraíso
(Compositora: Daniele Souza, 2016)

5. COMPOSIÇÃO

A composição fotográfica envolve o ponto de vista, o enquadramento, a disposição equilibrada e a organização do tema retratado. É por isso um processo de reflexão, seleção e exposição de opinião.

Deste modo, a analogia em questão refere-se a realização da pesquisa de campo, do envolvimento e reflexão dos participantes e ao próprio procedimento de análise dos resultados.

5.1 Resultados

Etienne Samain (1995), relativo ao uso da imagem como ferramenta, aponta a necessidade de extrapolar a fala e o discurso para a descrição “do sujeito”, tornando necessária sua exposição e visibilidade para conhecê-lo. Mas, Bakhtin (2000) nos lembra que os processos que constituem a imagem, enquanto linguagem/diálogo, são também histórico-sociais.

E nosso método de análise não poderia desprezar isso, ao contrário.

O exercício da fotografia participativa “mediatiza a vida pessoal do sujeito e sua coletividade” (COSTA & MACIEL, 2009, p.63), logo, o olhar para a produção e leitura das imagens é psicossociocultural.

Porém, como a imagem é polissêmica (BAKHTIN, 2000) e objeto de disputa entre quem observa e produz a imagem (BARTHES, 1984); “são considerados importantes tanto o conteúdo, quanto o autor das fotos, assim como a sua percepção em relação às próprias” (NEIVA & KOLLER, 2002, p.238).

Assim, dia 27 de outubro de 2018 na “Casa do Professor”, a exemplo da técnica do *photovoice*, reunimo-nos para seleção, diálogo e reflexão crítica em torno das fotografias produzidas (WANG, 1999).

Além dos participantes, o caçula de Joseli acompanhava a mãe, assim como Daniele acompanhava sua irmã Gabi. No mais, uma cinegrafista (Rebeca Joviano) e uma fotografa (Raphaela Joviano) registravam as atividades, tal como acordado com o grupo na visita anterior. Os registros não compunham o método, mas faziam parte do compromisso com a devolutiva da pesquisa, como arquivo da experiência.

Também por ocasião da gravação, Daniele Souza - filha do Pastor Luiz, irmã de Gabi e ex-integrante do grupo Kindala - foi convidada a acompanhar a irmã e cantar uma de suas composições sobre a Rasa para acrescentar a trilha sonora. Ponderamos que esta presença não comprometeria a atividade, afinal, tem bom convívio com todos que aprovaram o convite. Ademais, seu perfil atendia aos critérios da pesquisa, de modo que, se não morasse em Macaé, poderia ter sido uma das participantes.

Relativo as atividades programadas, cada um recebeu um pacote com suas fotos reveladas e respectivos negativos. Para uma visão geral da própria produção e dos demais, organizamos, coletivamente, as fotos lado-a-lado em uma grande mesa.

Figura 33: Observação e organização das fotos



Fonte: Raphaela Joviano, 2018.

Todos ficaram impactados com as imagens produzidas, por si e pelos colegas. Num misto de reencantamento do próprio “lugar” e admiração pelo resultado sem conhecimento de técnicas fotográficas e possibilidade de refinamento comum nas câmeras digitais, em que não há limitação de poses, de erros. Vale ressaltar que a revelação foi feita em alta resolução.

Em seguida, cada um deveria selecionar 4 fotos que resumissem seu prisma sobre turismo na Rasa. Nas orientações para a produção, não especificamos se a Rasa seria a praia, o bairro ou a comunidade; salientamos inclusive que antes dos registros, deveriam ponderar “o que é a Rasa”.

E assim como adaptamos o *photovoice*, adaptamos, na realização da atividade, o que fora planejado.

O grupo, a partir de um pedido de Lene, solicitou que fossem 5 fotos selecionadas e não 4. Gabi também arguiu se era possível selecionar entre as 5, fotos de outros colegas. Para ambas questões respondemos afirmativamente, afinal a pesquisa era com e não sobre os participantes. Além disso, o importante era entender a imagem do turismo, e esta poderia ser parecida entre eles e não necessariamente ilustrada na produção individual inicialmente. E, “neste sentido, é importante destacar que a própria metodologia é objeto de permanente análise e revisão de seus princípios orientadores” (JOBIM E SOUZA, 2017, p19).

Todos ultrapassaram as 12 fotos, registrando por vezes, a mesma imagem repetidamente, a fim de garantir a perspectiva desejada. Com um maior número de fotos⁵⁵, trouxe mais opções e dificuldade no processo de seleção.

Enquanto decidiam, Daniele cantou uma composição sua, que aliás, figurou o preâmbulo deste capítulo.

Selecionadas as 5 fotos, cada um apresentou e contextualizou suas falas, justificando o registro e seleção das imagens produzidas.

Para a produção da dissertação, do registro em vídeo e maior entendimento das implicações dos participantes, cada um acrescentou em sua fala seu vínculo ou não com a atividade turística, incluindo cursos e experiência profissional.

O primeiro autoindicado a falar, foi Adriano Gonçalves.

⁵⁵No Apêndice 2 dispomos das fotos complementares, ou seja, as que foram produzidas, mas não selecionadas pelos participantes. A organização seguiu a ordem de apresentação das fotos durante o encontro (Adriano, Roselene, Gabi e Joseli)

Figura 34: Apresentação de Adriano



Fonte: Raphaela Joviano, 2018

Cabe dizer que Adriano é Vice-Presidente da Associação Quilombola, Assistente Parlamentar e faz curso de enfermagem. Em relação a sua relação com turismo, disse que tem experiência profissional na área, tendo trabalhado até por 7 anos na recepção de uma pousada. Também fez cursos na área, inclusive um de turismo de base comunitária, em que elaborou roteiros de turismo com (Rose)lene e um destes roteiros inspirou algumas de suas fotos.

Ele produziu um total de 23 fotos para a atividade (além de uma pessoal, com seu filho).

Figura 35: “Ventre Livre”



Fonte: Adriano Gonçalves, 2018.

A primeira foto que Adriano apresentou é da estátua “Homem negro com a criança”, que fica no “Cruzeiro da Rasa”, como um marcador da comunidade e que já foi motivo de críticas e rejeição, como relatamos no trabalho e Adriano colocou:

“A primeira foto que eu fiz, foi essa foto aqui que é do ventre livre, né? Quando essa estátua foi colocada, nesse ponto, criou um tipo de desconforto, né? Porque, sem conhecimento - a gente não tinha conhecimento - então achou que aquilo ali foi até uma forma de racismo, menosprezando a população da raça. Hoje nós entendemos o valor, a importância que tem essa foto aqui, que tem esse monumento, então foi por isso que eu tirei essa foto, foi a primeira que eu tirei, é, para mostrar a beleza que temos aqui, também, no nosso bairro, né? E é uma história!”

Figura 36: Mangue de Pedras

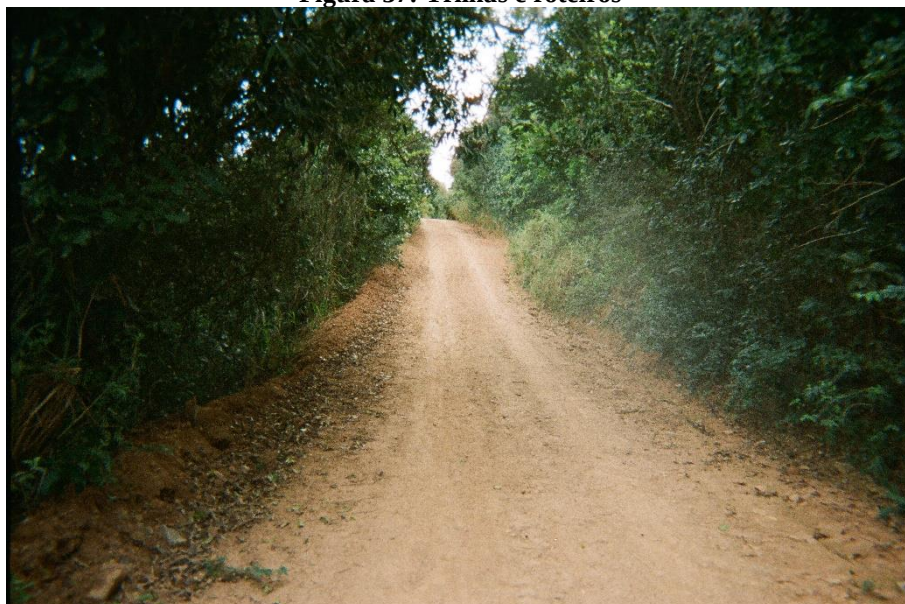
Fonte: Adriano Gonçalves, 2018

Adriano incluiu em sua seleção, o Mangue de Pedras. Na realidade, é uma referência muito citada na Rasa, em geral, positivamente, exceto quando relacionam a fragilidade frente a especulação imobiliária e falta de proteção. Em sua opinião:

Embora enfatize a questão da beleza cênica, Adriano, assim como muitos quilombolas da Rasa, tem no Mangue de Pedras, um local de memória afetiva. E, tal como a foto anterior, parece querer compartilhar a imagem de orgulho relacionada à Rasa. Mas seu comentário nesta foto sugere que vê no turismo uma ferramenta de preservação:

“O mangue de pedra pra nós é de uma riqueza imensurável. Eu lembro que quando eu era criança, eu ia lá com a minha mãe, e aquilo era pra mim uma alegria, uma diversão. Também não tinha o conhecimento e nem sabia naquele momento da importância que era o mangue de pedras, que hoje a gente tem, né? A gente conhece e sabe da fauna, sabe do berço de animais, que vivem ali. Então, o olhar dessa foto é um olhar mais de preservação, preservar e mostrar a beleza que tem o mangue de pedras”. (Adriano. Grifo nosso)

Figura 37: Trilhas e roteiros



Fonte: Adriano Gonçalves, 2018.

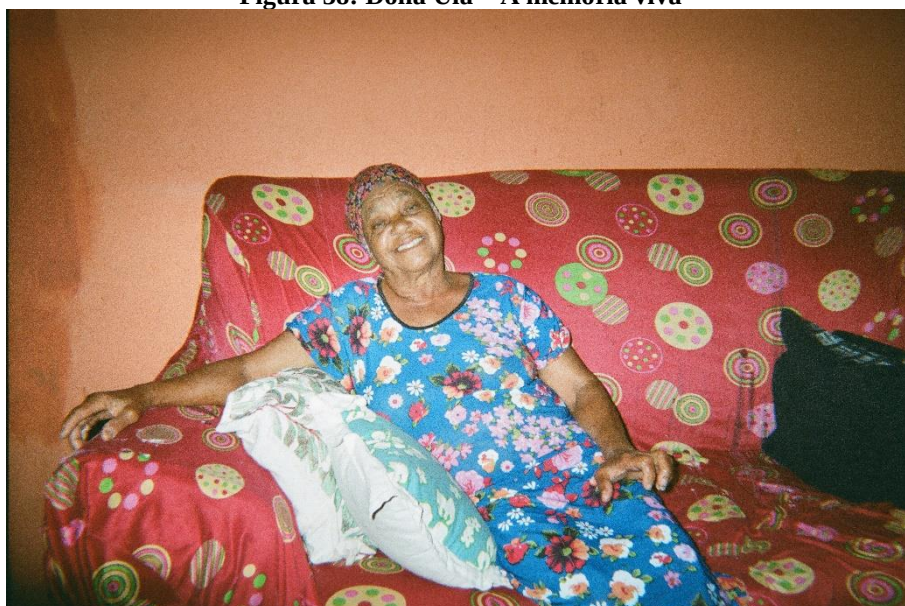
Durante a análise das fotos é importante que o pesquisador, junto com o participante, perpassasse diferentes aspectos, desde o abstrato até o concreto, partindo da análise individual de cada foto e chegando à compreensão do conjunto delas. (SILVA & KOLLER, 2002, p.243)

Com uma relação mais abstrata, Adriano usa da imagem de um caminho com sentido figurado. Seria uma referência ao anseio do reconhecimento de roteiros e trilhas na Rasa, denotando seu olhar para o turismo como uma perspectiva de futuro desejado:

“Essa foto aqui, é a foto de um caminho de uma trilha, que leva a um monte, é... Então, a ideia de roteiro é que também nós façamos uma trilha mostrando plantas exóticas, mostrando algumas aves, então por isso eu tirei essa foto! [...]. Que exista roteiros. ”

Guran (2000) relaciona “fotografia para descobrir” como uma tentativa do pesquisador em captar “uma impressão” em campo, cuja fotografia apoiaria e contribuiria com indícios para a reflexão; em oposição a “fotografia para contar”, a qual apoia uma constatação e é base de uma narrativa. Analogamente, as duas primeiras fotos de Adriano seriam para contar, enquanto esta, pela postura em seu relato, serviu para que descobrisse a própria intenção do registro.

Figura 38: Dona Uia – A memória viva



Fonte: Adriano Gonçalves, 2018.

“Essa foto aqui? Dona Uia Eu tirei ela bem extrovertida mesmo, porque é o jeito de Dona Uia, né? A ideia dessa foto, é mostrar o saber, o conhecimento, né? Eu até... naquele momento, ela pediu até que eu tirasse de Dona Eva, mas por respeito eu não tirei, mas... A memória viva! Dentro...”

Milena: O respeito em relação a que? A ela estar doente?

Adriano: A doença dela, né? E a gente não pode perder a história, perder o conhecimento, então a gente tem que valorizar. E a ideia de roteiro é que se vá na casa de um griô, para ouvir as histórias contadas”

Talvez por fazer parte ativamente da Associação, a imagem que relacionou para associar a proposta de um turismo de memória com roda de conversa com griô, estava relacionada as duas quilombolas mais famosas da Associação e da Rasa. Ambas já são “referências”, mas não há um produto turístico desenvolvimento que envolva as duas.

Ainda relativo a Associação e ao potencial turístico identificado na Rasa, Adriano incluiu o artesanato produzido pelas mulheres da Associação:

Figura 39: Bonecas negras

Fonte: Adriano Gonçalves, 2018

“Aqui, são as bonecas negras, bonecas quilombolas, que são feitas por mulheres negras, mulheres quilombolas. Existe toda uma história, né? Envolta dessas bonecas, né? A dona Eva, ela conta, que quando ela era criança, e Dona Uia também conta, que elas brincavam de bonecas de pano, e de sabugo de milho, né? Então por isso veio a ideia de se fazer... trazer essa cultura novamente de volta, da boneca em pano, e das bonecas negras, né? E são comercializadas. Então, a ideia quando eu tirei essa foto, pensando em um roteiro que seja...Futuramente, dentro de um roteiro que vai ser criado, possivelmente. ”

Finalizando com esta foto, pelo discurso imagético, apoiada por suas falas, Adriano almeja o desenvolvimento do turismo na Rasa como ferramenta de preservação e valorização da memória quilombola. Ele ainda menciona algumas fotos que fez e não selecionou para apresentar, como da Ponto do Pai Vitório, da Praça Quilombola e da Igreja Santo Antônio, registrada como parte da história dos quilombolas, atualmente evangélicos. Outras duas escolhas imagéticas de suas fotografias foram 2 fotos referentes a pesca (galpão, barcos e pescadores) e o quintal de Dona Eva. As demais fotos que produziu eram diferentes ângulos dos temas já citados.

Terminou sua fala afirmando que o turismo na Rasa “tem tudo para dar certo”, favorecido por estar em uma cidade turística.

Na sequência, Roselene Pereira fez a apresentação de 5 das 25 fotos que registrou.

Figura 40: Apresentação de Roselene (Lene)



Fonte: Raphaela Joviano, 2018.

Ela é Assistente Social escolar, filha de Mestre André, artesão de barcos. Estuda Pedagogia e tem formação técnica em turismo.

Mencionou que, assim como Adriano, fez o curso de turismo de base comunitária e inspirou-se no roteiro turístico elaborado na ocasião, como referência a produção de suas fotos. Além disso, destacou que seu olhar para o turismo na produção das imagens era o de “perspectiva de futuro” para “manter a memória” de sua comunidade.

Figura 41: Porto - A memória que não se pode esquecer. Praia Rasa.



Fonte: Roselene Pereira, 2018.

Assim como Adriano, na primeira foto, Lene traz a história como elemento a ser valorizado pelo turismo. A diferença é que em sua fala/olhar a memória não é afetiva/saudosa. E traz uma crítica ao turista que viaja exclusivamente para diversão, numa menção indireta aos que frequentam Búzios.

“Ponta do Pai Vitório, onde tudo começou com o desembarque dos Negros, para serem escravizados aqui no Brasil. É...nós temos uma rota, considerada pela Unesco como uma das últimas rotas de tráfico de Africanos no Brasil. Mesmo após o período da abolição, Búzios entrou na rota da escravidão... E não é um turismo bonito, é um turismo de memória e de reflexão, eu vejo por essa parte! Não é de curtidão, isso aqui não é para curtir, isso aqui é pra gente chegar e refletir [...] O lugar é bonito, porém a história dessas estacas é triste. [...] São estacas de um antigo píer de Navio Negroiro. ”

Figura 42: Quilombo de quem? Retrato de uma comunidade em construção



Fonte: Roselene Pereira, 2018.

Mais uma vez sua perspectiva é crítica, mas em convergência com o olhar de Adriano. Registra a escultura bantu da Praça Quilombola e projeta uma mudança de postura da população em relação a aceitação a “homenagem”, tal como ocorreu e narrou Adriano quanto a “estátua do Ventre livre”

“Essa aqui é uma praça, que foi chamada de praça dos quilombolas... Eu tenho as minhas críticas [...] A praça em si não representa... A imagem representa sim. Eu me vejo também nessa imagem, e vejo outras pessoas da comunidade nessa imagem [...]. As pessoas vão começar a se reconhecer! Acho que primeiro a gente só dar valor aquilo quando alguém de fora diz que é legal, que é importante... E aí as pessoas abrem os olhos para dizer: “É realmente é legal, é importante, eu me vejo ali”

A imagem do turismo para Lene parece ser uma perspectiva de futuro como ferramenta de preservação, mas carregada de contradições. Como “um mal necessário”.

Figura 43: Que turismo/turista queremos? Valorização de quem tem e de quem visita. Trilha do Mangue



Fonte: Roselene Pereira, 2018.

Na terceira foto, Lene permanece com seu tom crítico e precavido sobre o turismo, ainda que anteveja seu potencial para valorização e preservação relacionada.

Contextualiza sua localização falando do Mangue de Pedras, embora não tenha selecionado fotos deste, menciona um mirante. Enumera locais aprazíveis, mas traz uma perspectiva educativa em sua justificativa.

“[...] É para mostrar, é para fazer uma reflexão sobre que tipo de turista a gente quer, e uma questão de educação da nossa população, educação ambiental, de quem frequenta ali o Mangue de Pedras. Tanto seja de morador, ou de turista, a gente precisa criar uma consciência ambiental. Acho que antes de botar o turismo, a gente tem que mobilizar e conscientizar a população sobre a importância do Mangue, e do Meio Ambiente”.

Finalizando, num contínuo que parte da concretude da ilustração na “fotografia para contar” até a subjetividade da “fotografia para descobrir”, Roselene usa como instrumento de discurso, a ausência.

Figura 44: Pesca artesanal: um patrimônio a ser erguido. Cruzeiro da Rasa – Rasa



Fonte: Roselene Pereira, 2018.

“[...] No Cruzeiro ao lado da Escola Cileia Barreto, atrás está a quadra da Cileia Barreto, tem um portão, que esse portão era para entrar dentro da escola, fizeram o portão para fora então é um espaço que pode ser feita a manifestação cultural... Dá para construir um restaurante e dá para fazer um centro cultural de memória”.

A última foto apresentada, também é uma “fotografia para descobrir”. Nela, com base na ausência, Roselene mantém o discurso de perspectiva de futuro, sempre centrada no coletivo, em geral, relacionado aos pescadores-quilombolas.

Figura 45: Um mirante para a vista. Ponta do Pai Vitório – Rasa



Fonte: Roselene Pereira, 2018.

“[...] . Essas pessoas são pescadores, a gente tem pescadores aqui Brancos e pescadores Quilombolas, né? Esse ponto aqui é onde a gente está pensando em construir um centro de memória da pesca da Rasa, da pesca tradicional, e colocar ali também como um lugar para receber [...] É na praia dos Negros”

O vínculo com o mar, como alguém que vivencia a pesca como um modo de vida familiar, trouxe para todas as suas fotos, a presença do mar ou da pesca, fosse relacionando a história (como as estacas do porto e ao marco da Praça quilombola), as questões ambientais (mangue de pedras, praia da gorda) ou as perspectivas de futuro (centro de memória da pesca). Mais uma vez indicando as implicações do olhar do fotógrafo sobre a imagem produzida (GURAN, 200).

Outra questão no trabalho de Lene digna de nota é que as legendas de suas fotos foram elaboradas por si, diferentemente de Gabi e Adriano.

Gabi deu sequência a apresentação. Filha de Pastor Luiz, militante e um dos fundadores da associação quilombola Gabi é advogada, canto e compositora. E justamente seu vínculo com a música que estabeleceu uma relação com o turismo. Segundo ela, em 2007 iniciou um projeto junto à Secretaria de Turismo, cantando músicas afro-brasileiras, com dialetos, no turismo da cidade.

Seu processo de produção das fotos foi diferente dos demais. A reflexão para o registro das imagens foi coletiva, discutida em família junto ao pai, mãe, uma das irmãs (Dani) e até o sobrinho.

Neste sentido, Silva e Koller (2002) contribuem com os critérios de análise da fotografia na perspectiva psicológica, valorizando o processo como forma de compreender e interagir com o mundo.

Foram identificadas nos negativos e ladas 15 fotos, das quais 4 Gabi selecionou para a apresentação. Assim que viu as fotos, sentiu falta de duas que alegou ter registrado. Uma do artesão Fabinho e outra do pescador-quilombola, Seu Pedrinho. Ela não soube dizer se foi uma inadequação ao uso da câmera, pois o número de poses correspondeu as fotos reveladas.

Figura 46: Apresentação de Gabriele (Gabi)



Fonte: Raphaela Joviano, 2018.

Além das fotos que “não foram reveladas”, havia imagens que não foram registradas. Provavelmente por sua relação com a música, Gabi gostaria de ter fotografado o coral de vozes da Igreja Assembleia da Rasa, contudo não teve oportunidade de fazê-lo. Quando viu entre as fotos de Joseli, uma da Igreja, encontrou a solução para apresentação que queria.

Figura 47: Igreja do Coral



Fonte: Joseli Conceição 2018.

“Essa foto é da Joseli, se eu não me engano, é da Joseli. Porque eu tinha a ideia também de fotografar, só que não seria a frente da igreja, mas seria um coral de mulheres [...] quilombolas, que cantam todo domingo e quarta na igreja, e elas cantam fazendo divisões de vozes. E eu acredito que maioria daqui, a grande maioria ali não fez nem um curso. Não estudaram música, mas elas são feras e cantam muito bem, e diferenciada, né? [...] Tem uma relação grande com o turismo, porque tem uma igreja bem no centro, que os turistas param para ouvir as pessoas cantar, e eu sempre fiquei imaginando como seria esses turistas assistindo lá na igreja da Rasa, porque na igreja da Rasa elas dividem vozes, e lá no centro não [...] E essa parte da música, parece que a maioria das pessoas estão ligadas aqui, então eu acredito que tem que ser explorado, essa parte da cultura, né?”. (Gabriele)

Outro local não fotografado e potencial não mencionado anteriormente pelos outros participantes é uma das principais áreas de sociabilidade do centro da Rasa.

Figura 48: INEFI



Fonte: Gabriele Souza, 2018.

Diferentemente de sua rotina, a praça estava vazia. Mas esta escolha de enquadramento foi de encontro a sua fala, enfatizando um discurso de ausência de ações e “subutilização” do espaço.

“Essa fotografia é da praça do INEF aqui na Rasa, e nós estávamos conversando assim que eu tirei a foto. Tem feira. Ali, funciona uma feira nordestina e é muito boa, essa feira nordestina, e eu... É até uma crítica, eu acredito que nós, quilombolas, deveríamos fazer alguma coisa, ligada a arte, ou ligada a nossa própria culinária, que não acontece aqui. As pessoas não se apropriam e não desenvolvem nada voltada a culinária aqui na Rasa, então, eu gostaria, é uma ideia” (Gabriele. Grifo nosso)

A segunda foto traz um tema explorado por Adriano: a história através do diálogo com griôs. O que difere é a referência da foto, em que Adriano representa com quilombola da Associação e Gabi traz Dona Ilma.

Figura 49: Dona Ilma



Fonte: Gabriele Souza, 2018.

“Dona Ilma, ela é neta de escravos, e eu vejo que ela não é muito explorada, assim... sobre o conteúdo, sobre tudo o que ela tem, sobre toda a bagagem, conhecimento... Então eu resolvi tirar uma foto dela, para que ela fosse conhecida também. E que turisticamente vale a pena, vale a pena ouvi-la”. (Gabriele. Grifo nosso).

Na contextualização da escolha da imagem, fica claro que não foi uma escolha aleatória de um quilombola de mais idade. Aliás, referente a presença de pessoas entre suas fotos, Gabi fotografou seu pai, mas não selecionou esta imagem. Se a foto de Seu Pedrinho tivesse disponível, talvez esta também fosse a sua escolha.

Para além do interesse em valorizar a memória coletiva e os mais velhos, Gabi indica o interesse em ampliar as referências (pessoas) da/na comunidade.

E uníssono com os outros participantes, reafirma a singularidade do Manguê de Pedras, valorizando, sobretudo, sua memória afetiva com aquele local, em detrimento da paisagem.

Figura 50: Mangue de Pedras



Fonte: Gabriele Souza, 2018.

“Essa foto é o Mangue de Pedras. Eu vim com a minha família, e a gente cresceu com esse Mangue de Pedras. Então, pra mim significa bastante. Eu, minhas irmãs e minhas primas, nós, crianças já brincávamos no Mangue de Pedras, extraímos também alimentos, é... o próprio Corondó... Tem peixes também! [...]. É uma rota muito bacana. Seria, porque não acontece... será!”

Por último, Gabi mais uma vez traz um elemento recorrente, a Praça Quilombola, mas sem a crítica de Lene. Apresenta, exclusivamente, como potencial.

Figura 51: Praça Quilombola



Fonte: Gabriele Souza, 2018.

“Ela fica perto da praia dos pescadores, eu acredito que nessa praça [...], daria para fazer alguma cozinha, porque já extrai o peixe próximo, né? Então daria para fazer uma cozinha ali excelente, e é próxima a rua, seria bem bacana também... Seria não, será!”.

Entre as demais 11 fotos registradas por Gabi, há outras cópias dos mesmos temas selecionados por ela e além destes, incluiu uma foto sobre pesca artesanal (barcos na Praia da Gorda), uma da estátua do negro e uma de seu pai. A imagem do turismo, contextualizada por suas falas reforçam a ideia de um potencial não realizado e da inquietação com a falta de ação da comunidade.

Joseli Conceição, próxima participante a se apresentar, é auxiliar municipal de creche, artesã, mora no mesmo quintal e é parente da Presidente de Honra da Associação, mas não participa deste coletivo, embora, por vezes costure em apoio à produção de bonecas negras. Ademais é a única participante que afirmou não ter nenhuma relação atual ou precedente com a atividade turística. E este perfil também era pertinente para nossa pesquisa.

Contudo, Joseli (à direita na foto 37) estava insegura em participar da pesquisa, depois reticente quanto a sua capacidade de produzir as fotos, embora tenham sido as mais elogiadas pelo grupo. E mesmo se colocando na observação e seleção das fotos, na sua vez de se apresentar, foi travada pela timidez.

Figura 52: Joseli, participante.



Fonte: Raphaela Joviano, 2018.

Referente às fotografias que produziu, além das 5 fotos selecionadas, registrou 21 imagens fotográficas. Incluindo, igreja católica e evangélica do bairro, a estátua do Negro, a Praça Quilombola e outras similares as selecionadas.

A primeira foto selecionada foi de seu quintal.

Figura 54: Quilombo



Fonte: Joseli Conceição, 2018.

Joseli menciona que D. Eva e D. Uia residem neste quintal, elogia o carisma de ambas, valoriza as histórias que contam e menciona as frequentes visitas de estudantes e pesquisadores.

Contudo, neste caso, assim como esclarece Silva & Koller (2002), a omissão nas fotos é significativa. Então, questionamos a ausência de sua casa no enquadramento, já que fica no mesmo quintal. Tivemos como retorno, a constatação de que apenas esta casa e seus moradores aparecem nas fotos, nos vídeos, nas visibilidades do quilombo; o que sugere um desejo em ampliar as representações. Como trouxe descobertas e não retratou evidências diretas, consideramos para a pesquisa que esta era uma “fotografia para descobrir”.

Figura 55: Vem pro P.P.V. (Ponta do Pai Vitório)



Fonte: Joseli Conceição, 2018.

Com a legenda criada por Joseli, tal como um convite, e a beleza cênica no enquadramento, a foto, conforme sua interpretação, sugere um lugar já apropriado por turistas, mesmo com difícil acesso e reconhece a possibilidade da convivência entre a valorização da beleza e a lembrança triste do tráfico de pessoas no mesmo local.

Com um tom de produto para o mercado turístico, a imagem do Mangue de Pedras é reproduzida entre as fotos de Joseli.

Figura 56: Mangue de Pedras, refúgio à beira-mar



Fonte: Joseli Conceição, 2018.

Mas não é a peculiaridade geológica, nem a paisagem que motivaram este registro, mas as práticas culturais narradas e discretamente representadas nos barcos para pesca artesanal, no plano de fundo, à direita.

Enquanto Adriano e Roselene destacaram somente as principais representações reproduzidas na Rasa, Gabi e Joseli trouxeram aspectos de sociabilidade local como temáticas de algumas fotos (como do INEFI). Mas, Joseli foi a única a registrar o campo do Esperança Futebol Clube, o campo da Rasa.

Figura 57: Clube Esperança:
O esporte vive



Fonte: Joseli Conceição, 2018.

Figura 58: Praça do INEFI. Paz, tranquilidade e lazer



Fonte: Joseli Conceição, 2018

Comparando, a foto do INEFI de Gabi e Joseli; na última, a presença do público e a distância produzem um discurso, tal como em sua fala, de espaço de vida, aproveitado e valorizado para o lazer do morador, enquanto que a perspectiva de Gabi é de potencial subutilizado, em relação ao desenvolvimento turístico.

As únicas dissonâncias superficiais durante a apresentação foram a colocação de Lene quanto ao talento musical da Rasa ultrapassar aos da igreja, mas Gabi esclareceu que sua fala era de valorização, não de indicação de exclusividade em relação ao coral. E Gabi mencionou que sua mãe também teve e fazia bonecas, argumentando que é uma memória social de toda a Rasa.

Figura 59: Gabi, Adriano, Milena (mestranda), Dani (participação especial), Roselene e Joseli



Fonte: Raphaela Joviano, 2018.

Os assuntos presentes nas fotografias participativas, assim como no trabalho de Gehrke (2015), incluíram: memórias, paisagens, práticas culturais, lazer (sociabilidade), preservação/resgate, visibilidade/reconhecimento, projetos e impactos.

Mesmo nos depoimentos singulares com a diversidade de leituras das imagens, as fotografias participativas revelaram afetações psicossociais, onde era perceptível a relação entre o critério de seleção particular e a identidade do grupo: valorizando a associação, no caso do Vice-Presidente Adriano; o mar e pesca, nas fotos da Pescadora-quilombola Roselene; a música, para a cantora Gabi e ainda para ela e para Joseli, o desejo de ampliação do reconhecimento, extensiva a outros quilombolas.

Quando adotamos as fotografias participativas como método, supomos que a reprodução de discursos prontos seria dificultada pelo desconhecimento técnico e uso incomum da linguagem imagética na pesquisa, mas essas repetições se confirmaram em campo. Os locais aprazíveis e reconhecidos da Rasa (Mangue de Pedras, Ponta do Pai Vitório, Praça Quilombola, etc) compuseram as narrativas imagéticas de todos os participantes. No entanto, o reconhecimento da atratividade destes não foi critério de seleção. A interpretação própria das intencionalidades nos registros fotográficos revelou que a valorização era sobre a memória, da história social como cultura da comunidade da Rasa. E foi esta a conclusão do grupo quanto ao elemento comum em suas imagens.

Mas, a metodologia ainda previa uma etapa. Para promover diálogo e reflexão coletiva, promovemos uma roda de conversa.

Junto a exposição das fotos selecionadas pelos participantes, foram expostos o mapa turístico de Armação dos Búzios e imagens dos resultados da busca “turismo+Buzios” no Google Imagens; para contribuir com a reflexão crítica do grupo e comparação entre as diferentes leituras.

As ausências da Rasa foram notadas, onde apenas o litoral (como a Ponta do Pai Vitório), por uma distorção do mapa, consta.

Neste contexto, aproximando das questões específicas dos objetivos da pesquisa, verbalizaram o reconhecimento do potencial turístico local e a respectiva subutilização deste por parte da comunidade, como Adriano colocou:

“[...] muito potencial, mas que a gente ainda não está aproveitando, eu falo assim.... Nós como sendo raiz, né? Nós, sendo raiz, nós ainda não acordamos para essa questão turística, de trazer o Turismo de base comunitária para cá. É... Tem o Turismo porque a gente sabe que aqui tem”

Então ponderaram que eles devem ser os protagonistas do desenvolvimento local pelo turismo, frente a especulação de pequenas agências que começaram a “explorar” a Rasa. Em contraponto, admitem estar despreparados para esta disputa. Lene, talvez pelo modo de vida diretamente relacionado ao meio ambiente, tem uma postura mais precavida e alertou:

Eu acho que a princípio a gente devia se resguardar um pouco, que por ter dado essa visibilidade de preservação do mangue, por isso que ele veio parar aqui [no mapa turístico], e a gente aqui, a gente acaba ficando com as mãos assim [...]. Essas agências todas que estão aqui, elas estão vindo explorar aqui, só a gente que não. (Lene)

Então refletiram sobre o motivo pelo qual não protagonizam este processo e Gabi revela:

“A gente cresce, né? Se sentindo inferiores...”

E, relacionando turismo e imagem, Joseli complementa:

“As imagens não traduzem o verdadeiro valor para o Estado. Para o poder público aqui de Búzios, nós não somos vistos como algo que seria atrativo para os turistas”.

E Dani, que inicialmente compareceu apenas para cantar, se colocou, contribuindo com a reflexão:

[...]. Então a nossa identidade como povo Buziano, a gente fila lá na última cadeia, lá em baixo, sendo sufocados porque eles não querem.... Eles não aceitam a gente ter esse poder, ter esse domínio do turismo... Entrar dentro do Turismo, assim, valorizando a nossa cultura, valorizando a nossa vivência. Isso não pesa como algo importante para eles. Os nossos representantes, afros, negros e Quilombolas, também esquecem da gente, eles só querem saber o próprio umbigo deles. Eles não veem que o povo aqui precisa crescer, que o povo aqui precisa ter estudo, [...] A gente não quer viver daquilo que a gente só planta, a gente quer ir além, a gente quer ir para as universidades, a gente quer mostrar que a gente fala bem, que a gente se expressa bem, que a gente tem a nossa cultura, (...) O povo ama a cultura negra, o povo ama a música negra, o povo ama a história negra, mas o poder público tenta passar para a gente que isso não tem valor, que isso não tem valor nenhum, porque excluem a gente, porque não aceitam a gente (Daniele).

Mas em um processo de autocrítica, o grupo reconhece, como nas palavras de Gabi, que:

Ficou claro aqui é que a gente só precisa se apropriar dessa nossa cultura, entender como tem valor, e começar a se projetar. [...]. Ficou bem claro aqui que muitas coisas não acontecem porque nós estamos parados... (Gabriele).

Assim, num exercício de síntese, podemos resumir a prática fotográfica e reflexiva, a partir de trechos da composição de Dani, que figurou o preâmbulo deste capítulo:

[...] vejo um povo procurando aqui resgatar
É colorir todos os sonhos
[...]
São crianças cantando a canção
O quilombo renasce outra vez

[...]
 Oh! Imagine pessoas de todo o mundo, pessoas
 de todas as cores vindo aqui visitar
 Na ponta do pai Vitório a história começa aí
 Histórias de sofrimento
 No Mangue de pedra o sustento
 Paisagens de um paraíso
 (SOUZA, 2016)

Enquanto pesquisa participante, os olhares quilombolas não se restringiram a produção e elucidação das imagens, mas também incluiria a análise pela categorização das fotografias. Contudo, optaram por não as codificar; e respeitamos esta decisão, adotando a mesma postura na apresentação dos resultados.

Finalizada a discussão sobre as imagens, turismo e desenvolvimento como última etapa, pactuamos coletivamente a devolutiva, ou seja, o retorno da pesquisa (tipo de apresentação e público envolvido).

Quando perguntados sobre a finalidade dada a esta produção de fotos, solicitaram uma exposição para os moradores da Rasa e, principalmente, como uma visita itinerante que percorresse e priorizasse as escolas.

Após a defesa da dissertação e aprovação no EICOS, comprometemo-nos a retornar a Rasa para organização e realização da exposição.

Por fim, rememoramos os questionamentos que estabeleceram os objetivos e conduziram a realização desta pesquisa, a saber: Qual é a visão do quilombola da Rasa sobre o turismo? Quais são as suas impressões e expectativas referente ao desenvolvimento turístico da Rasa? Há envolvimento comunitário em relação à atividade turística? Seu posicionamento é contrário ou favorável?

E podemos partilhar as reflexões do grupo, respondendo que o posicionamento do quilombola (participante) da Rasa sobre o turismo é favorável, mas ainda não há envolvimento comunitário em relação a atividade. As expectativas são desenvolver o turismo de base comunitária a partir dos locais de memórias e das práticas culturais, estendendo a visibilidade e reconhecimento de outras famílias e griôs. Então a visão ou a imagem do turismo na Rasa pela perspectiva quilombola é majoritariamente positiva e interpretada como um instrumento de poder, orgulho e valorização da cultura, por meio do protagonismo local.

As reticências são os três primeiros passos do pensamento que continua por conta própria o seu caminho.

(Mário Quintana)

REVELAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelação é o ato de revelar, desvendar ou mostrar o que estava oculto.

“Para a fotografia”, revelação é o processo (químico) em que a imagem latente no filme fotográfico, transforma-se em imagem visível.

Assim, aqui no processo de fechamento deste trabalho intitulado “Revelação”, ponderamos sobre o processo de transformação do que era latente e hoje visível, do que planejamos e de fato realizamos, compartilhando nossas reflexões, lições aprendidas e desdobramentos da pesquisa nas “Considerações Finais”.

O desenvolvimento turístico nem sempre é sinônimo de desenvolvimento local. Em muitos destinos, o processo turístico se concentra nas mãos de grandes corporações que, quando não se apropriam de seu patrimônio cultural, relegam às comunidades tradicionais a invisibilidade nos mapas oficiais de turismo.

Mas, como justificamos no trabalho, o respeito às culturas e o protagonismo das comunidades são premissas a sustentabilidade da atividade turística, quando coerente com desenvolvimento local. (NERES & BONFIM, 2016)

Assim, o tema turismo e populações tradicionais adquirem “relevância a partir da invisibilidade pelo qual são tratadas” (MENDONÇA et al., 2017, p.353), em questões de respeito a cultura e permanência em seus territórios.

No destino turístico de Armação dos Búzios, a comunidade da Rasa não está nos postais ou no mapa turístico. E Dona Eva não é nome de orla⁵⁶, nem estátua.

Neste íterim, trouxemos a discussão da imagem do turismo na Rasa sob a perspectiva de seus quilombolas, a fim de buscar a base comunitária deste território, que não é “do turismo”, e entender que os problemas e/ou soluções desta comunidade lhes pertencem, antes dos turistas, desta pesquisa ou apesar do turismo.

A fim de compreender o olhar do quilombola da Rasa sobre o turismo, a psicossociologia contribuiu como perspectiva da pesquisa, na medida em que os aspectos sociais e psicológicos, com a interface da comunicação, que lhe constituem, estão expressos no ato fotográfico. Em especial, na fotografia participativa, onde o participante-fotógrafo mostra algo de si, quando capta uma imagem em resposta a uma pergunta, e não só compartilha seu olhar com o pesquisador, como também traz nas

⁵⁶A visita de Brigitte Bardot foi eternizada em Armação dos Búzios por meio de uma escultura da artista, amplamente fotografada, bem como o nome de um dos principais atrativos da cidade, a Orla Bardot.

fotografias as afetações de seu grupo social. Pois, “[...] não fotografamos apenas com nossa máquina, mas sim com toda nossa cultura e nossa visão de mundo (ideológica ou utópica)” (LISBOA & PIRES, 2010, p. 78).

Por este viés, buscamos neste trabalho, com base em Jobim e Souza (2003), a educação e construção crítica do olhar na produção e leitura das fotografias “como uma atividade subjetiva compromissada com a experiência racional e sensível de tomada de consciência do mundo” (JOBIM E SOUZA, 2003, p.73); como potencial emancipatório (WANG & BURRIS, 1997; WARREN, 2005) no exercício da pesquisa participante.

A fotografia participativa pelo *photovoice* mostrou-se um catalisador de um processo de ressignificação do território como memória afetiva e identidade social do grupo, constituindo-se “numa narrativa potente de expressão de ideias e posicionamentos políticos e ideológicos” (MOREIRA, 2016, p.03), por isso, optamos pela exposição de narrativas individuais como posicionamento ético e político. Ou seja, não seríamos mais um a calar, invisibilizar ou traduzir em categorias as “fotos-vozes” da Rasa.

Neste contexto, o *photovoice* proporcionou maior envolvimento e entusiasmo em relação à pesquisa, reencantamento com o território e engajamento dos participantes. Ademais, a fotografia como recurso possibilitou informações privilegiadas, que de outro modo, não seriam visibilizadas.

Embora tenha ficado claro o reconhecimento do potencial turístico da Rasa e a imprescindibilidade do protagonismo comunitário na condução deste processo, o desenvolvimento turístico não é uma perspectiva de futuro imediato. O resultado foi muito mais uma mudança do olhar sobre o território e sobre comunidade, como responsável por seu empoderamento e enquanto agentes de mudança a busca do desenvolvimento local.

Mesmo atendendo aos objetivos da pesquisa – analisar a imagem do turismo – nossa frustração no retorno do campo indicou que não foram atendidas as expectativas pessoais. Assim, o que parecia imparcialidade, era presunção de um resultado esperado.

Tínhamos expectativa de colaborar com o planejamento e desenvolvimento turístico da Rasa como devolutiva. E sem esta perspectiva, qual seria a nossa contribuição?

Neste sentido, a centralidade no turismo, talvez pela área de formação, poderia reduzir as possibilidades de contribuição desta pesquisa.

Mas, a composição de vozes (BAKHTIN, 2000) dos participantes subvertem a investigação e transformam a pesquisadora. Eles desafiam e extrapolam o objeto de pesquisa, transbordando o que é a Rasa nas imagens temáticas, em detrimento do tema turismo.

Vale ressaltar que fotografia participativa ou qualquer outro método participante não produz mudanças exclusivamente pela prática, mas no processo reflexivo (MEIRINHO, 2016). E durante a pesquisa, por um momento, esquecemo-nos disso.

Geralmente, a partir do trabalho de campo, procuramos pensar a problemática tendo como ponto de partida a realidade local, mas não pensamos nos desdobramentos que os resultados podem implicar; uma apropriação desses conhecimentos pelo pesquisado pode nos revelar muitos elementos não só para elucidarmos os desdobramentos do conhecimento, mas para construirmos melhor o nosso trabalho como pesquisador. As saídas para os problemas da comunidade estudada muitas vezes são construídas na e pela tomada de consciência das potencialidades do lugar (SANTOS, 1999, p.122)

Então, no dia 04 de novembro de 2018, oito dias depois do encontro com o grupo, Gabi ressignifica aquela experiência para si e para nós, enviando, além de uma foto da família no retorno a Ponta do Pai Vitório, a seguinte mensagem de áudio:

Gabi: [...] E nossa, é muito bacana a nossa volta para lá hoje, é esse seu trabalho, essa sua pesquisa, me fez lembrar algo que eu não consegui falar na filmagem [...] Eu lembrei muito da minha infância, lembrei muito, lembrei bastante. E hoje, por causa do seu trabalho... já faz muito tempo que eu não volto lá. Nós voltamos mais uma vez, fomos toda a família. Vou te mostrar uma foto, [...] então, foi bem gratificante para mim, porque eu lembrei assim, de tudo o que eu vivi, e com muito carinho, [...] Pra mim é uma parte significativa e muito bonita, porque foi a parte da minha infância com as minhas irmãs, com meu pai, lá na praia. Então, para mim, turbilhão de emoção, eu amei, lindo! [...]. Nosso olhar agora está voltado para isso, sabe? Tentar fazer alguma coisa para o nosso Bairro, para que as pessoas consigam o seu próprio sustento. Mudou assim, a gente tinha perdido.... Nem sei se a gente já teve esse foco, se tivemos, perdemos com o tempo. [...]. Esse é meu olhar sobre o meu bairro! Eu vejo que é rico sim, uma história linda, o local é super lindo! Gente, fazendo essa rota de novo, eu me apaixonei novamente pela minha cidade e pelo meu bairro! [...]e é bom para mim enquanto pessoa, me senti valorizada.

A pesquisa participante, como envolve um processo dialógico de produção conjunta sujeito-sujeito e não sujeito-objeto, exige flexibilidade e, nesta dinâmica, ambos aprendem e resinificam-se (FREITAS, 2002).

E mais mudanças continuaram acontecendo.

Roselene promoveu duas visitas como condutora de turismo local.

Com uma fotografa voluntária, Gabi está desenvolvendo o projeto “Empodera Rasa Búzios”, em que jovem quilombolas são fotografados em locais de memória da Rasa; tal como um catálogo de moda, como referência de beleza e autoestima. Recebemos cópia de parte já realizada, embora os registros não tenham finalizado.

Retornamos a Rasa em 18 de novembro de 2018 e, na ocasião, apresentamos os participantes ao casal da “Casa do Professor”.

Como desdobramento deste contato, Tereza organizou uma visita à Rasa por um grupo de guias e Adriano foi o Condutor de Turismo Local. Recebemos as fotos da visita, incluindo uma das que produzimos no campo e presentearmos a Dona Uia. Ela estava enfeitando a parede externa da casa de Dona Eva.

Outro desdobramento foi a criação da Universidade Comunitária de Búzios – UNICOM. Este coletivo educacional sem fins lucrativos inaugurou em 16 de março de 2019 e foi fundado por Pastor Luiz, Gabi e Francisco (Casa do Professor), em função do contato que estabelecemos entre eles. Tal como narrado, em 14 de março de 2019, via mensagem de áudio, por Francisco:

“Quem trouxe as pessoas para cá, esse núcleo inicial da universidade comunitária, foi você, entendeu? Então eu acho que a UNICOM é um desdobramento da sua pesquisa. [...] Isso foi um desdobramento, não tenha dúvida”.

Assim, os desdobramentos do processo reflexivo, tal como as reticências nos versos de Mário Quintana (que antecedem esta sessão), ganham vida própria e extrapolam as perspectivas desta pesquisadora ou da própria dissertação, sendo relevante monitorá-los.

Ademais, a própria temática da pesquisa também demanda continuidade ou aprofundamento, na medida em que poderia ter outras abordagens, como por exemplo, dos conflitos socioambientais, em especial, no contexto de criação de uma nova APA no Mangue de Pedras (2019); as práticas religiosas (protestantismo) na identidade quilombola, ou ainda, um estudo comparativo em relação ao protagonismo da comunidade de Baía Formosa no recente (2019) fluxo do turismo étnico buziano.

No tocante a escolha do método, a pesquisa revelou o potencial, sobretudo, pedagógico e emancipatório do *photovoice*, principalmente por incluir os participantes como protagonistas para a ressignificação do território e estudo da imagem do turismo voltadas para a comunidade. Para novas abordagens sobre o objeto de estudo, outras

perspectivas metodológicas, em especial a história de vida e o filme-feedback, trariam contribuições às pesquisas com a comunidade da Rasa.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa no campo epistemológico, a imagem do turismo pela perspectiva local, aliado ao pertencimento comunitário, mostrou-se um relevante recurso para a análise do turismo; indicando a pertinência de estudos epistemológicos para a fundamentação do “recurso turístico comunitário” como elemento de análise da vocação turística, para além dos recursos naturais e/ou culturais.

Por fim, entendemos que a fotografia participativa oferece subsídios aos estudos sobre imagem e psicossociologia do turismo, pela perspectiva dos residentes “impressas” nas fotografias. E que este potencial pedagógico-emancipatório é relevante para o aprofundamento de pesquisas, e o foi, em especial, para esta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AED – Agencia de Educação para o Desenvolvimento. Emprecorde 2: Telecurso de Desenvolvimento Comunitário. 2004.

ALMEIDA, Brena Costa de. Entre o passado e o presente, entre História e memória: a Rasa e seus entre-lugares. *Revista Escrita da História*. vol. 2, n. 4, p. 67-99. 2015.

ALMEIDA, Brena Costa de. Entre pescadores e quilombolas: processos de emergência identitária em uma Comunidade Remanescente de Quilombo. *In: 37º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Águas de Lindoia, SP: 2013. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/spg-2/spg13-2/8733-entre-pescadores-e-quilombolas-processos-de-emergencia-identitaria-em-uma-comunidade-remanescente-de-quilombo/file>
Acesso: 31. Jul. 2017.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Refletindo sobre o lugar turístico no global. *In: Turismo com ética*. CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org.). UECE. Fortaleza, p.122 – 131, 1998.

_____. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. *In: VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local*. Curitiba: Anais do VIII ENTBL, 2004.

ALVES, André. Os argonautas do mangue. *Precedido de balinese character (re)visitado por Etienne Samain*. Campinas, SP: Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

AMARO, Rogério Roque. Análise das necessidades e das potencialidades da freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local. Lisboa: PROACT; S.A.E./ISCTE, 1999.

ARAGÃO, Ivan Rêgo; ABADIA, Beijanine Ferreira; TUPINAMBÁ, Khalla. Paradoxos entre Taipu de Fora e Taipu de Dentro/APA de Maraú-Bahia: turismo e identidade local. *ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade*, v. 2, n. 2, 2011.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas. São Paulo: Annablume, 2012.

ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira de. Desenvolvimento do turismo e população local. *In: Turismo com ética*. CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org.). UECE. Fortaleza. p. 362 – 373. 1998.

ARAÚJO, Thyago Faria de. Por uma Geografia dos Outsiders: interpretação e aplicação da Lei 10.639 na rede municipal de Armação dos Búzios em sua relação com a Comunidade Remanescente do Quilombo da Rasa. *Revista Tamoios*. 2011.

ARAÚJO, Wilson Alves; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, Maristela Oliveira de; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Desenvolvimento local, turismo e

populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações* (Campo Grande), v. 18, n. 4, p. 5-18, 2017.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (site). Belezas de Búzios são divulgadas na África. 2014.

_____. História. 2016a.

Disponível em: http://www.buzios.rj.gov.br/historia_municipio Acesso: 27. jan. 2018.

_____. Praça do INEFI é aberta integrando espaço com a comunidade da Rasa. 2016b.

Disponível em: <http://www.buzios.rj.gov.br/noticia/praca-do-inefi-e-aberta-integrando-espaco-com-a-comunidade-da-rasa>. Acesso: 15. abr. 2019.

_____. Instrumental no Mangue acontece neste domingo em Búzios. 2018a Disponível

em: <http://buzios.rj.gov.br/noticia/instrumental-no-mangue-acontece-neste-domingo-em-buzios> Acesso: 10. dez. 2018.

_____. (Facebook). “Inauguração da rota étnica, cultural e ecológica”. 2017.

Disponível em: <https://web.facebook.com/PrefeituradeBuzios/photos/a.599044226782929/1622072774480064/?type=3&theater>. Acesso: 22. nov. 2017.

_____. Panfletagem do decreto que cria APA do Mangue de Pedras. 2018b Disponível

em: <http://www.buzios.rj.gov.br/noticiamp?id=9923b23c-9e31-484a-a798-4b845fa7d7af>. Acesso: 10. dez. 2018.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS. Câmara Municipal. Plano Diretor do Município de Armação dos Búzios. 2006.

ASSOCIAÇÃO OBSERVAÇÃO BÚZIOS. Quilombolas de Búzios e Suas Memórias.

Canal Observação, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zUHMR-G-mlg>. Acesso: 14 abr. 2019.

BALDISSERA, Rudimar. Relações Públicas, turismo e comunidade local. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 12, n. 12, p.123-139, 2008.

BALOMENOU, Nika; GARROD, Brian. A review of participant-generated image methods in the social sciences. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 10, n. 4, p. 335-351, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética de la Creación Verbal*. Madri, Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

_____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. *In: Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Emantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1959- 61/2000.

BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da. *Antropologia e Imagem*. Coleção Ciências Sociais Passo a Passo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAVCAR, Evgen; NOVAES, Adauto; BRISSAC, Nelson. *O ponto zero da fotografia*. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

BECKER, Dinizar Femiano e Milton Wittmann (org). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Pequena história da fotografia (1931)*. In: ____ *Obras Escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012. P. 97-115.

____. *Rua de Mão Única*. *Obras Escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. Aleph, 2002.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. *Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

BLACKMAN, Anna; FAIREY, Tiffany. *The photovoice manual: A guide to designing and running participatory photography projects*. London, United Kingdom: Photo Voice Publications. 2007.

BOAL, Augusto. *Theater of the oppressed*. Nova York: Urizen Books. 1979.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46.

BUBER, Martin. Sobre Comunidade. Coleção Debates. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Inácia D'Ávila e a história da psicologia social – articulando ecologia, feminismo e desenvolvimento cultural. In: MACIEL, Tania Barros; SOUZA, Cecília de Mello e (org). Inovação e trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Curitiba: Appris, p.23-28, 2018.

CARMO, Ivone Maria do. Práticas culturais afro-brasileiras e pertença evangélica na comunidade da Rasa/RJ. In: Anais XIV Encontro Nacional de História Oral. Associação Brasileira de História Oral, 2018.

CANÇADO, Airton Cardoso; SAUSEN, Jorge Oneide; VILLELA, Lamounier Erthal. Gestão social versus gestão estratégica. In: Tenório, F. G (Org). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARVALHO, Bárbara Hilda Crespo Prado De Carvalho. Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa: uma abordagem das relações de identificação étnica e religiosa. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2015.

CARVALHO, André Luiz Piva de. A cultura da imagem espetacular no turismo: Um estudo sobre a formatação cênica dos produtos turísticos. In: III ENECULT- Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador-Bahia-Brasil. 2007.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2. 1999.

CASTRO, Celso. A Natureza Turística do Rio de Janeiro. In: Banducci Jr, A. & Barretto, M. (Org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. (2ª Ed.); Campinas: Papirus. 2002.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria; MONTENEGRO, Aline. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. Antropologia urbana. Gilberto Velho (org.), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 80-87, 1999.

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Mapa das Regiões de Governo e Municípios. 2013.

Disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf
Acesso: 20 dez. 2017. 39.

_____. (s.d). Mapa das Regiões de Governo e Municípios. Site.
Disponível em: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html
Acesso: 20 dez. 2017. 40.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO - CPI – SP. Monitoramento: Processos de titulação. Site. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/> Acesso: 12 mar. 2017

COPQUE, Bárbara. Sobre imagens: meninos na rua, meninos-fotógrafos. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). Antropologia e imagens: narrativas diversas. Rio de Janeiro: FAPERJ/ed. Garamond, v. 1, p. 145-166. 2011.

CORDIOLI, Sérgio. Enfoque Participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Gênese, 2001.

CORIOLO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. Boletim Goiano de Geografia, v. 21, n. 2, p. 25-46, 2001.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I (Org). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 277-288, 2009.

_____. et. al. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, Icleia Thiesen Magalhaes. Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro: entrevistas. Rio de Janeiro, RJ: UNI-RIO, Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, 1998.

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 61, n. 1, p. 60-72, 2009.

CUNHA, Marcio Werneck da; CHAVES, Chrisiane Paiva. Armação dos Búzios. Rio de Janeiro: Viana & Mosley. 2002.

CUNHA, Marcio Werneck da. Búzios: Armação Histórica. (Resumo dos ensaios sobre geografia, pré-história e história do Município de Armação dos Búzios). 1997.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia; NAZARETH, Juliana de Souza e Costa. Laboratório de Imagens: tecendo o desenvolvimento das comunidades e das possibilidades de utilização da imagem em pesquisas participativas. In: GOUVÊA, Álvaro de Pinheiro (org) Cine Imaginarium e estética: da arte de fazer psicologia, comunicação e cinema. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cia de Freud: Ed. PUC-Rio: FAPERJ, 2008.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. Os 'novos' pobres e o contrato social: receitas de desenvolvimento, igualdade e solidariedade, seus mitos, laços e utopias. Arquivos Brasileiros de Psicologia, n. 8, out.-dez. 1998, Rio de Janeiro, Imago. (Sociedade e Ecologia).

Disponível em: <http://www.eicos.psych.ufrj.br/anexos/art_inanovpob.htm#ina>
Acesso: 12 abr. 2019.

DECRETO Nº 6.040, 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Brasília: DF. 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: mito e realidade. Rio de Janeiro: SENAC/DN. 1984.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. Brasília (DF): Liber Livro, 2008.

DIEDRICH, Amy; GARCÍA-BUADES, Esther. Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. **Tourism Management**, v. 30, n. 4, p. 512-521, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos C.S. Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável. Anais do 1º Seminário Internacional de Turismo, 2003.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. In: Durkheim, Émile. Durkheim – Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1978.

ECHTNER, Charlotte M.; RITCHIE, JR Brent. The measurement of destination image: An empirical assessment. *Journal of travel research*, v. 31, n. 4, p. 3-13, 1993.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. A formação de comunidades virtuais no portal Comuniquese: um primeiro olhar. In: E-Compós. 2006.

FARIA, Ivani Ferreira de. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras p.261-276.

FARIA, Ivani Ferrerira. Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade e Multiculturalismo: princípios para a autonomia. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Belém: NAEA, p. 79-92, 2008.

FISCHER, Julianne; CUNHA, Cinara Marli. Ensino de Arte e Leitura de Imagem. In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e o III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - ESBPp, 2009, Curitiba. Anais do IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e o III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - ESBPp. PUCPR: Curitiba, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos de pesquisa. São Paulo. N. 114 (nov. 2001), p. 197-223, 2001.

FLORES, Laura González. La mirada Del otro: La producción fotográfica de grupos minoritários. Orientes y occidentes. Memoria del XXVII Coloquio Internacional de Historia del Arte, 2004.

FORTUNATO, Rafael Angelo; SILVA, Lucas Siqueira. Os Significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: O caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, v. 5, n. 2, p. 85-100, 2011.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1986.

_____. Microfísica do Poder. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 1977.

FRATUCCI, Agnaldo César. Planejamento Público do Turismo – 1ª Aula. MBA em Gestão de Empreendimentos Turísticos. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. 19 slides. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/2658496/> Acesso: 03 mar. 2019.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 65, 2007.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 34-41.

_____. Pedagogia do oprimido: Paz e Terra. 1970

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Maria Teresa. Bakhtin e a Psicologia. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (Orgs.). Diálogos com Bakhtin. Curitiba: UFPR, 2001.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; JOBIM E SOUZA, Solange KRAMER, Sonia (Org.). Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n.116, p. 21-39, jul. 2002.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE. Perfil Ambiental do Município de Cabo Frio. Rio de Janeiro. 1988.

GALEANO, Eduardo. Patas arriba: la escuela del mundo al revés. Siglo XXI, 1998.

GAMA, Fabiene. A autorrepresentação fotográfica em favelas e o movimento de inclusão visual. **Revista Antropológicas**, v. 20, n. 1+ 2, 2011.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Curitiba, imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.

GEERTZ, Clifford, 1926. A interpretação das culturas. 1ª ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. O saber local. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GEHRKE, Bernardo Meister; DUARTE JUNIOR, José Barbosa; MILITO, Marcelo Chiarelli. Photovoice e identificação de recursos turísticos endógenos no litoral do Rio Grande do Norte - Brasil. Pasos (El Sauzal), v. 13, p. 1003-1017, 2015.

GEHRKE, Bernardo Meister. A metodologia Photovoice e a identificação de recursos turísticos endógenos no oeste do Rio Grande do Norte - Brasil. In: XII Seminário da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo - ANPTUR, 2015, Natal. Anais do XII Seminário ANPTUR, 2015.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. (fac-símile do original de 1975).

GUERREIRO, Goli Sales. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do Turismo. Revista Gestão e Planejamento. Salvador, ano 6, n. 11, p. 06-22, jan./jun. 2005.

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. Cadernos de antropologia e imagem, v. 10, n. 1, p. 155-165, 2000.

_____. Entrevistando Milton Guran. [Entrevista concedida a] Georgia Quintas. OLHAVÊ (Blog), 30 mar. 2010. Disponível em: <https://olhave.com.br/2010/03/entrevistando-milton-guran/>. Acesso em: 12. Nov. 2018.

GUSMÃO, Denise Sampaio. Narrativa, Testemunho e Delicadeza: a Casa de Memória e Cultura do Córrego dos Januários. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. 2009.

HACK NETO, Eduardo; GÂNDARA, José MG. Marketing turístico & imagem—reflexões sobre fotografias virtuais de Foz do Iguaçu-PR e opiniões dos agentes de turismo de Joinville-SC. In: V ANPTUR Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. Belo Horizonte - MG. 2008.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. Revista GEOgraphia, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. E. et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-206.

HANAI, Frederico Yuri; ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. Revista Turismo em Análise, v. 22, n. 1, p. 4-24, 2011.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade remanescente de quilombo da Rasa (Armação dos Búzios - RJ). Rio de Janeiro: INCRA. 2017^a

_____. Passo a passo da titulação de territórios quilombolas. Site. Disponível em: http://www.incra.gov.br/passos_a_passo_quilombolas Acesso: 10 mar. 2017^b IRVING, Marta de Azevedo, BURSZTYN Ivan, SANCHÓ, Altair, MELO, Gustavo de M. Melo Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 4, 2005.

IRVING, Marta de Azevedo. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: Irving, M. A.; Azevedo, J. (Orgs.). Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, p. 35-45, 2002.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

_____. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: Entre a potencialidade e a utopia. In: D'AVILA NETO, Maria Inácia; PEDRO, Rosa (Org.). **Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social**. Rio de Janeiro: MAUAD Bapera Editora, 2003, p. 167-184.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. Revista Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi-ano III, n. 1, 2006.

JENKINS, Olivia H. Understanding and measuring tourist destination images. International Journal of Tourism Research, v. 1, n. 1, p. 1-15, 1999.

JOBIM E SOUZA, Solange; GUSMÃO, D. S. História, memória e narrativa: a revelação do "quem" nas histórias orais dos habitantes do Córrego dos Januários. PSICOLOGIA & SOCIEDADE (ONLINE), v. 22, p. 288-298, 2010.

_____. O olho e a câmera: desafios para a educação na época da interatividade virtual. Revista Advir, Rio de Janeiro, n. 15, p. 75-81, set. 2002.

_____. O olho e a câmera. In: Educação @ Pós-modernidade: ficções científicas e crônicas do cotidiano. JOBIM E SOUZA, Solange (Org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

_____. O pesquisador-cineasta e a ética dos olhares compartilhados. Revista de Psicologia, v. 8, n. 1, p. 8-22, 2017.

JOBIM E SOUZA, Solange; SAMPAIO, D. G. A estética da delicadeza nas roças de Minas: sobre a memória e a fotografia como estratégia de pesquisa-intervenção. PSICOLOGIA & SOCIEDADE (ONLINE), v. Edição, p. 24-31, 2008.

JODELET, Denise. Inácia D'Ávila Neto: uma prática psicossocial inovadora. In: MACIEL, Tania Barros; SOUZA, Cecília de Mello e (org). Inovação e trajetos: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Curitiba: Appris, p..39-53, 2018.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 11 ed. Campinas: Papirus, 2007.

JULIÃO, Danielle; BARRETO, Paulo Sergio. Roteiros de Turismo de Base Comunitária: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio: Projeto Negócios Comunitários Sustentáveis. Rio de Janeiro: Instituto Bioatlântica/Instituto Ecobrasil, 2011.

JUSTO, Carmem Sílvia Sanches. Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no Projeto Casa. UNESP, 2003.

JUSTUS, Dayse A cidade natural: imagens e representações de Armação dos Búzios. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) . Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.

KOINONIA. RJ - Remanescentes de quilombo da comunidade Rasa dão mais um passo rumo à titulação de suas terras. 2017. Disponível em: <http://koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=15135> Acesso: 10 nov. 2018.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL E IMAGEM – LABHOI/UFF. Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia, 2005. Página inicial. Disponível em: http://www.historia.uff.br/jongos/?page_id=11. Acesso: 20 mar. 2019.

LEITE, Penha da Silva; CUNHA, Márcio Werneck da. Histórico Social da Fazenda Campos Novos. Documento base para processo de tombamento da Fazenda Campos Novos – INEPAC. Cabo Frio, 2006.

LEI Nº 7.884, DE 02 DE MARÇO DE 2018. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, DOERJ. 2018.

LESSA, Luiz Henrique da Silva; TATSCH, Carmen Rodrigues; RANGEL, Fernanda Crisóstomo; SILVA, José Leonardo da; CASTRO, Rafael Perreli de. Subjetividade, diversidade cultural e desenvolvimento social (pôster). Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/poster/1303_poster_resumo.htm> Acesso: 14 abr. 2019.

LIMA, Luana Nunes Martins de. A apropriação da cultura pelo turismo, a revalorização e ressignificação das identidades culturais. **GEographia**, v. 12, n. 24, p. 150-166, 2010. LISBOA, Mariana Mendonça; PIRES, Giovani de Lorenzi. Reflexões sobre a imagem e a Fotografia: possibilidades na pesquisa e no ensino da Educação Física. *Motrivivência*, Ano XXII, n. 34, p. 72-86, 2010.

LISSOVSKY, Maurício. O inconsciente ótico e a fotografia do invisível. In: JOBIM E SOUZA, Solange (org.). *Mosaico: imagens do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

LÖWY, Michael. Walter Benjamín: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Ed. UECE, 1998.

_____. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LUCHIARI, M. T. D. P.; BRUNHS, H. T.; SERRANO, C. M. T. (org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACHADO, Danielle Fernandes Costa. *A imagem do destino turístico, na percepção dos atores do trade turístico: um estudo da cidade histórica de Diamantina/MG*. Dissertação (Mestrado em Administração). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010

MACHADO, Simone Fernandes; ALVES, Kerley dos Santos. O turismo em Ouro Preto - Minas Gerais, Brasil - na perspectiva dos moradores. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 3, p. 552-573. 2013.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 10, n. 2, p. 272-282, 2015.

MACIEL, Tania Maria de Barros. Caminhos para o desenvolvimento - século XXI. Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/EICOS. 2006.

_____. Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um Desenvolvimento Humano Durável. In: D'Ávila Neto, M. I.; Pedro, R. M. L. (orgs.) *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

_____. Paradigmas e desafios da ecologia social: aplicações das teorias e das práticas de um projeto de desenvolvimento local. In: Campos, R. & Guareschi, P. (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana*. 3ed. Editora Vozes, Petrópolis: 2006b. p. 186-206.

_____. Questões atuais de Ecologia Social. In: BOMFIM, Elizabeth de Melo (Org.). *Psicologia Social: Horizontes Contemporâneos*. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1999

MACIEL, Tânia Maria de Freitas Barros; MOREIRA, Glória Maria de Pádua. Por um desenvolvimento humano durável. In: XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2004. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st18-4/4042-maciel-moreira-por-um-file> Acesso: 05. Ago. 2018.

MADUREIRA, Mariana. Ecoturismo de base comunitária: aplicação da economia para a redução de impactos turísticos. *Anais do VII Congresso Nacional de Ecoturismo e do III Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.2, n.4, 2009, p.380.

MAIA, Paulo Cezar. Imagens da história a contrapelo. *Terceira Margem*, v. 12, n. 18, p. 157-173, 2008.

MAIO, Ivone dos Passos. Antropologia e Turismo: reflexões teóricas sobre o estudo de processos socioculturais nas localidades receptoras. In: *Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul*, 4. Caxias do Sul: UCS, p. 1-12, 2006.

MARQUES, Sandra Cristina Simões. Triangulação e Hipermédia: Uma Opção Metodológica para Investigação e Exposição de Resultados em Antropologia. In: VI Seminário Imagens da Cultura/Cultura de las Imágenes. Universidade Portucalense no Porto (Portugal). 2010.

_____. As câmeras e o turismo em Kolkata: representações em Photovoice. Tese (Doutoramento em Antropologia). Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL. Lisboa: 2009.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações (Campo Grande)*, v. 3, n. 5, 2016.

MATTOS, Flávia Ferreira; IRVING, Marta de Azevedo. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 3, n.4, 2003.

MATTOS, Laura Kemp de; ZANELLA, Andréa Vieira; NUERNBERG, Adriano Henrique. Entre olhares e (in) visibilidades: reflexões sobre fotografia como produção dialógica. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 3, p. 901-918, 2014.

MEIRINHO, Daniel. A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: estudo de caso com jovens em contextos de exclusão social no Brasil e em Portugal. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2013.

_____. Olhares do saber e do fazer: O uso do método Photovoice como instrumento para a literacia visual com jovens em contextos de exclusão e vulnerabilidade. In: BRITES, Maria José; JORGE, Ana; SANTOS, Silvio Correia. *Metodologias Participativas: Os media e a educação*. Livros LabCom, p.203-212, 2015.

_____. Olhares em Foco: Fotografia participativa e empoderamento juvenil. LabCom.IFP, 2016.

_____. Olhares em foco: Um projeto de fotografia participativa para o desenvolvimento social de jovens no Brasil e em Portugal. In: ELEA, Ilana. *Agentes e Vozes Um Panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha*. Suécia: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, p.187-196, 2014.

_____. A fotografia como suporte para o envolvimento nas pesquisas sociais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 01, p. 59-78, 2017b

_____. A fotografia participativa como ferramenta de expressão e representação social. Foto-ensaio do Projeto Olhares em Foco. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 1, p. 77-81, 2012.

_____. O olhar por diferentes lentes: o Photovoice enquanto método científico participativo. *Discursos Fotográficos (Online)*, v. 13, p. 261-290, 2017a

MEIRINHO, Daniel; Januário, Soraya. Fotografia participativa e relações de gênero: uma experiência visual com mulheres guineenses. *Revista Fronteiras (Online)*, v. 20, p. 252-264, 2018.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; SANTOS, Renato de Oliveira dos; LOPES, Paloma Cristina Barbosa; ANDRADE, Sandro dos Reis; MORAES, Ana Paula Veríssimo de. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caixas, quilombolas e indígenas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.328-356.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?

(Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. RJ, Brasil. 2004.

MIKLOS, Dilson. Poéticas do olhar: uma práxis pedagógica a contrapelo de captura do mundo. *RevistAleph*, n. 29, 2017.

MILANI, Cartos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: MILANI, C. Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador: Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MINAYO, Maria Cecília Souza de (Org.). Pesquisa social: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. A importância da imagem para o destino turístico. 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5388-a-import%C3%A2ncia-da-imagem-para-a-divulga%C3%A7%C3%A3o-do-destino-tur%C3%ADstico.html> Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 1: Sensibilização / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

_____. Estudo da demanda Turística Internacional 2012-2016. 2016.

_____. Ecoturismo: Orientações Básicas. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso: 05. Jul. 2017.

_____. Turismo: mais crédito, mais oportunidades. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5682-artigo-turismo,-mais-cr%C3%A9dito,-mais-oportunidades.html> Acesso: 05. Jun. 2017

MOLINA, Thiago dos Santos. Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-153413/pt-br.php> Acesso em: 09. Jan. 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAN, José Manuel. Educar o Educador. 2009. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacao/educar.pdf Acesso em: 27 jul. 2017.

MOREIRA, Ana Rosa Costa Picanço. O uso da fotografia na formação em serviço de educadores de creche. Criar Educação, 2016.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória Lima. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

NAGEM, Vânia de Oliveira. O Mapa como expressão de conflitos e mobilização social: um caminho para a justiça ambiental? Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz. *Adrinkra: sabedoria em símbolos africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de psicologia*. Natal, V. 7, n. 2, p. 237-250, 2002.

NERES, Adelina Prado Caldas; BOMFIM, Natanael Reis. Relação entre turista e comunidade de Ilhéus-Bahia-Brasil: Desigualdades multiplicadas na concepção de Dubet. In: BOMFIM, Natanael Reis (org). *Representações e Turismo: Imagens e Práticas Socioculturais no Espaço*. Ilhéus, BA: Editus, 2016.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O uso da imagem na Antropologia. In: Samain, Etienne (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec - Senac, 2005, p. 107-113.

OLIVEIRA, Alan Santos de. *Sankofa: A circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20735/1/2016_AlanSantosOliveira.pdf> Acesso: 09. Jan. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Alfredo Ferraz de; BLOS, Wladimir da Silva. Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.137-151, ago. 2012.

OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de; ZOUAIN, Deborah Moraes. *Gestão Social e Turismo: Ensaio sobre a Gestão Pública do Turismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Iana Cavalcante de; HARB, Antonio Geraldo. A imagem do destino turístico como fator de sustentabilidade para o Município de Presidente Figueiredo. In: XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2012, Bento Gonçalves. *Anais do XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 2012.

OLIVEIRA, Josildete Pereira de; TRICÁRICO, Luciano Torres; PEREIRA, Flávia Monteiro. Retórica da imagem urbana em mídias de informação como lugares: a visibilidade turística em Balneário Camboriú, SC, Brasil. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. 2, 2008.

O PERU MOLHADO (jornal). Circuito Turístico da Rota dos Escravos: Até que enfim uma opção de turismo diferenciada. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Introdução ao turismo. Madri: Organização Mundial do Turismo, 2001.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Antropologia e filme etnográfico: Um travelling no cenário literário da antropologia visual. Rio de Janeiro: BIB, n. 48, p. 91-115. 1999.

PEREIRO, Xerardo. Imagens e narrativas turísticas do “outro”: Portugal-Galiza, Portugal- Castela e Leão. In: Pardellas, X. (dir.): Turismo e natureza na Eurorrexión Galicia e norte de Portugal. Vigo: Universidade de Vigo, p. 57-79. 2005. Disponível em:<<https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/5609/1/6.%20IMAGENS%20E%20NARRATIVAS%20TUR%20C3%8DSTICAS%20DO%20OUTRO%20PORTUGAL%20GALIZA%20CASTILLA.pdf>>. Acesso: 13 mar. 2018.

PEREIRA, Carolina de Freitas. Pensar e agir como Quilombola: O caso da comunidade remanescente de Quilombo da Rasa. In: **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 2013, Rio de Janeiro. Anais XIII SIMPURB, 2013a.

PEREIRA, Carolina de Freitas. Articulações e Negociações no processo de conformação do território da Comunidade remanescente de Quilombo da Rasa. Dissertação (Mestrado em geografia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013b.

_____. O Sentido e o alcance da luta por reconhecimento: consciência político-identitária e estratégias socioespaciais dos Quilombolas da Rasa (Armação dos Búzios - RJ). Revista Discente Expressões Geográficas, v. 8, p. 73-92, 2012.

PERES, Sidnei Clemente; NAZARIO, Gessiane Ambrosio. Conflitos e Disputas pela Terra, memória e identidade quilombola no espaço escolar da Rasa: para uma antropologia da educação em situação urbana de conflito étnico. In: 30ª RBA: Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos. João Pessoa: Anais da 30ª RBA, 2016.

PERINOTTO, Costa. Investigando a comunicação turística de Parnaíba/PI-Brasil: Internet e redes sociais, descrição e análise. TURyDES, v. 6, n. 15, 2013.

PINHÃO, Ailson Oliveira; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Cultura e turismo: imagem dos índios Tupinambá sobre Olivença. Interações (Campo Grande), v. 7, n. 11, p. 121-127, Set. 2005.

PINK, Sarah (Ed.). Advances in visual methodology. Sage, 2012.

POLIVANOV, Beatriz. Reapropriações do conceito de “comunidade” na contemporaneidade. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 11, n. 21, 2015.

RABAHY, Wilson A. Turismo e desenvolvimento. Estudos econômicos e estatísticos no planejamento. São Paulo. Editora Manole, 2003.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática: 1993.

REZENDE, Ricardo de Oliveira. Turismo comunitário e favela-tour como expressões das novas dinâmicas do consumo turístico. Revista Turismo em Análise, v. 25, n. 2, p. 354-372, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Rio - Metrópole: a produção social da imagem urbana. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Cultura. Grupo Kindala. In: Mapa de Cultura RJ. Disponível em: < <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/grupo-kindala> > Acesso: 14 abr. 2019.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROSS, Glenn F. Tourist destination images of the wet tropical rainforests of North Queensland. Australian Psychologist, v. 26, n. 3, p. 153-157, 1991.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Editora Garamond, 2004.

_____. Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

_____. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos avançados, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995.

_____. La lógica del desarrollo. Paris: École de Hautes Études em Sciences, 1998.

_____. Stratégies de l'eco-développement. Paris: Ed. Ouvrieres, 1980.

SALES, Elias Júnior Câmara Gomes; ALVES, Flamarion Dutra. O lugar do turismo em Armação dos Búzios-RJ: ordenamento territorial e questões socioespaciais. In: VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SEMINTUR. Caxias do Sul - RS: UCS, 2010.

SANCHEZ, Esther, WIENSENFELD, Esther. Psicología Social Aplicada y Participación: Metodología General. Boletim da AVEPSO, v. VI, n.3. Caracas, 1983

SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP, 2013. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/download/6859/pdf_12 > Acesso em: 09. Jan. 2019.

SANTOS, Anderson Alves; ALCÂNTARA, Valderí Castro de; SILVA, Edson Arlindo. Turismo rural e desenvolvimento local sustentável: problemas, premissas e perspectivas teóricas. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 4, p. 423-443, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Prefácio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2008.

SANTOS, Rosselvet José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 11, n. 21/22, 1999.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. *Cadernos de pesquisa*, v. 36, n. 128, p. 451-472, 2006.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: Campos, H. de F (org.). *Psicologia social comunitária: Da alteridade à autonomia*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p.35-53. 2007.

SCALABRINI, Elaine Cristina Borges; REMOALDO, Paula Cristina; LOURENÇO, Júlia M. Imagem de Destinos Turísticos: um estudo sobre as publicações brasileiras. *Revista Turismo em Análise*, v. 26, n. 3, p. 541-557, 2015.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, 2002.

SILVA, Carla Maria Alves da. *A imagem dos destinos turísticos de montanha: olhares dos residentes e dos turistas*. Tese (Doutorado Turismo). Universidade de Aveiro, Portugal, 2011.

SILVA, João Albino; MENDES, Julio; FERREIRA, Lara; PEREIRA, Luís; GUERREIRO, Manuela; VIEGAS, Margarida. Construção de indicadores de avaliação da qualidade no turismo: Relatório final de projecto de investigação. v. 1. Faro: Universidade do Algarve, 2001.

SILVA, Lucas Neiva; KOLLER, Sílvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. *Estudos de psicologia (Natal)*. Vol. 7, n. 2, p. 237-250, 2002.

SILVA, Marcelo Lima da; PERINOTTO, André Riani Costa. A imagem do destino turístico como ferramenta de diferenciação e promoção do turismo: Caso de Barra Grande/PI–Brasil. *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 14, n. 2, p. 417-431, 2016.

SILVA, Marcos Vieira. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 10, n. 2, p. 292-300, 2016.

SILVA, Paulo Henrique Oliveira; SPINOLA, Carolina de Andrade. Turismo de base comunitária: considerações conceituais e perspectivas de implementação em um bairro popular de Salvador - BA. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 85-103, ago. 2018.

SILVA, Robyson Alves da; FREITAS, Ricardo Oliveira de. Fotografia e sociedade: a utilização das técnicas e estéticas fotográficas como dispositivo de inclusão social. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador. *Anais do V ENECULT*, 2009.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, p.133-150, 2001.

SINGHAL, Arvind; HARTE, Lynn M.; CHITNIS, Ketan; SHARMA, Devendra. Participatory photography as theory, method and praxis: Analyzing an entertainment-education project in India. *Critical Arts: A Journal of South-North Cultural Studies*, v. 21, n.1, p. 212-227, 2007.

SOLHA, Karina Toledo. Divulgação de imagens turísticas: o exemplo de Porto Seguro (Bahia). *Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)* - Universidade de São Paulo. 1999.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

SOUZA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso. Um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 2006.

SOUZA, Maria de Fátima Araújo Costa de. *Natal como destino turístico: um estudo das imagens (re)veladas pela mídia, pelos turistas e suas implicações educacionais e culturais*. Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

SPRADLEY, James. P. *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980.

_____. *The Ethnographic Interview*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979.

SWARBROOKE, John. (2000) *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. vol. 2; tradução Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph. 2000.

TATSCH, Carmen Rodrigues. *Relatório Científico*. FAPERJ, 2007.

TENÓRIO, Fernando G.; SARAVIA, Enrique J. Esforços sobre gestão pública e gestão social. In: Martins, P. E. M.; Pieranti, O. P. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporânea**. 2ª ed, 2006.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez. 2000.

_____. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, p. 82-103, 1999.

TONNIES, Ferdinand. Community and Society: Gemeinschaft und Gesellschaft. East Lansing: The Michigan State University Press, p. 223-231. 1957.

TORO, Jose Bernardo A construção do público: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: Senac Rio: (X) Brasil, 2005.

URRY, John. O olhar do turista. Studio Nobel, 1996.

VAZ, Ana Carolina; ANDRÉ, Bianka Pires. O sentimento de pertencimento de alunos do bairro da Rasa em Armação dos Búzios/RJ. **InterSciencePlace**, v. 11, n. 4, 2016.

VIAJE COMIGO (site). Os 107 anos da D. Eva, neta de escravos – Armação dos Búzios, Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.viajecomigo.com/2017/06/09/107-anos-d-eva-neta-de-escravos-armacao-dos-buzios-brasil/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

VIANA, José Ítalo Bezerra. As muitas artes do Cariri: relações entre turismo, romaria e patrimônio cultural no século XXI. Tese (Doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann. Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment. **Health education & behavior**, v. 24, n. 3, p. 369-387, 1997.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann; PING, Xiang Yue. Chinese village women as visual anthropologists: A participatory approach to reaching policymakers. *Social science & medicine*, v. 42, n. 10, p. 1391-1400, 1996.

WANG, Caroline C. Youth participation in photovoice as a strategy for community change. *Journal of community practice*, v. 14, n. 1-2, p. 147-161, 2006.

WARREN, Samantha. Photography and voice in critical qualitative management research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n. 6, p. 861-882, 2005.

WEARING, Stephen; NEIL, John. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Manole, 2001.

WEBER, Max. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL – WTTC. Economic Impact 2017 World. Londres, Inglaterra. Disponível em: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/regions-2017/world2017.pdf>
Acesso: 05. Jun. 2017.

XAVIER, Marina de Aquino Parreira. Búzios: Estética, poder e território. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da;. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002.

ZAMANI-FARAHANI, Hamira; MUSA, Ghazali. Residents' attitudes and perception towards tourism development: A case study of Masooleh, Iran. **Tourism Management**, v. 29, n. 6, p. 1233-1236, 2008.

ZEPEDA, Vinicius. Pesquisa mostra a existência de quilombolas em Búzios. 2007. Site: FAPERJ. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=1063.2.2> Acesso em: 07 jul. 2017

APÊNDICE 1 - DISTÂNCIA FOCAL: AS IMPLICAÇÕES DA PESQUISA

A distância focal determina a aproximação ou não da imagem e as limitações do que a câmera pode “ver” ou não; neste sentido, ela titula esta sessão em que apresentou minhas implicações da pesquisa.

Essa é a história de quem conta a história e a história de quem não está na foto.

Sempre que produzimos algo, seja escrito ou não, carrega consigo o apoio ou não que teve para fazê-lo, as pessoas envolvidas e as experiências relacionadas que emolduram a perspectiva de quem produz.... Esta memória e vivência na elaboração da dissertação representam as implicações de quem narra a história e a conta por seu prisma.

É curioso pensar que quando propus minha pesquisa inicial ao EICOS, achava ser a única que pesquisava algo sem relação pessoal, mas apenas pela paixão pelo município pesquisado (Búzios), o compromisso de reparar uma pesquisa que realmente contemplasse uma comunidade buziana (Rasa) e, embora não tivesse tanta clareza do método, sabia que não faria entrevista ou questionário, nada que remetesse a uma linguagem (verbal) que favorecesse o discurso pronto para agradar ao entrevistador. Era uma visão distorcida e que desenhava uma pesquisa fundamentada em ser um contraponto ao tipo de pesquisa que eu não queria fazer; e não a que eu desejava.

Lembro que no primeiro encontro com a minha orientadora, entre outras questões ela perguntou: O que te motiva? Qual questão te incomoda [que está dentro de você]? Porque você irá pesquisar à exaustão. Se pensa ainda no doutorado, você vai estudar por muitos anos a Rasa e para isso você tem que ter paixão, tem que estar apaixonada ao ponto de dedicar anos “a uma mesma” pesquisa.

Respondi sobre minha relação com Búzios, mas principalmente coloquei o meu incomodo de haver um local com atrativos, acessibilidade, muitos problemas socioeconômicos e dentro de um dos cinco municípios turísticos mais visitados do Brasil (por turistas estrangeiros); mas que não tinha turismo. Eu falava da Rasa, mas pensava também na minha cidade (Nova Iguaçu), como tantas outras em que o turismo poderia contribuir com um desenvolvimento local sustentável, mas que não se propunha ou concretizava.

Ainda assim, não via meu vínculo e sentia a angústia de estar mentindo para mim e para os outros, com uma pesquisa menor do que as dos demais colegas por parecer uma escolha estritamente racional.

Até que em uma aula de Metodologia da Pesquisa, a professora Cecília propôs como exercício facultativo: construir uma linha do tempo, com os acontecimentos que levaram a elaborar a sua pesquisa até a presente data e no EICOS.

Aqui começa a minha história e a história de quem não está na foto.

Eu e “Vó” Maria



Fonte: Arquivo pessoal, 1982.

Eu poderia datar o início junto a história da escravidão, ou a do primeiro navio negreiro que desembarcou em Búzios; poderia começar com o turismo como atividade econômica ou a chegada de Brigitte Bardot a, até então aldeia de pescadores, Armação dos Búzios, que lançou o balneário no mapa do turismo mundial. Mas não, tudo começa em 1980.

Meus pais moravam onde hoje, praticamente, é o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Meu pai mantinha atividades rurais neste sítio e minha mãe era professora de um colégio estadual em Mesquita (mais tarde, município independente de Nova Iguaçu), pais do meu irmão Alessandro, com sete anos na época.

Meu pai conhecia e falava por vezes com uma senhora que visitava a filha por ali – embora morasse no “Mendanha”, em Campo Grande - e era avó de um de seus funcionários; por isso era conhecida como “Vó” Maria.

Em 1980, aos 70 anos, “Vó” Maria começou a trabalhar como cozinheira no sítio e entrou para minha família.

Ela era mineira, descendente de escravos e trabalhadora rural desde que “se entendia por gente”. Mais tarde chegou ao Rio para trabalhar numa casa como faxineira e babá e aos poucos trouxe toda sua família para o Rio de Janeiro. Mesmo trabalhando tantos anos, não conseguiu comprovação alguma para sua aposentadoria e Dona Isaura (para quem trabalhou por mais de uma década) nunca formalizou ou comprovou seu tempo de serviço por medo de quanto isso iria custar na justiça.

Assim, três meses após trabalhar com meus pais, minha mãe foi junto a “Vó” Maria buscar seus direitos e conseguiu sua aposentadoria pelo Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), na época, com valor inferior a um salário mínimo, o que demandava manter-se ativa e assalariada.

Após apoio e muitos pedidos de “Vó” Maria por uma menina “para alegrar a casa”, em 1982 minha mãe a atendeu. Eu nasci e ela passou a ser minha Vó.

Ela nunca foi minha babá. Cuidava de mim, mimava, educava, alimentava e andava com minha foto em sua carteira (apresentando como neta) durante onze anos de minha vida, mesmo sendo cozinheira da casa. E, espantosamente, tenho apenas três fotos com ela.

Ela ensinou-me sobre a capacidade de amar e de criar laços que não vem do sangue. E revendo essas poucas fotos, me pergunto em quais fotografias ela não apareceu? Onde ou com quem ela deixou de estar, para estar comigo sempre?

Embora fosse tímida, me pergunto sobre a ausência dela e também de muitas “Vó” Maria nas fotografias de família.

“As” “Vó” Maria são sábias, carregam a família, sustentam, mas “não criam” os seus, mas sim pessoas (e afetos) que estarão nas fotos e escreverão as histórias em que elas estão, mas não aparecerão.

Assim, mesmo longe e há tantos anos de sua ausência; é neste ponto da história; que a “Vó” Maria, analfabeta de sua biografia e fora do retrato de família, me carregou até a fotografia extraquadro e a importância de mostrar, sob sua própria perspectiva, a história daquele que a vive, mas não a escreve e nem aparece.

E por que Búzios?

Até 1993, Vó Maria trabalhou conosco, mas aos 83 anos enfim ela “realmente aposentou” e isto marcou não apenas a passagem para minha adolescência e independência, mas também a companhia constante da minha mãe, já aposentada.

Toda vida meu pai trabalhou sem tirar férias. Além de passeios nos fins de semana, viajávamos apenas eu e minha mãe (meu irmão já morava fora) ou para Itaperuna (RJ), visitar meu avô paterno e família, ou para Sossego (São Francisco do Itabapoana – RJ) na casa de praia deste mesmo avô. Ou seja, o motivo das viagens era sempre visitar a família, fosse nas férias de verão ou inverno.

Até que, aos 11 anos, meu pai alugou uma casa de praia em Mangunhos (Armação dos Búzios - RJ) e não foi apenas a minha primeira viagem a lazer ou determinante para o tipo de turista, ou Turismóloga, que eu viria ser, mas foi amor à primeira vista.

Isto lembra a contracapa do livro infantil “Chamo-me... Gaudí” que dizia:

Barcelona apaixonou-me! Eu sei. Alguém apaixonar-se por uma cidade parece um pouco estranho, mas alguns locais despertam paixões se imaginarmos todas as suas possibilidades. E isto aconteceu comigo quando descobri Barcelona, aos dezassete [sic] anos. (ROCA, RIVED, GUERREIRO, 2009).

Faço minhas essas palavras, trocando Barcelona por Búzios e a idade para 11 anos. Eu me apaixonei e não consegui deixar de estar lá sempre e com as mesmas “borboletas na barriga” quando em viagem percebo a Rasa e sei que estou em Búzios.

Retomando a narrativa, a primeira casa alugada a que me referi era de um pescador. Meu pai o apresentou e ele apresentou sua filha Luana, de quem sou amiga até a presente data, embora nosso encontro seja esporádico atualmente. Contudo, não fiquei amiga apenas da Luana, mas de todos que ela me apresentou...filhos de pescadores, dos caseiros da rua, enfim, de crianças que moravam lá.

Meus primos também foram, brincamos todos juntos, mas apenas eu mantive a frequência, cultivando estas amizades ao longo do tempo.

Talvez esta experiência tenha influenciado o tipo de turismo que gosto e acredito; aquele que há troca, convivência e conhecimento entre visitantes e visitados; mas a Búzios que conheci primeiro, não é aquela do imaginário dos turistas ou das imagens divulgadas.

Hoje Manguinhos tem um complexo de estabelecimentos chamado Porto da Barra, que atribui-lhe sofisticação e possibilitou a exploração deste outro trecho do município; que antes era habitada principalmente por pescadores ou por alguns turistas para windsurf, para quem a água de tonalidade mais escura era indiferente.

Depois desta casa, estive em muitas outras casas alugadas e pousadas em Geribá, quando “vi a agitação” atrelada a esta praia (e a fama do destino Búzios); o que na juventude também me atraía.

Não obstante, minha relação com Búzios é muito mais profunda do que hedonismo puro e simples.

Em 1994, tive um pequeno acidente na Praia da Tartaruga, que gerou uma erisipela em pleno carnaval e como sequela, um linfedema na perna esquerda que não tem cura e exige cuidados diários desde os 12 anos. Isso marcou minha vida e fortaleceu ainda mais meu vínculo com Búzios.

Ao longo de todos estes anos, independente de quando estive e onde fiquei, sempre estabeleci relação com o lugar e sobretudo, com as pessoas deste lugar; além de todos os acontecimentos importantes a ele relacionados: como o primeiro show que assisti, meu primeiro “emprego”, a primeira vez que viajei sozinha...minha primeira ida a um território quilombola.

Búzios ensinou-me o quanto o turismo pode ser uma experiência enriquecedora e talvez por isso, hoje eu seja Turismóloga; “condição” que me trouxe de volta como consultora voluntária do projeto EcoTurisMar em 2009.

Este projeto, de educação ambiental pelo ecoturismo marinho e costeiro teve *locus* na praia de João Fernandes (Armação dos Búzios) e cabia a cada participante desenvolver um trabalho acadêmico relacionado; assim, na Especialização em Análise Ambiental e Gestão Ambiental do Território do ENCE/IBGE, estudei e apresentei a monografia “Capital Social e a Percepção Ecoturística da comunidade de base de João Fernandes” (Armação dos Búzios – RJ).

Quem conhece Armação dos Búzios perguntaria...que comunidade? João Fernandes tem comunidade?

Estudar um bairro basicamente de restaurantes e pousadas, frequentado principalmente por turistas estrangeiros, embora atendesse a condição espacial do projeto; deixou como legado a sensação de dívida com a minha Búzios, o compromisso de voltar e contribuir com um estudo com uma comunidade, realmente.

Enquanto trabalhava no projeto, retomei contatos e soube por meio da guia de turismo e residente Nicole sobre a existência de um Mangue de Pedras na Praia da Gorda (Rasa, Armação dos Búzios) e posteriormente, sobre uma comunidade quilombola circunvizinha.

Eu me perguntava, como de 1993 a 2011 eu nunca ouvi falar disso? Como eu nunca vi? Eu achava que conhecia toda Búzios!

Esta informação guardei em mim e emergiu logo que pensei numa proposta de projeto para o mestrado: estudarei a comunidade da Rasa.

Outra questão que trouxe uma inquietação relativa a monografia da especialização foram as ferramentas, embora quisesse saber a opinião do morador sobre o turismo (pela “percepção ecoturística”) e se a comunidade é engajada e nutre laços de confiança (capital social), as ferramentas quantitativas utilizadas não apresentavam o que eu via em campo; as respostas eram para impressionar. Daí, mesmo ainda sem saber como, busquei um mestrado com base em pesquisas qualitativas - o EICOS – na ânsia de procurar onde está este *gap* entre a cidade para o turista e a cidade para o morador.

Deste modo, não tenho a pretensão deste trabalho responder o “porquê” de não ter turismo na Rasa; visto que a atividade turística envolve infraestrutura, política, atrativos, ...e também comunicação; afinal, um destino turístico ou atrativo “só existe” se for comunicado. Na realidade, busquei nas imagens, pelas fotografias participantes, as ausências que não vi em Armação dos Búzios, através dos olhares partilhados por quilombolas sobre o turismo na Rasa.

APÊNDICE 2 – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Rasa e as imagens do turismo: olhares quilombolas (Armação dos Búzios – RJ)*”, de responsabilidade de Milena Manhães Rodrigues, aluna de mestrado da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. O objetivo desta pesquisa é analisar a imagem do turismo na Rasa, pela perspectiva quilombola local, a partir de fotografias participativas; investigar o envolvimento dos quilombolas da Rasa com o turismo; contribuir para a análise do potencial turístico da Rasa, tendo como viés de observação a perspectiva dos quilombolas; e apoiar a reflexão crítica sobre imagem e desenvolvimento turístico da Rasa. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, se assim desejar, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como fitas de gravação ou filmagem, fotografia, ou transcrição de falas, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de fotografia compartilhadas, em que as fotos serão produzidas pelo(a) senhor(a) e analisadas em grupo com os demais participantes, em reunião coletiva entre todos os participantes. Registrarei a reunião em texto, fotografia e áudio utilizados apenas para fins de pesquisa e se consentido por todos participantes. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa que suas informações possam contribuir para a compreensão do olhar do quilombola sobre o turismo como possibilidade de desenvolvimento local; além de estimular a reflexão sobre o próprio território, contribuindo com a resolução de problemas.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Inclusive poderá recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua

participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderá contatar-me através do telefone 21 98245-8452 ou pelo e-mail milenaarj@gmail.com

Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes em evento com todo grupo após a defesa do mestrado, e terão acesso trabalho final impresso e/ou em CD, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As informações com relação à assinatura deste registro ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas com CEP-CFCH, através: do endereço (Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30. Urca – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22.290-240), telefone: (21. 3938-5167) e/ou e-mail (cep.cfch@gmail.com)

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Armação dos Búzios, ____ de _____ de _____

APÊNDICE 3 – FOTOGRAFIAS COMPLEMENTARES

Fotos de Adriano:



Fotos de Gabriele:



Fotos de Joseli:



Fotos de Roselene:

